

**Histórias Vividas, Histórias Contadas: Refazendo o
Território após o Crime Ambiental da Samarco no Rio Doce**

Angélica do Nascimento Martins

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória
Agosto de 2018**

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes para ser confeccionada pelo autor

M379h Martins, Angélica do Nascimento, 1988-
Histórias vividas, histórias contadas: refazendo território de Regência após o crime ambiental da Samarco / Angélica do Nascimento Martins. - 2018.
120 f. : il.

Orientadora: Renata Couto Moreira.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Crime contra o meio ambiente. 2. Dependência. 3. Justiça ambiental. 4. Movimentos Sociais. 5. Regência Augusta. I. Moreira, Renata Couto. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

ANGÉLICA DO NASCIMENTO MARTINS

**HISTÓRIAS VIVIDAS, HISTÓRIAS CONTADAS: REFAZENDO
TERRITÓRIO DE REGÊNCIA APÓS O CRIME AMBIENTAL DA
SAMARCO NO RIO DOCE**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política
Social.*

Aprovada em 28 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA



**Professora Doutora Renata Couto Moreira
Orientadora/Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Adriana Amaral Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Aline Trigueiro Vicente
Universidade Federal do Espírito Santo**



**Professora Doutora Roberta Sperandio Traspadini
Universidade Federal da Integração Latino-Americana**

Navegar pela imensidão marrom ajuda a compreender a dimensão da tragédia provocada pela Samarco. No Rio Doce, há 300 miligramas de rejeito de minério para cada litro de água (Damasio, 2016)¹



Figura 1. Fonte: Autoria própria

¹ Disponível em: <<http://hardcore.com.br/regencia-vida-apos-lama>> Acesso em 2016

AGRADECIMENTOS

Considero essa dissertação como fruto de um trabalho coletivo, cuja trajetória contou com a colaboração e solidariedade de muitas pessoas as quais faço questão de homenagear e registrar a minha gratidão e reconhecimento incontestes. Aos Movimentos Sociais, a cada homem, a cada mulher, a cada jovem, a cada criança da comunidade de Regência por não desistirem de seus sonhos, de seus saberes, dizeres, modo de ser e viver e que frente à adversidade não fogem à luta. Seguem como a correnteza do Rio Doce ao encontro com o mar Atlântico, mesmo quando o caminho não lhes é favorável. A resistência desses homens e mulheres nutre a esperança da luta social no sentido de que jamais devemos nos apequenar e sim lutar as nossas lutas, na direção do exercício da solidariedade, das práticas sociais baseadas na fraternidade, da convivência civilizatória entre o homem e a natureza. Experiências essas que renovam a esperança no coletivo e que tem muito a nos ensinar.

Minha singela homenagem e gratidão a esses tantos nomes que construíram parte desse trabalho como parceiros das lutas dos atingidos que também é uma luta de todos nós.

Agradeço aos meus pais, pessoas que me motivaram a ampliação da minha percepção e abraçaram os meus sonhos dizendo sempre que ‘sonhos não envelhecem’.

Ao meu companheiro Pedro Ivo que me acompanha e compartilha comigo tantos momentos de reflexão, por acreditar em mim e me impulsionar através de seu afeto para tornar essa parte da travessia mais leve e tão representativa.

Gratidão à minha querida orientadora, Renata Couto Moreira, pela confiança, disposição e pelo enorme aprendizado colhido através das lutas sociais a qual é envolvida, contribuindo assim para os espaços de construção coletiva em torno da luta pela terra e das mulheres. Agradeço pela enorme generosidade e um privilégio de atender o convite às professoras convidadas para a banca de qualificação e participação na banca de defesa: Adriana Ferreira, Aline Trigueiro e Roberta Traspadini e uma admiração do olhar dessas mulheres em torno das lutas sociais.

Este trabalho é, certamente, fruto de muitos diálogos e construções coletivas com amigas (os) e camaradas de dentro e fora da academia, assim, agradeço à Shanna, Sarita, Sara, Maísa, Fernanda, Rochester, Bruna, Aristela e Lorena por abraçarem comigo este tema tão rico e tão necessário à construção coletiva de conhecimento.

À minha turma do mestrado que a cada encontro havia uma troca de fortalecimentos mútuos e contribuições incríveis. Os professores e professoras do PPGPS que nos exigem o necessário para garantir um ensino de qualidade e de compromisso societário com a pesquisa. Às (os) companheiras (os) do Coletivo Anatólia de Mello pelos excelentes debates em minha breve passagem.

A todos os admiráveis dessa jornada que não me limitaram e acreditam que um novo mundo é possível.

RESUMO

Este estudo mostra como os moradores de Regência Augusta, distrito de Linhares – ES, ressignificam e refazem seu território, após a passagem da lama de rejeitos de minério da Samarco no Rio Doce. Pretende-se investigar a partir do olhar dos moradores como está ocorrendo o processo de transformação no modo de vida e de suas atividades frente aos impactos ocasionados pela empresa mineradora Samarco, e como a comunidade está resistindo para resgatar suas tradições e serem reconhecidos como atingidos. A pesquisa de campo foi realizada na comunidade, por meio de metodologia qualitativa, através da realização de dois grupos focais no intuito de compreender a dinâmica de vida dos moradores de Regência Augusta, suas lutas, organização e transformações neste território. A análise baseia-se em relatos dos moradores, relatórios e reportagens. A observação e análise nos levam aos seguintes resultados: a comunidade inteira foi atingida e expropriada de seu território, cultura e direitos; A alteração constante do modo vida da comunidade que tem relação intrínseca com a natureza; A principal ocupação da atividade da pesca foi alterada; a comunidade resiste através das lutas e das atividades voltadas a restabelecer o modo de vida da Vila de Regência.

Palavras-chave: Crime ambiental Samarco; Questão ambiental; Dependência; Movimentos Sociais; Regência Augusta.

ABSTRACT

This study shows how the residents of the Regência Augusta, Linhares district - ES, re-signify and rebuild their territory, after the passage of the Samarco ore sludge from the Rio Doce. It is intended to investigate from the perspective of the residents how the transformation process is taking place in the way of life and in his activities in the face of the impacts caused by the mining company Samarco, and how the community is resisting to recover their traditions and to be recognized as affected. Field research was carried out in the community, through a qualitative methodology, through the realization of two focus groups in order to understand the life dynamics of residents of the Regência Augusta, their struggles, organization and transformations in this territory. The analysis is based on residents' reports, reports and reports. The observation and analysis lead us to the following results: the entire communities have been hit and expropriated of their territory, culture and rights; The constant change in the way of life of the community that has an intrinsic relation with nature; The main occupation of the fishing activity was changed; the community resists through struggles and activities aimed at restoring the way of life of the Regency Village.

Keywords: Environmental crime Samarco; Environmental issue; Dependency; Social movements; Regência Augusta.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MG: Minas Gerais

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina

IBASE: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social

BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

GEPEDES: Grupo de Estudos e pesquisas em populações pesqueiras e Desenvolvimento no ES

ONG: Organização Não Governamental

CBDB: Comitê Brasileiro de Barragens

ANM: Agência Nacional de Mineração

CFEM: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais

TTAC: Termo de Transação de Ajustamento de Conduta

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

TAC: Termo de Ajustamento de Conduta

CIF: Comitê Interfederativo

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragem

MAM: Movimento dos Atingidos por Mineração

PIM: Programa de Indenização Mediada

CUT: Central Única dos Trabalhadores

MPF/ES: Ministério Público Federal do Espírito Santo

MPT: Ministério Público do Trabalho

CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Principal Atividade Econômica do Entrevistado (antes do rompimento da barragem) – Por distrito (%)	84
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Efeitos de desastre narrados e observados em Regência "com a chegada da lama" ..	78
Quadro 2. Cursos disponibilizados pela Fundação Renova	83

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fonte: Autoria própria	4
Figura 2. Vila de Regência – Zona (Foz do Rio Doce).....	32
Figura 3	82
Figura 4	86
Figura 5	95
Figura 6	97
Figura 7	98
Figura 8	99
Figura 9	99
Figura 10	100
Figura 11	101
Figura 12	101
Figura 13	104

SUMÁRIO

SUMÁRIO	12
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. A APROPRIAÇÃO DESTRUTIVA DO MEIO AMBIENTE SOB O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL.....	37
1.1 Relação Ser Humano e Natureza no Capitalismo: as linhas de seu rompimento	37
1.2 A degradação ambiental em país de capitalismo dependente – caso brasileiro	46
1.3 A megamineração como tragédia anunciada na América Latina	52
CAPÍTULO 2. TRAGÉDIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: O CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO/ SAMARCO	57
2.1 Rompimento da barragem do Fundão e o crime ambiental no Rio Doce.....	57
2.2 A justiça ambiental necessária no contexto de injustiças ambientais na Foz do Rio Doce	62
2.3 Movimentos de resistência em torno da causa ambiental.....	64
CAPÍTULO 3. O CAMINHO DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE REGÊNCIA APÓS A LAMA DE REJEITOS DA SAMARCO	69
3.1 Breve histórico de Regência e suas transformações.....	70
3.2 A memória das relações sociais dos moradores de Regência antes da lama.....	75
3.3. Os impactos da lama na vida da comunidade de Regência	78
3.4. Avaliação da comunidade diante das ações desenvolvidas pela Samarco	81
3.5 A comunidade que resiste e se reinventa.....	93
CONCLUSÃO	107
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES.....	117
APÊNDICE I.....	117
ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	117
APÊNDICE II.....	118

APRESENTAÇÃO

Me lembro do primeiro dia que conheci Regência, uma vila que cheirava a mar, forró e boas ondas, sempre convidativa pela natureza, praia e rio. Na querida estrada de chão que me levou a conhecer a vila fui buscar estudar, investigar, escrever e explicitar a realidade da comunidade após episódio de fechamento da boca do rio diante da seca que assolava a região. Após a construção do projeto do mestrado, ocorre o rompimento da barragem de Fundão e alguns dias antes da entrevista sobre o projeto no Programa de Pós- Graduação em Política Social (PPGPS) meu objeto de pesquisa foi modificado pelo movimento do real, uma nova realidade de vida que a vila de Regência perpassaria.

Desde então meu olhar foi voltado na tentativa de contribuir com a luta cotidiana travada por aqueles sujeitos. Como ensina Eduardo Galeano (2013, p.370): “Alguém escreve para tratar de responder as perguntas que zumbem na cabeça, moscas tenazes que perturbam o sono, e o que alguém escreve logra um sentido coletivo quando de algum modo coincide com a necessidade social de resposta”.

A partir do debruçar da pesquisa fui me inclinando a ir alguns dias na vila, mesmo que não diretamente para o trabalho de campo, mas verificando os aspectos da dimensão que rodeava este cotidiano. Gostaria de ter vivido mais de perto a relação com estes sujeitos nesse processo de pesquisa, porém a limitação do meu cotidiano profissional como Assistente Social de um hospital público em Vitória e as questões da vida pessoal não propuseram estar mais perto deste cenário.

A partir da lama de rejeitos da Samarco na Foz do Rio Doce, as histórias contadas e vividas nesse cotidiano não seriam mais àquelas contadas em tempos atrás, que em um final de tarde ao pôr do sol, dependendo da pescaria ou dia de altas ondas voltavam cheios de ânimo e sempre tinham boas histórias, aquelas que a natureza lhes faziam encantar. Agora muitos barcos permanecem ancorados, esperando um bom tempo voltar (Figura 1). Consegue se apreender a amplitude que o trajeto da lama causou, onde se vive e se identifica na revolta, angústia e insegurança.

Figura 1

Barco ancorado no Pier de Regência – Ao fundo o Rio Doce com cor amarelada



Fonte: Autoria própria.

O lugar que se abrigava a paz foi substituído por injustiças e o que aconteceu no dia 5 de novembro de 2015 não foi um ponto fora da curva da história da mineração no Brasil. Foi, na verdade, a consequência maior deste modelo predatório, dependente, e que coloca o lucro acima da vida das pessoas.

INTRODUÇÃO

*O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.*

*Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!*

*A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.*

*Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?*

Carlos Drummond de Andrade

No dia 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão no distrito de Bento Rodrigues em Mariana (MG) se rompeu, causando um desastre ambiental sem precedentes na história do Brasil (LOPES, 2016). Conforme sinaliza Lopes (2016) os efeitos imediatos dessa tragédia, ainda em desenvolvimento, puderam ser observados desde a jusante da barragem destruída, até a foz do rio Doce, no mar do Espírito Santo e seu legado: um rastro de destruição, contaminação e mortes.

A barragem do Fundão, pertencente à Mineradora Samarco S.A., uma joint-venture entre a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, causou o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, considerando os registros iniciados em 1915. Em sua análise, os autores consideram o volume de rejeito liberado (cerca de 60 milhões de m³), a distância percorrida pela lama (mais de 600 km até chegar à foz do Rio Doce) e os prejuízos estimados (US\$ 5,2 bilhões, ou R\$ 20 bilhões, baseado no valor estipulado pelo governo federal). A ausência de um plano de emergência efetivo e a incapacidade do Estado e da empresa de prestarem o devido atendimento às vítimas aumentou consideravelmente o sofrimento dos atingidos pelo rejeito. Além disso, a incompetência dos mesmos agentes em oferecer informações precisas sobre o ocorrido gerou um sentimento de forte ansiedade na

população brasileira e que se manifestou em uma ampla rede de solidariedade (LOSEKANN, 2016).

É nesse sentido de investigação a partir do crime ambiental cometido que o presente trabalho buscará identificar os processos de luta e resistência da população da Vila de Regência – comunidade localizada a Foz do Rio Doce - frente aos impactos sociais e ambientais provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, estado de Minas Gerais.

Pretende-se aqui elucidar alguns pontos da repercussão após o rompimento da barragem de Fundão em 05 de novembro de 2015, no município de Mariana (MG) especificamente na comunidade de Regência. Para isso será necessário adentrar nesta comunidade para conhecer um pouco mais do cotidiano do lugar, dos modos de vida e assim perceber as tensões relacionadas à continuidade das atividades produtivas e rotineiras no qual a comunidade de Regência foi submetida a partir do crime ambiental, causado pela Samarco. Ainda assim, nossa escolha pela Vila de Regência se deve à importância social e econômica das atividades relacionadas ao Rio Doce, estando ali sua foz, o que representa um cenário significativo quanto à biodiversidade e da relação cultural estabelecida pela comunidade com tais atividades e com o próprio rio.

A pesquisa do GEPEDES² (2017) que teve por objetivo compreender a extensão dos efeitos sociais do rompimento da barragem da Samarco (MG) na região da foz do Rio Doce, especificamente nos distritos de Regência Augusta (sede da vila, Areal e Fazenda Entre Rios) e Povoação (sede da Vila), ambos situados no município de Linhares-ES, forneceu dados da experiência dos atingidos e atingidas acerca das alterações observadas pelos mesmos nas suas atividades rotineiras: como o convívio laboral, familiar, os modos de lazer e convívio social.

Sublinho sobre a “lama da Samarco”³ – o nome popular para o que o jargão científico denomina “pluma de rejeitos” – chegou ao município de Linhares na manhã do dia 20 de novembro de 2015, tendo demorado 15 dias para percorrer todo leito do Rio Doce desde Bento Rodrigues,

² Grupo de Estudos e pesquisas em populações pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPEDES) do Departamento de Ciências Sociais- UFES que desde a ocorrência do desastre, o GEPEDES vem acompanhando de perto tais repercussões na foz do Rio Doce.

³ Segundo Wanderley (2016) a barragem do Fundão foi a última a entrar em operação em 2008. Compreende dois reservatórios independentes para a disposição de rejeitos arenosos e sua capacidade correspondente no dique 1 é de 79,6 milhões de metro cúbico e 15,9 anos de vida útil) e lama já no dique 2 de 32,2 milhões de metro cúbico e 4,9 anos), alcançando a altura de 90 m e ocupando uma área de 250 ha. (SupRAM-ZM, 2008, p. 6). Os laudos da polícia Federal indicaram que a Vale também depositava parte dos rejeitos, oriundos de suas minas do Complexo Alegria, na barragem do Fundão. Em 2014, a Vale foi responsável por aproximadamente 28% de rejeitos depositados em Fundão (G1, 2016). Em maio de 2016 a Vale foi acusada pela polícia Federal de adulterar dados do volume de lama que depositava na barragem do Fundão (Wanderley, 2016).

distrito de Mariana (MG). Em Regência, distrito de Linhares (ES), a lama da Samarco encontraria o mar na tarde do dia 21 de novembro de 2015. Dezesesseis dias de espera, portanto, marcaram as primeiras impressões dos moradores da região da Foz do Rio Doce – a saber, Povoação, Regência e pequenas comunidades adjacentes – sobre como a lama da Samarco poderia afetar as suas vidas, alterando o cotidiano, o trabalho e o convívio coletivo. Todas estas alterações seriam ampliadas e intensificadas com a chegada dos rejeitos e com o passar dos meses (LEONARDO, 2017).

Esse período, segundo Leonardo (2017) foi caracterizado como “anúncio do desastre”, no qual a preocupação e a ansiedade tomaram conta dos moradores na foz do Rio Doce. As atividades realizadas no rio e aquelas que dependem do rio, como foi o caso da pesca artesanal e da agricultura familiar em pequena escala, foram interrompidas tão logo com o anunciado o desastre. Com o receio de que o abastecimento de água fosse interrompido ocorreram profusas tentativas de abertura de poços artesianos no distrito de Regência. O Projeto Tamar que é o Projeto voltado para as Tartarugas Marinhas fez um trabalho intensivo de transferência dos ovos de tartarugas – principalmente das espécies *Caretta-caretta* (Tartaruga cabeçuda, mais conhecida na região como careba amarela ou careba dura) e *Dermochelys coriácea* (Tartaruga gigante, conhecida localmente como careba mole), ambas ameaçadas de extinção – na tentativa de protegê-las dos rejeitos minerários que chegariam à foz (LEONARDO, 2017).

No que diz respeito às ações institucionais, a Prefeitura de Linhares, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com apoio do Projeto Tamar, autorizou a abertura da foz do Rio Doce em espaço ambientalmente sensível. Conforme expõe o secretário: “Nós iniciamos os trabalhos essa manhã e até o final da tarde, nós vamos terminar uma abertura prévia até a linha de preamar e aí nós vamos aguardar o melhor momento para romper essa linha de barreira da preamar para essa onda que vem de Mariana saia direto no mar e se dilua no oceano”⁴(LEONARDO, 2017).

O que parecia ser uma tarefa simples se mostrou complexa. Sendo que seis retroscavadeiras e uma draga foram utilizadas para fazer um serviço que só ficou pronto mesmo quando as chuvas aumentaram o volume do rio, fazendo que o mesmo reabrisse a foz sul, fechada desde o primeiro semestre de 2015. Neste período, diariamente, moradores de Regência se deslocavam até a foz do rio para acompanhar as ações da retroscavadeira e tentar obter informações com

⁴ Rodrigo Paneto, então Secretário de Meio Ambiente de Linhares, em entrevista concedida a Rede Gazeta, no dia [09/11/2015].

as autoridades que ali estavam presentes. Inclusive, porque alguns moradores de Regência temiam a inundação da vila (LEONARDO, 2017).

A Vila de Regência já convivía antes do fato do rompimento da barragem da Samarco com aspectos que se estabelecem no pré-desastre, sinalizado por Creado (2016, p. 236)

Nas pesquisas realizadas no contexto local pré-desastre, a situação do Rio Doce (e as condições de pesca na sua foz) já era uma preocupação dos pescadores, que relatavam: (1) diminuição do volume de água do rio, por conta da construção de barragem para atender à empresa Fibria e às fazendas próximas (o canal Caboclo Bernardo), provocando eventualmente o fechamento da boca da barra, dificultando a prática da pesca, que exige o trânsito das embarcações entre o rio e o mar; (2) a salinização excessiva da água da foz, interferindo nas condições ambientais e promovendo a diminuição do volume do pescado, já que os peixes não conseguem entrar na boca da barra; e, além disso, (3) o comprometimento da qualidade da água e do abastecimento da própria localidade.

Além desses aspectos percebidos anteriormente, após o rompimento da barragem de Mariana (MG) o contexto de Regência se deparou com impactos que tomaram proporções muito maiores, conforme expostos pelo relatório do ORGANON⁵ no ano de 2015, são os seguintes, a priori: a) Escassez de água; b) Inviabilização da pesca; c) Inviabilização das atividades ligadas à pesca; d) Perdas das lavouras; e) Inviabilização do surf e esportes aquáticos; f) Diminuição das atividades do turismo; g) Aumento nos gastos com água, poços, alimentação; h) Diminuição da renda; i) Medo da contaminação; j) Impacto sobre a saúde; k) Perda das atividades de lazer; l) Perda das tradições ligadas ao rio; m) Morte dos animais aquáticos; n) Morte dos animais terrestres;⁶

A grande questão é de que forma essa população, que dependia da atividade de pesca e desenvolviam outras atividades na região vão se organizar para enfrentar essa dinâmica de “crise ambiental e social” que foi ocasionada por uma atividade exploratória do recurso natural- o minério- que alterou significativamente o meio ambiente.

Para se compreender esses elementos de um contexto político-econômico que gera esse tipo de consequência ao meio ambiente e ao ser humano, situo segundo Milanez e Santos (2013 apud LOSEKANN, 2016), que o atual contexto latino-americano poderia ser compreendido a partir

⁵ O Organon é um Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFES. O tema central de trabalho é a ação coletiva desempenhada por movimentos sociais e organizações da sociedade civil com finalidades de mudança social, participação e contestação política.

⁶ Todos esses pontos foram os impactos iniciais trazidos pelo Relatório Organon (2015).

da categorização “neoextrativismo”⁷, pois trata-se da combinação de elementos tradicionais do chamado “extrativismo” com aspectos novos (GUDYNAS, 2009 apud LOSEKANN, 2016). As observações ampliam de maneira significativa em face dos novos e complexos desafios forjados pelos neoextrativismos, os quais entrelaçam alta tecnologia, divisão internacional do trabalho e do capital, avanços sobre novas fronteiras e, sobretudo, o agravamento dos ‘efeitos derrame’ da mineração⁸ (GUDYNAS, 2009 apud ZHOURI, 2018).

A retomada dessa discussão se baseia nas próprias particularidades históricas da produção mercantil na América Latina, no qual condicionava a estrutura embrionária de desenvolvimento do capital baseada na política da encomiendas e repartimientos - pois já encontrava populações abundantes e com uma organização social prévia de trabalho na terra - e constituía cidades políticas, fortes, vinculadas à mineração e à circulação de mercadorias no interior de suas colônias (TRASPADINI, 2016).

A agricultura das encomiendas e repartimientos, associada à mineração, compunha assim uma organização societária mediada pela produção e circulação interna ao continente e externa a ele, que fundamentavam seu processo de produção mercantil simples e complementar à condição e desdobramentos do capital na Europa (TRASPADINI, 2016).

Diferente da América espanhola, no Brasil essa estrutura embrionária se baseava em sistema de plantation, um modelo implantado no período colonial que se destaca por quatro aspectos principais: latifúndio, monocultura, mão-de-obra escrava e produção voltada para o mercado externo. Potencializou a propriedade privada da terra na forma do latifúndio cuja matriz da relação social de produção foi o trabalho "livre" do índio nas encomendas/repartimientos e o trabalho escravo do africano nas regiões de plantation (TRASPADINI, 2016). Na colonização portuguesa tem a formação econômica de desenvolvimento com o pacto colonial: Metrópole – Colônia – Metrópole que através do tráfico negreiro tem as plataformas de voltada para o mercado externo.

⁷ Para Milanez e Santos (2013, p.121), o neoextrativismo se caracteriza como “um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho”.

⁸Esses efeitos são mais perceptíveis, por exemplo, quando ocorre mudanças nas normas e procedimentos ambientais no qual afetam o sistema ambiental de um Estado como um todo. Portanto, segundo Gudynas (2016), “a pressão dos extrativismos espalha suas consequências para o resto do país, provocando mudanças nas políticas públicas, no funcionamento da economia, na compreensão do que seja justiça e democracia, e até mesmo nos conceitos de Natureza” (Gudynas, 2016, p. 28).

Traspadini (2016) completa ainda que foi na fase do imperialismo contemporâneo – intensificação do capitalismo dependente na América Latina (1970 em diante) - após os anos dourados do capitalismo monopolista financeiro aberto pela sociedade do consumo em que a hegemonia capitalista atrela-se a três grandes potências com patamares distintos de produção e realização do valor entre elas – Estados Unidos, Japão e Alemanha - a guerra por recursos naturais e minerais torna-se explícita com múltiplas determinações sobre o seu teor.

Se tratando do aspecto brasileiro e entendendo um pouco mais sobre os aspectos de um projeto nacional para o Brasil, de acordo com Carvalho (2011) a formulação desenvolvimentista era composta dos seguintes pontos fundamentais: i) A industrialização integral como estratégia de política macroeconômica e industrial para a superação do estado de subdesenvolvimento e de pobreza do povo brasileiro; ii) a defesa do Estado como ator importante para planejar a industrialização desejada de difícil acesso pela espontaneidade das forças de mercado; iii) a transferência ao Estado do papel de conciliador dos interesses privados, entre a burguesia nacional e a estrangeira, coordenador e planejador estratégico da execução da expansão industrial captando e orientando a alocação dos recursos financeiros nos setores básicos e promovendo ao mesmo tempo os investimentos diretos naqueles setores produtivos em que a iniciativa privada não se mostrasse interessada.

Toda essa regulação do projeto nacional de industrialização brasileira foi baseada por substituição de importação da economia que contou com o respaldo da escola de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que respaldava a visão doutrinária do comércio exterior entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos – ao revelar que era a assimetria tecnológica entre os países do centro desenvolvido e os países da periferia subdesenvolvida da América Latina que permitia a transferência dos ganhos de produtividade, via preços, dos países subdesenvolvidos da periferia exportadora de produtos primários aos países desenvolvidos do centro industrial sempre que os países subdesenvolvidos importavam bens manufaturados de maior valor agregado dos países desenvolvidos (PREBISCH,1950; FURTADO, 1970 apud CARVALHO, 2011).

Portanto, essa onda extrativa em larga escala marca a primeira década dos anos 2000 no país, estando associada a um processo mais amplo de reprimarização da economia na América Latina. Ao longo a discussão com base em Carvalho (2011) no qual pontua que quando a pauta de exportações do país muda de bens manufaturados para produtos primários como consequência da descoberta de recursos naturais e a economia industrializada passa a exportar

mais produtos primários em detrimento de produtos manufaturados esse fenômeno é conhecido como reprimarização, isto é, um retorno à fase histórica quando essa economia exportava mais produtos primários do que manufaturas. Evidências disso na economia brasileira é o caso das descobertas de petróleo no pré-sal pela Petrobrás, as exportações de minérios pela Vale do Rio Doce e dos produtos agrícolas do agronegócio.

Há portanto, um ‘consenso das commodities’⁹ (SVAMPA apud ZHOURI, 2018) que no âmbito de um modelo econômico neoextrativista (GUDYNAS apud ZHOURI, 2018) representou, na realidade, uma posição subordinada dos países latino-americanos na economia global. Inicia-se com os incentivos promovidos pelos governos neoliberais aos investimentos internacionais, principalmente reformas voltadas para a liberalização do setor mineral, e continua com os governos conhecidos como progressistas em diferentes países (ZHOURI, 2018).

Cardoso (2016) avalia esse período que mesmo que o Brasil tenha ampliado e diversificado a pauta de exportações de bens industriais ao resto do mundo, os dados estatísticos revelam um declínio das exportações de produtos industriais e um crescente aumento das exportações de commodities provenientes do agronegócio e da indústria extrativa mineral. No ambiente de recessão da economia mundial desde 2008, os países emergentes, a exemplo do Brasil e da China, passaram a dar maior atenção aos seus mercados domésticos. Ocorre que o Brasil também precisa gerar dólares não apenas por meio das exportações de commodities, mas também, e principalmente, via o aumento de suas exportações de produtos industriais competitivos e de alto valor agregado.

Se segue a preocupação, segundo Losekann (2016), que a partir dessa intensificação da produção mercantil que apostam em um incremento na vocação histórica à exportação de commodities minerais e agrícolas da região, que os conflitos socioambientais se aprofundam. Seguindo essa análise:

A lógica do capital é a mesma para o campo e para a cidade, para o Norte e para o Sul do continente e do planeta. Nesse sentido, o avanço do capital dissemina a estrutural condição violenta sobre os territórios e os povos. Na escusa do “progresso”, matam-se comunidades inteiras, violam-se todos os direitos, institui-se a práxis das construções desmedidas em nome do capital contra a terra e o trabalho. Segundo César

⁹ Entendido aqui como sinônimo de matéria-prima.

Padilha, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) em 2014 foram 211 conflitos vinculados à mineração, em detrimento de 169 ocorridos em 2012 em toda América Latina, fora os que não foram computados. (TRASPADINI, 2016, p. 286)

De acordo com a CEPAL, o setor extrativo de minério cresceu substancialmente na última década, com forte incentivo da China, novo grande parceiro comercial dos países desse continente. O monitoramento do extrativismo foi perceptível no aumento da participação de produtos primários nas exportações, sendo que os países cujo aumento foi maior são: Bolívia, Colômbia, Uruguai e Brasil. Intelectuais da região que acompanham o processo têm caracterizado o contexto como um “desenvolvimento extrativista”, que combina a superexploração dos recursos naturais com a expansão das fronteiras territoriais (SVAMPA apud LOSEKANN, 2016, p. 17).

Considerando que o processo de luta e resistência desses territórios poderá ser vista de variáveis diferentes, entendendo que o processo de luta de classes interfere diretamente na correlação de forças e entendimento das tensões que permeiam, além de problematizar os fundamentos que explicitam as contradições particularizadas no mineronegócio e a questão ambiental¹⁰ no qual devem ser buscados na análise rigorosa do processo de produção do capital.

A partir desse contexto, a minha busca na investigação tem como foco um desses territórios atingido pelo efeito da mineração. Tratarei de estudar o caso da comunidade de Regência desenvolvendo pesquisa qualitativa e entender as contradições internas no desenvolvimento das relações sociais que ultrapassam a aparência e a partir do movimento dialético possa alcançar a essência- uma práxis possível de transformar a realidade.

Um dos aspectos principais desse trabalho se baseia no debate em torno do meio ambiente e das lutas sociais em prol da defesa do meio ambiente entendendo o ser humano como parte dessa relação. Sauer e Ribeiro (2012) apontam que à questão socioambiental deve ser expandida para além da ideia de preservação das áreas naturais, mas sim como resultado de uma análise das desigualdades sociais na atualidade. Estas estão sempre associadas às lutas sociais em prol da defesa do meio ambiente, efetivadas e/ou apoiadas por movimentos sociais, campanhas nacionais e mobilizações gerais – uma vez que muitos processos de investigação sobre as

¹⁰ A questão ambiental é aqui compreendida nos termos definidos por Silva, como um —conjunto de manifestações da destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano (SILVA, 2010, p.144).

mudanças ambientais globais minimizam ou reduzem a especificidade dos processos sociais e políticos e sua relação com as mesmas (SAUER, RIBEIRO, 2012).

Feita essas considerações Acsehrad (2009) reitera que a discussão da questão ambiental pela noção de justiça ambiental, expondo o aspecto do direito voltado a um meio ambiente sadio e produtivo para todos, considerando como uma totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. Acrescenta ainda que “a noção de justiça ambiental afirma o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas” (ACSELRAD, 2009, p. 17).

Trazendo para o enfoque profissional, nesse contexto, a/o assistente social torna-se um mediador entre o ecológico e o social, entre o humano e o meio, entre o cidadão e a sociedade, um facilitador social de uma nova cultura: a participação social e democrática seja em sua produção intelectual ou através de relatos de sua prática cotidiana no que diz respeito à temática ambiental (SILVA, 2010). Principalmente, pois a profissão é de caráter técnico e operativo que intervém na realidade e enquanto profissão que “apóia e/ou participa dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania” (CFESS, 1993).

A experiência do Serviço Social com as experiências comunitárias espontâneas nos permite pensar em alternativas de prática profissional para além da garantia de direitos. Com o limite histórico do modo de produção capitalista, as massas de seres humanos (não mais rentáveis ao capital) podem encontrar formas de resistência que transcendam o próprio sistema. Para tanto, há necessidade de refletirmos sobre o trabalho da (o) assistente social com comunidades no sentido de não interromper as experiências produzidas pelas massas no momento histórico de barbárie social. Ressalto aqui o início de começar a re(pensar) a prática profissional com comunidades na perspectiva de valorizar as formas de resistências das mulheres e homens no atual momento histórico.

É importante ressaltar que o meu interesse no aprofundamento e afeição sobre o tema trato se estabelece através de vivências que ocorreram na área de estudo e de relações interpessoais com moradores da comunidade de Regência que despertaram o interesse em realizar a pesquisa sobre esta comunidade, buscando propagar informações e gerar maior visibilidade a este território

que possui pluralidade no segmento cultural, natural e histórico que é a vila de Regência. É através dessa temática que se faz urgente alargar essa discussão para identificar os determinantes causais, historicamente constituídos, para que seja possível identificar as possibilidades de uma intervenção qualificada.

As várias mediações desse processo perpassam pelos temas da educação ambiental, a mobilização e organização das comunidades, cultura, identidades e uma atenção de caráter investigativo, reafirmando atenção especial à pesquisa e ao estudo sistemático da realidade concreta- buscando identificar e analisar os movimentos que a vinculam a essa objetividade.

Como afirma Silva (2010), esse campo merece uma atenção destacada para os processos de articulação com a sociedade civil organizada, especialmente com os segmentos mais envolvidos com a problemática ambiental. Colocar o conhecimento mobilizado pela a serviço do fortalecimento dos sujeitos coletivos, da construção de alianças com os usuários dos serviços e de reforço das lutas sociais constitui uma estratégia importante na afirmação do Serviço Social neste campo (SILVA, 2010).

Como categorias centrais da análise de Marx, incorporo um conjunto de contribuições produzidas no interior da teoria crítica. Introduzo a compreensão de Silva (2010) da “questão ambiental” como produto das contradições do capitalismo globalizado: a mundialização financeira e o progresso técnico. Entendendo, desde então, que a sociedade relaciona-se com a natureza, mediada pelas relações que estabelece entre seus semelhantes, para produzir meios necessários à satisfação de suas necessidades (SILVA, 2010).

A obra dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Marx (2004, p.116) revela os fundamentos dessa complexa relação do homem com a natureza, destacando a dependência que o funda:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é próprio do corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.

Por outro lado, como afirma Silva (2010) com o desenvolvimento das forças produtivas, sob os auspícios do capital, a natureza é submetida ao intenso processo de dilapidação da história, e quanto mais esta lhe deixa servir como meio para o seu trabalho e para si próprio.

Silva (2010) sinaliza esse processo de expropriação das riquezas naturais, desde a acumulação produtiva, como meio de obter a mais-valia, transformando a natureza em mercadoria, ou seja, o capital se apropria desde então da natureza convertendo-a em objeto de transação mercantil para assegurar a extração da mais-valia.

Para servir aos interesses dominantes, no Brasil cabe ressaltar a condição de dependência do país no capitalismo mundial, quando evidenciada por uma aliança entre frações de classes dominantes. Um aparente paradoxo mantém as condições arcaicas e modernas criadas e recriadas ao longo dos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Aponta ainda que ocorrem graves consequências decorrentes de tal modo de produção, ampliando a falha metabólica sociedade-natureza, ameaçando as bases materiais de sustentação da vida em todas as suas formas (VARGAS, 2008).

É necessária a discussão do capitalismo dependente nesse sentido, compreendendo a partir de Ruy Mauro Marini (2012), que com a inserção dos países da América Latina na nova divisão internacional do trabalho, a partir do século XX, há a necessidade de compreender a inserção desses países no mercado mundial, a partir de suas independências políticas. Assumindo assim, “duas modalidades que correspondem às condições reais de cada país em realizar tal integração e às transformações que esta vai sofrendo em função do avanço da industrialização nos países centrais” (MARINI, 2012, p.48).

Neste contexto, as relações entre América Latina e os centros capitalistas europeus e, posteriormente, com os Estados Unidos foram definidas em uma estrutura concreta: “a divisão internacional do trabalho, que determinará o desenvolvimento posterior dessa região”, configurando-se a relação estrutural de dependência, que deve ser “entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI, 2011, p.134).

Foi nesse sentido de subordinação da empresa Samarco identificada como um ícone do modelo de inserção subordinada do Brasil no mercado internacional. Sua estrutura consiste em um complexo mina-mineroduto-pelotizadora-porto, destinado a abastecer o mercado global com bens naturais semitransformados extraídos no país. A razão e o princípio comercial das operações da Samarco se encontram no mercado transoceânico, de maneira que a própria constituição da empresa obedeceu às diretrizes de ampliação da oferta mundial de pelotas em face de necessidades de parques siderúrgicos carentes desta matéria-prima em outros países (BRASIL MINERAL,2015 apud WANDERLEY, 2016, p. 44).

No atual estágio do crime ambiental causado pela Samarco em novembro de 2015, que repercutiu ao longo do Rio Doce, cria-se o debate acerca deste tema no que se refere aos impactos socioambientais. Crime¹¹ este causados pela busca dos lucros do mercado minerário, afetando diretamente toda a população em torno deste rio, no que tange os aspectos sociais importantes, principalmente para os que dependiam da pesca e do trabalho neste ambiente, impactando diretamente a sua função social neste espaço.

Compreendido aqui por Bertollo (2018) a análise ao tema citando Coelho, Milanez e Pinto (2016, p. 184), afirmam que o setor de extração mineral possui uma relação estrutural com o Estado brasileiro. Durante o período desenvolvimentista, a partir dos anos de 1930, o governo federal tinha na industrialização da economia uma de suas principais preocupações e considerava o desenvolvimento do setor mineral como um elemento estratégico para esse processo. Esses autores referenciam a íntima relação do setor mineral com o Estado no país, especialmente com a esfera federal, pois o subsolo é considerado patrimônio da União. Portanto, é relevante apontarmos o caráter, a funcionalidade e o significado das pactuações legais normativas em âmbito do Estado entre as classes sociais, entendendo que neste ponto em especial, no setor minerário extrativista brasileiro, muitas das ditas “garantias” legais, num contexto explícito de luta de classes e busca por maior lucro (BERTOLLO, 2018).

Assim, a comunidade de Regência como circunscrita neste cenário como uma das comunidades atingidas pelo crime ambiental, sofre as mazelas no âmbito ambiental, social e de saúde, no qual serão apresentados os aspectos multifacetados, tornando um desafio plausível para as instituições locais, governo e para a própria comunidade, a fim de encontrar uma nova forma de desenvolvimento local diante dessa conjuntura.

Entendendo a comunidade como lugar de expressão associativa mais próxima no que se refere a território e a convivência humana. Regência como uma zona costeira, área de desembocadura do rio, cuja bacia do Rio Doce consiste em um aspecto interestadual devido a sua amplitude espacial, e, particularmente, vila de pescadores ganha destaque, tanto em seu aspecto natural,

¹¹De acordo com o Art. 54 da Lei de Crimes Ambientais - Lei 9605/98 - Um **crime ambiental** é um ato que viola e vai contra as leis impostas pelos governos acerca do meio ambiente. Entre as mais conhecidas formas de crime ambiental, estão as que provoca: A retirada dos habitantes das áreas afetadas; Cause danos diretos à saúde pública; Causar poluição hídrica, que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade; Lançar resíduos sólidos, líquidos ou gasosos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos.

quanto social. Os sujeitos desse território vivem uma rotina de relação a natureza entendendo este como meio de vida, sustento, trabalho e cuidado.

Porém, após o rompimento da barragem de Fundão, deve-se ressaltar que a lama liberada como salienta Wanderley (2016) provocou uma significativa destruição sobre territórios ocupados por populações rurais e ribeirinhas no vale do rio Doce e seus afluentes. E sintetiza ainda que:

As condições cotidianas de vida e trabalho dessas populações foram arruinadas comprometendo fontes locais de geração de renda e ameaçando as condições materiais e imateriais de sobrevivência. Há indícios de que o desastre possa ser enquadrado ainda, na condição de racismo ambiental, tendo em vista que há uma tendência de intensificação das situações de risco sobre comunidades predominantemente negras. Foram, sobretudo, estas comunidades negras rurais, com destaque para Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, as que sofreram perdas humanas e maior impacto material, simbólico e psicológico com o rompimento (WANDERLEY, 2016, p.30).

Nesse sentido, Wanderley (2016) compreende que a presença de grupos étnicos politicamente minoritários, economicamente vulneráveis se visualiza pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas, que se espria, portanto, até a comunidade de Regência.

O rompimento da barragem de rejeitos causa, ainda, uma série de impactos socioambientais de curto, médio e longo prazo. Todos os estudos voltados para as evidências têm apresentado variadas presenças de metais pesados no rio, tanto na água quanto nos sedimentos (estes misturados à água, depositados nas margens e planícies de inundação ou ainda no fundo do leito). A presença desses materiais exigirá esforços consideráveis na recuperação ambiental e colocam em risco a saúde das pessoas no longo prazo, com a possibilidade de um aumento considerável de doenças crônicas (WANDERLEY, 2016).

A lama de rejeito afeta a condição de vida das populações ribeirinhas, pescadores, indígenas e população urbana, pela contaminação da água dos rios e áreas de solos férteis por onde passou. Os laudos constatando claramente e definitivamente à qualidade da água, e as pesquisas que apontem os prováveis riscos ficam sem esclarecimento à população. Deste modo, as condições de vida de todas essas pessoas ficam comprometidas pela lama por um tempo indeterminado (WANDERLEY, 2016).

O dossiê apresentado no dia 03 de novembro de 2016 pela empresa Samarco causadora deste impacto fornece alguns elementos e planos para minimização do ocorrido. Portanto, levará tempo até a perspectiva de reparar os danos nessas comunidades, se faz necessário apontar até que ponto a empresa poderá restaurar diante de todo o impacto socioambiental ocasionado.

Alves (2013) entende que diante do terreno histórico de constituição do capital nestes territórios vai se formando o processo de dissolução da vida comunitária, organizada por laços de solidariedade firmados na experiência social e os vínculos sociais passam a ser aniquilados forçadamente- como foi o caso da passagem da lama de rejeitos na Foz do Rio Doce.

É nesse sentido que a pesquisa quer fomentar, ampliando o debate da visibilidade à práticas e experiências sociais que carregam tradições¹², destacando as formas de resistência da comunidade que mantinha uma relação intrínseca com a natureza, reavendo a necessidade de se pensar em outro sentido de riqueza social, que não seja de acumulação de mercadorias, mas de acumulação de novas experiências, no campo da cultura, do livre e consciente desenvolvimento das habilidades humanas.

A presente pesquisa apresenta dois tipos de motivação intrinsecamente relacionados, a saber: interesse acadêmico em aprofundar temáticas ambientais trabalhadas no aspecto teórico científico no âmbito do Serviço Social, enquanto assistente social e pesquisadora, com destaque para os aspectos ambientais e para as lutas e resistências que abarcam essa temática. Entendendo que é através da reflexão crítica da realidade norteia a minha vida cotidiana, que senti a necessidade de desvelar as contradições que norteiam essa pauta do meio ambiente.

A *relevância social* do referente projeto de pesquisa pode ser vista sobre dois aspectos: a contribuição para os assistentes sociais no âmbito da temática ambiental e para a população local de Regência, enquanto sujeitos políticos, para maior compreensão do seu espaço de construção social e formas de organização. Além de constituir um importante registro, composto por sujeitos-chave no processo de organização, acerca das estratégias de enfrentamento à passagem da lama de rejeitos de minério, especialmente considerando a

¹²Considerando a partir de Hobsbawn (1984) a tradição como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade ao passado (p.10).

ausência de um aparato público institucional e socialmente referenciado que ofereça respostas e, sobretudo, absorva as crescentes demandas da população da Vila de Regência.

Com a aproximação teórica ao objeto, a *relevância científica* desta pesquisa aponta o caráter insurgente e recente deste impacto socioambiental do rompimento da barragem da Samarco que tem direta e/ou indiretamente afetado a vida de pessoas. Portanto, a pesquisa visa aproximar da realidade do tempo presente, além de contribuir para a constituição de uma bibliografia ainda incipiente, entendendo que os impactos requerem estudos recentes. Desta forma, pode se constituir mais um canal de diálogo com a recém estabelecida Rede UFES¹³ e a comunidade acadêmica no estudo dos impactos de diferentes dimensões socioambientais na região após o rompimento da barragem, assim como o levantamento de informações e reflexões sobre o aparato de políticas públicas e privadas no atendimento às famílias atingidas.

Desta forma é que se traduz a necessidade deste estudo como uma contribuição para o aprofundamento das múltiplas dimensões, assim como, a demonstração do enfrentamento dos atingidos diante deste contexto.

Um dos exemplos locais de enfrentamento e posicionamento frente a essas demandas é a criação do Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce no período de 2015/ 2016 que conta com a participação de várias entidades públicas, ONG's e a sociedade civil organizada. O Fórum se organiza em formas de reuniões para avaliar e pontuar os aspectos centrais das comunidades a fim de planejar ações junto à população pensando nas estratégias de enfrentamento, o Fórum foi criado para ser um espaço de mobilização permanente.

Amplia-se, portanto, com este canal dialógico dos atingidos e desenvolve o debate para uma avaliação crítica e reflexiva da comunidade de Regência, analisando aspectos multifacetados a partir do impacto socioambiental que permite apontar, portanto, para um contexto de graves violações de direitos humanos, ambientais, além de danos individuais e coletivos, materiais e morais, até então constituído.

Pode ser que, neste território, onde não há mais base material para a produção da vida imediata, seja produzida uma nova base material, expressa em experiências coletivas

¹³A criação da **Rede Ufes-Rio Doce** tem, portanto, o objetivo de ser um espaço permanente de intercâmbio de estudos, discussões e ações que visem a reparação e a compensação aos estragos sociais, ambientais, culturais e econômicos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana. Desta forma, é um ambiente para colaboração, divulgação e difusão das diversas atividades em desenvolvimento pela Ufes e seus parceiros, com a intenção de manter a sociedade informada constantemente dos avanços e desdobramentos que estão ocorrendo. Disponível em: <<http://redeufes-riodoce.ufes.br/apresentação>> Acesso em 10/06/2018.

auto-organizadas, voltadas para a recriação do espaço público. Para tanto, a retomada das experiências de vida comunitária, diluídas enquanto resquícios de pré-modernidade, podem indicar o princípio de uma luta contra “a utilização abstrata, empresarial, do ser humano e da natureza” (FERREIRA, 2015, p. 11).

Como enfatiza Silva (2010), uma clareza da relação objetiva-subjetiva que aprofunda o real e saliente as possibilidades concretas de superação que conduza um olhar de nova sociabilidade.

O objetivo geral atrelado à hipótese e às perguntas-problema foi o de identificar os mecanismos de contestação e formas de organização dos moradores da Vila de Regência em relação aos impactos socioambientais sofridos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, estado de Minas Gerais. Para lograr alcançar dito objetivo, trabalhamos especificamente em quatro sentidos dialeticamente articulados, que também são os direcionadores de cada capítulo do trabalho: 1) Explicitamos a crítica da economia política sob a análise das relações sociais sob o domínio do capital com a pretensão de revelar as contradições inerentes às leis gerais do movimento do capital, principalmente trazendo que a natureza como mercadoria. Aprofundo a partir dessa discussão, o enfoque do mineronegócio como uma das facetas de expropriação da natureza na América Latina e no Brasil. 2) Contextualizamos o crime ambiental da Samarco trazendo a justiça ambiental como uma das nuances das formas de resistência dos movimentos sociais voltados para a causa ambiental, assim como a caracterização destes. 3) Adentrarei no estudo de caso da analisando as estratégias de mobilização e participação da comunidade de Regência nas discussões das ações para o enfrentamento das dificuldades ocorridas no território;

Tendo em vista a indissociabilidade entre o “tratamento teórico e a formulação metodológica” (NETTO, 2011) elencamos conjuntos de categorias e elementos que foram debatidos ao longo dos quatro capítulos que compõem este trabalho, a partir da compreensão de que as mesmas se articulam mutuamente na formação dinâmica da totalidade concreta: Questão ambiental; Dependência; Crime ambiental da Samarco; Movimentos Sociais; Regência Augusta.

Sobre a metodologia referencio numa perspectiva teórica crítica a partir do materialismo histórico dialético e afirmo o método dialético como a base da investigação e análise que resultaram no presente trabalho. Netto (2011), ao abordar as questões metodológicas a partir da obra de Karl Marx, aponta que as categorias de totalidade, contradição e mediação são nucleares na análise marxiana das relações sociais. Compreende-se aí, “uma totalidade concreta

inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO 2011, p.55-57). Cada uma dessas complexidades é regida por legalidades que lhes são peculiares, opera tendências a ela específicas e que não podem ser diretamente relacionadas a outros complexos. A relação entre os diversos complexos é perpassada pela contradição e é a mediação, por fatores que lhes são internos e externos, que as articulam mutuamente na formação dinâmica da totalidade concreta (NETTO, 2011).

Compreende-se que para a realização da pesquisa é necessário uma lente a fim de se entender o objeto pesquisado e, portanto pretende-se trabalhar a partir do método crítico dialético. Segundo Lima e Miotto (2007) o método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz também como necessidade que sejam incorporados ou superados a revisão crítica dos conceitos já existentes. Estabelece uma análise das representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão para se chegar à essência das relações.

A escolha do método crítico possibilita uma compreensão da realidade em sua essência, levando em consideração todo o movimento histórico do real e dialético da sociedade, no qual os sujeitos estão imersos em relações construídas e reconstruídas cotidianamente. Pois,

O lugar pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através dos corpos. Assim a análise do lugar envolve a ideia de uma construção tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora. Acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 2000, p. 26).

A construção de ciência a partir da realidade e de suas contradições é, numa perspectiva crítica, a demarcação de um posicionamento político, cuja orientação é a luta contra as desigualdades e opressões oriundas da exploração do trabalho pelo capital ou por este reproduzidas. Como salienta Alves-Mazzoti (2004, p.139).

A diferença básica entre a teoria crítica e as demais abordagens qualitativas está, portanto, na motivação política dos pesquisadores e nas questões sobre desigualdade e dominação que, em conseqüência, permeiam seus trabalhos. [...] Coerente com essas preocupações, a abordagem crítica é essencialmente relacional: procura-se investigar o que ocorre nos grupos e instituições relacionando as ações humanas com a cultura e as estruturas sociais e políticas, tentando compreender como as redes de poder são produzidas, mediadas e transformadas.

Como condição necessária de aproximação com a realidade local, torna-se viável a realização do estudo de caso por meio da utilização de procedimentos metodológicos com as técnicas e instrumentos necessários para o trabalho de campo, capaz de aproximar o pesquisador da realidade do estudo. Caracterizada como uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, essa dissertação foi construída a partir da realização de revisão da literatura que se constituiu em um exercício permanente durante o processo de elaboração textual. Além disso, foi realizada a coleta de dados por meio da técnica de grupo focal, conduzidos com auxílio de um roteiro de entrevista.

Inicialmente é necessário situar que o povoado de **Regência** é um distrito do município de Linhares, no Espírito Santo. O distrito possui cerca de dois mil habitantes, segundo dados do IBGE (2010) e está situado na região sudeste do município. A vila está inserida em um ambiente costeiro associado à foz de Rio Doce e a atividade econômica predominante é a atividade pesqueira (BORELLI, 2007).

Figura 2. Vila de Regência – Zona (Foz do Rio Doce)

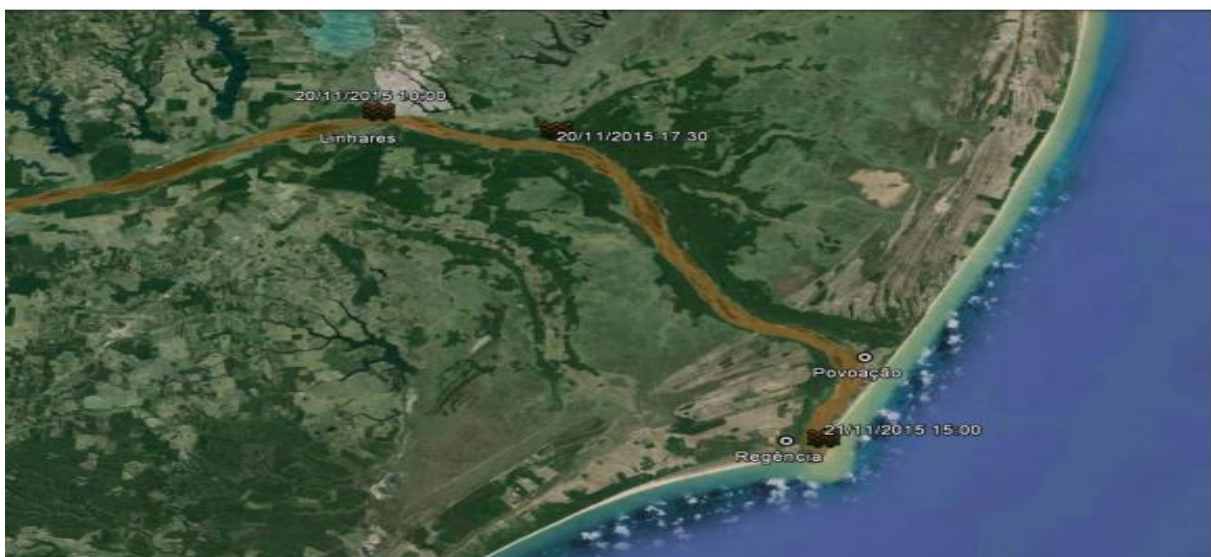


Figura 2. Detalhe da região de Linhares e Regência (Fonte: Google Earth)

Fonte: Google Earth, 2018.

Nesse estudo de caso, para entender a organização local se faz necessário pensar como Silva e Arns (2001) que a partir da percepção dos moradores consegue-se problematizar com o grupo

as potencialidades e características gerais do lugar. Assim, torna-se possível, ampliar os horizontes da capacitação organizacional, reunindo os principais sujeitos de um determinado segmento de grupos identificáveis, para se compreender o espaço e cotidiano.

Esse espaço de aproximação com a população local de Regência desperta entre tantas outras percepções uma convergência de saberes com aproximações sucessivas entendendo os elementos fundamentais como: história, trabalho, cultura e meio ambiente.

Para essa pesquisa, uma revisão de literatura foi realizada por meio do levantamento de bibliografias que abordassem a temática central, permitindo maior aproximação com o as categorias e conceitos explicitados no referencial teórico que norteiam este trabalho: questão ambiental; dependência, movimentos sociais. A pesquisa das fontes primárias, caracterizada por Tim May (2004) por documentos organizados coletivamente e sistematizados por seus órgãos competentes sendo dados coletados através de materiais já elaborados. Nessa pesquisa as informações foram extraídas de livros e relatórios, além de serem selecionados artigos publicados nas seguintes bases de dados: SCIELO, CAPES, GOOGLE ACADÊMICO e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), por meio das palavras-chaves: Crime ambiental Samarco; Questão ambiental; Dependência; Movimentos Sociais; Regência Augusta.

A revisão bibliográfica foi utilizada durante todo o desenvolvimento da dissertação, pois se compreende, assim como Alves e Mazzotti (1998), que a mesma traz referências de autores que discutem as categorias de análise citadas acima referentes ao tema pesquisado.

Para complementar a busca das fontes primárias foi selecionada ainda reportagens publicadas no Jornal “A Sirene”; “Voz da Foz”; “Metro”, assim como os relatórios do GEPEDES e ORGANON, através das palavras de busca: Regência (local de realização dessa pesquisa), dentro do período de 2015 a 2018, período este em que foi anunciado e vivido o crime ambiental.

Durante a realização da coleta de dados, através das idas à Regência e maior aproximação com os moradores descobri como tem sido os desdobramentos da lama na foz do Rio Doce, e assim retomo reflexões que permitiram maior contato com o objeto de análise deste trabalho.

Por se tratar de uma pesquisa de campo com seres humanos caracterizada como um estudo exploratório descritivo, com abordagem qualitativa, esta por sua vez, foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo, no dia 27 de dezembro de 2017 (n.º 2.457.281).

Para a pesquisa de campo na comunidade de Regência, optou-se pela realização do grupo focal que por meio de um roteiro planejado, permite dialogar com os sujeitos da pesquisa. A seleção da amostra para composição dos dois grupos focais iniciou pelo convite aos moradores (as) mais antigos na região, que por sua vez indicavam novos participantes e assim sucessivamente com o objetivo de formação do grupo focal. Caracterizada como “Bola de Neve”, uma técnica que prevê o passo subsequente às indicações dos primeiros participantes no estudo, solicitando a esses indicados, informações acerca de outros membros da população de interesse para a pesquisa (e agora indicados por eles), para, só então sair a campo e recrutá-los.

Albuquerque (2009) lembra ainda que em alguns estudos as “sementes” – são os primeiros selecionados recrutam o maior número de pessoas possíveis, os próprios pesquisadores podem efetuar esse recrutamento, por meio de agentes que atuam em um dado campo, com conhecimento aprofundado e trânsito em uma dada comunidade.

Para a realização do grupo focal foi elaborado um roteiro de perguntas (Apêndice 1). Assim sendo, de acordo com Bell (2008), antes de iniciar o grupo focal é importante ressaltar que a ética na condução do grupo é de ordem primordial. Ao utilizar esta técnica torna-se necessário se atentar, segundo a autora, as diretrizes éticas e protocolos, pois “não deve prosseguir sem o consentimento dos informantes em participar” (BELL, 2008, p. 135).

Dessa forma, os participantes foram convidados e informados pessoalmente sobre os objetivos da pesquisa, inclusive de forma detalhada com intuito de conceder a oportunidade de examinarem e optarem se queriam ou não participar, sendo garantido também o direito de desistirem da pesquisa no decorrer do grupo focal.

Antes de iniciar o grupo focal, todos os participantes foram esclarecidos sobre o objetivo da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2). Após isso, uma apresentação dos mesmos foi realizada da seguinte forma: inicialmente cada participante dizia seu nome, há quanto tempo residia em Regência e a atividade exercida. Seguindo com a

técnica do grupo focal, após a rodada de apresentação, o roteiro planejado com perguntas foi conduzido aos interlocutores.

Além disso, o registro das falas dos participantes foi feito por meio da gravação em áudio, levando em conta a consideração feita por Gatti (2012) de que a gravação em vídeo pode ser bastante intrusiva, o que pode causar a inibição dos participantes, e, além disso, apresenta algumas dificuldades técnicas e pode ser bem problemática, já que dificulta o sigilo dos participantes.

Através do levantamento de dados dos grupos focais a análise temática de conteúdo das falas foi realizada por meio da decodificação das mensagens, captando as evidências apreciadas nos objetivos da pesquisa. Para Bardin (2009), a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, usado primordialmente em uma pesquisa qualitativa. Sobre essa perspectiva da análise de conteúdo, Minayo (2014) faz a seguinte observação:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (p.307)

Seguindo a interpretação de Minayo (2016) a análise de conteúdo foi seguindo as seguintes etapas: Pré-análise; Exploração do material e Tratamento dos resultados/ Inferência/ Interpretação. A partir da leitura fluente foi captado os temas que se refere a uma unidade maior em torno do qual se tira uma conclusão. Empregando a referência de Minayo (2016) os elementos são destacados a partir da decomposição do conjunto da mensagem no qual são destacadas de acordo com a finalidade do estudo e o conteúdo das mensagens, são obtidas através de algumas frases e orações.

Dividimos, assim, a análise em quatro grandes temas: A memória das relações sociais dos moradores de Regência antes da lama; Os impactos da lama na vida da comunidade de Regência; Avaliação da comunidade diante das ações desenvolvidas pela Samarco; A comunidade que resiste e se reinventa. Esses temas foram escolhidos após a realização dos

grupos focais como forma de responder aos nossos objetivos e ao objeto de pesquisa e, apesar da separação, eles estão relacionados entre si. Quando olhamos para a realidade e vivenciamos essas experiências, os sentimos na pele e por eles somos perpassadas, diante das dificuldades enfrentadas e das formas de superação transformam em resistência dessa comunidade. Entretanto, como parte do método que orienta essa pesquisa e em consonância com o método de análise de dados, esses quatro temas estão diretamente ligados às categorias de análise que norteiam esse trabalho: Questão ambiental; Dependência e Movimentos Sociais.

O benefício deste estudo para a comunidade de Regência está relacionada à possibilidade do resultado deste trabalho se tornar um instrumento que contribua com as reflexões acerca das lutas e resistências organizadas no enfrentamento do avanço do capital sobre seu território.

O trabalho se divide em três capítulos, mas destaco que a descrição metodológica em etapas não situa este trabalho numa perspectiva linear e estruturalista, mas abrange processo de exposição dialógico entre o que produz a síntese e a própria investigação. Como processo, seu desenvolvimento é permanente e inconcluso, pois a partir do próprio conhecimento do real a relação dialética da história conduz a novos trilhares e conquistas.

O capítulo 1 deste trabalho traz como foco a crítica da economia política sob a análise das relações sociais sob o domínio do capital com a pretensão de revelar as contradições inerentes às leis gerais do movimento do capital, principalmente trazendo que a natureza como mercadoria. Aprofundo a partir dessa discussão, o enfoque do mineronegócio como uma das facetas de expropriação da natureza na América Latina e no Brasil. O capítulo 2 contextualiza o crime ambiental da Samarco trazendo a justiça ambiental como uma das nuances das formas de resistência dos movimentos sociais voltados para a causa ambiental, assim como a caracterização destes. O capítulo 3 adentrará no estudo de caso da resistência da comunidade de Regência diante do impacto da lama de rejeitos.

CAPÍTULO 1. A APROPRIAÇÃO DESTRUTIVA DO MEIO AMBIENTE SOB O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL

“... continuamos aplaudindo o sequestro dos bens naturais com que Deus, ou o Diabo, nos distinguiu, e assim trabalhamos para a nossa perdição e contribuimos para o extermínio da escassa natureza que nos resta...” Galeano (2013, p. 5).

Este capítulo adentrará no debate marxista da concepção da relação do ser humano e natureza e a dinâmica dessa separação, entendendo que o modo de produção em um dado momento no marco da transformação do desenvolvimento das forças produtivas reverte-se contra os trabalhadores e contra a natureza. O tratamento da bibliografia disponível aborda a relação metabólica ser humano e natureza, assim como as formas sociais históricas de desenvolvimento do capitalismo, permitindo uma apropriação do objeto a partir de suas mediações fundamentais. O que é necessário explicitar é que o capital se apropria da natureza convertendo-a em objeto de transação mercantil para assegurar a extração da mais-valia. Trazer o debate do capitalismo dependente brasileiro se torna necessário diante do cenário fortemente excludente, superexplorador e limitador da potencialidade de povos e países da periferia.

1.1 Relação Ser Humano e Natureza no Capitalismo: as linhas de seu rompimento

Início com as palavras do conceito de “maestria da natureza” que o autor Foster (2005) citou em seu livro ‘A Ecologia de Marx’ que

Os homens, na luta com a natureza (isto é, na luta pela liberdade), entram em certas relações uns com os outros para conquistar essa liberdade. Mas os homens não podem mudar a natureza sem mudar a si mesmos. A plena compreensão desta mútua interpenetração do movimento reflexivo dos homens e da natureza, tendo como mediador as relações necessárias e em desenvolvimento conhecidas como sociedade, é o reconhecimento da necessidade. Vista objetivamente, esta ativa relação sujeito-objeto é a ciência; vista subjetivamente, é a arte; mas, como consciência emergindo em ativa união com a prática, ela é simplesmente a vida concreta – todo o processo de trabalhar, sentir, pensar e comportar-se como indivíduo humano num mundo único de indivíduos e natureza (p.279).

A perspectiva teórica adotada do materialismo histórico compõe os processos históricos de desenvolvimento e de transformação. Sendo assim, inicialmente é necessário discutir o que seria o “meio ambiente”, o que é e onde está, logo poderemos traduzir como um espaço onde o homem se constrói e se constitui, construindo-o e modificando-o ao longo dos anos, dependendo da forma como nos relacionamos com a natureza. Assim, “meio ambiente” não é um espaço exterior ao homem, com o qual não se tem nenhuma relação ou responsabilidade; ao contrário, nós – seres humanos – somos o meio ambiente, assim como todas as outras vidas deste planeta (SAUER; RIBEIRO, 2012).

Segundo Bourckhardt (2010) entende-se que a discussão em torno do meio ambiente requer a compreensão acerca dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista e das relações de produção a ele inerentes. Em qualquer forma de organização social o homem transforma a natureza produzindo bens que atendam suas necessidades, porém, no modo de produção capitalista a relação ser humano-natureza, pelo trabalho, adquire contornos específicos.

Como metabolismo próprio do ser humano para obtenção de meios necessários à sua existência existe o trabalho, capaz de mediar o processo de criação, com propriedades tangíveis, no qual descreve Marx no O Capital, logo no primeiro capítulo,

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. [...] atividade orientada a um fim de produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição natural e eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (Marx, 1988, p. 50 – 146).

No capitalismo para satisfazer as necessidades humanas, a forma de interdependência social é mediada pelo trabalho (metabolismo sociedade-natureza), que não se reduz a um processo técnico de produção, mas se encontra moldado por relações sociais objetivadas, como valor e capital, que, por sua vez, se fundam em relações de expropriação e dominação (LOUREIRO, 2007).

O trabalho e a natureza são transformados em mercadoria e a finalidade da produção social passa a ser o mais-valor, ou seja, a riqueza material obtida pela exploração do excedente de trabalho em relações de expropriação do trabalhador – o dinheiro que se valoriza nos complexos ciclos sociais e se torna capital. Isso não só inverte o sentido da criação dos meios de vida e subordina a produção material da existência à produção de mais-valor, como exige a divisão social e técnica do trabalho, a afirmação ideológica da supremacia da racionalidade

instrumental, a precarização das relações de trabalho, a hiperespecialização do conhecimento e sua fragmentação para fins de efetividade do processo produtivo de mercadorias. Em uma sociedade determinada pela mercadoria, as objetivações do trabalho de alguém são meios pelos quais se adquirem bens produzidos por outros; trabalha-se para poder adquirir outros produtos. Os produtos próprios servem a outra pessoa como um bem, um valor de uso; servem ao produtor como um meio para adquirir produtos do trabalho de outros (LOUREIRO, 2007).

A objetividade primeira é o produto do trabalho humano que tem como objeto a mercadoria, que na medida em que os valores de uso são comercializados, vendidos no mercado capitalista, eles constituem-se em mercadorias com valor de troca. A produção de mercadorias requer a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção, que obriga o trabalhador a vender sua força de trabalho e permite ao capitalista a extração da mais-valia (valor excedente produzido pelo trabalhador assalariado), garantindo o objetivo final da produção capitalista – a obtenção de lucros crescentes (NETTO; BRAZ, 2009). Assim configurado o modo de produção capitalista, tudo passa a ser objeto de compra e venda. A lógica mercantil é generalizada também para o conjunto das relações sociais, que passam a ser entendidas como “relações entre coisas”.

A autora Bourckhardt (2010) faz uma reflexão crítica acerca de que as relações entre os seres humanos nesse processo avançam como uma relação entre coisas e a relação ser humano-natureza também se torna pragmática, pois a natureza também é transformada em mercadoria e sujeitada às leis do mercado. Entende-se, portanto que essa relação com a natureza é acentuada e torna-se destrutiva na medida em que as necessidades humanas e a produção de valores de uso passam a ser subordinadas à produção de mercadorias, onde sobressai o valor de troca que alimenta a lucratividade e o ciclo reprodutivo do capital.

É nesse sentido que o desenvolvimento do ser social – mediado pelo trabalho como “atividade exercida exclusivamente pelos homens”- tem se constituído em crescente diferencialidade em relação ao mundo natural, e é com a sociedade burguesa, através da apropriação privada da natureza e do trabalho alheio, que este processo opera uma radical transformação: o homem é apartado do seu “corpo inorgânico” e o trabalho alienado inaugura uma nova etapa na relação com o meio ambiente, na qual o domínio da terra em mãos do capitalista avança para o domínio da natureza, em nível planetário, e da própria humanidade (SILVA, 2010).

A partir do avanço da dominação do ser humano sob a natureza esbarra segundo Vasquez (1977) no conceito de alienação em Marx como não constitutiva do homem, não como uma dimensão essencial da natureza humana, e sim como o homem - aliena sua essência através do trabalho numa relação prática, material com a natureza que determina certa relação entre os homens.

Marx entende que a alienação no sistema capitalista é uma totalidade complexa, e, para efeito de análise, ele a desmembra em alguns aspectos. O primeiro é a alienação das coisas: o trabalhador é roubado não só na sua vida, mas também no seu objeto de trabalho. Quanto mais ele se esforça, mais pobre se torna, menos se pertence a si mesmo. A natureza se apresenta ao homem como sua fonte de meios de vida e de meios de trabalho. Mas, no capitalismo, quanto mais o trabalhador se apropria da natureza, mais ela deixa de servir como meio para seu trabalho e meio para si próprio. O segundo aspecto é a alienação de si próprio do trabalhador, o outro nome para a alienação no próprio ato da produção. Aqui, o trabalho é exterior ao trabalhador: ele não se afirma no trabalho, mas apenas um meio de satisfazer necessidades exteriores a ele (DUARTE, 1993).

Segundo Duarte (1993) o trabalho alienado inverte a relação na medida em que ele faz da essência humana somente um meio para sua existência. O animal só se produz a si mesmo, enquanto o homem reproduz toda a natureza: através da produção humana a natureza aparece como sua obra:

O objeto de trabalho é, portanto, a objetivação da vida genérica do homem (...). No que o trabalho alienado usurpa do homem o objeto de sua produção, ele usurpa sua vida genérica, sua real objetivação genérica e transforma sua vantagem sobre o animal na desvantagem de que seu corpo inorgânico, a natureza, lhe é subtraído (DUARTE, 1993, p. 47).

O fundamento principal, portanto, seria a atividade do trabalhador não lhe pertencer, ou seja, uma alienação do homem de si e da natureza aparece na relação a outro homem distinto dele. Conseqüência da alienação do trabalho na conformação da sociedade capitalista, a autora Bourckhardt (2010) destaca a categoria “alienação da natureza” que se amplia na medida em que o homem deixa de se reconhecer como parte do meio ambiente onde vive.

Nesse contexto, a interação dos homens na natureza (o metabolismo), torna-se uma relação de dominação, de apropriação ilimitada dos recursos naturais. Considera-se que a ideia de metabolismo e a alienação mantêm-se categorias atuais e fundamentais para a compreensão do

que vem sendo chamado de crise ambiental. Isso porque levam a questionar o modo de produzir a vida em sociedade. Portanto, tem-se que o meio ambiente é considerado mais uma mercadoria comercializável, cuja expropriação atende os princípios de lucratividade. Visto dessa forma, a alienação em relação à natureza tende a crescer e o metabolismo social é comprometido (BOURCKHARDT, 2010).

Como lembra Mézaros (2002) não é a unidade da humanidade viva e ativa com as condições naturais, inorgânicas da sua troca metabólica com a natureza, e, portanto sua apropriação da natureza, que requer uma explicação ou é o resultado de um processo histórico, mas antes a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e sua existência ativa, uma separação que está posta completamente apenas na relação entre trabalho assalariado e capital.

Não resta dúvida de que falta a Marx e Engels uma perspectiva ecológica de conjunto. Por outro lado, é impossível pensar em uma ecologia crítica à altura dos desafios contemporâneos sem ter em conta a crítica marxiana da economia política, o questionamento da lógica destrutiva induzida pela acumulação ilimitada de capital. Uma ecologia que ignora ou negligencia o marxismo e sua crítica do fetichismo da mercadoria está condenada a não ser mais do que uma correção dos ‘excessos’ do produtivismo capitalista (LÖWY, 2005, p.37-38).

Dessa forma, as realizações problemáticas do sistema do capital emergem de uma estratégia autocontraditória que ignora as exigências de um adequado “domínio do homem sobre suas condições de existência orgânica ou inorgânica como pré-condição necessária de um domínio humano socialmente viável sobre as forças da natureza”. Um processo que se desdobra em circunstâncias nas quais a reprodução social não é mais dominada pelo peso da “escassez”-primeiramente natural, mas, depois, cada vez mais causada pelos homens de forma paradoxal e assustadora. Ou seja, em circunstâncias em que o até o presente “domínio do homem sobre a natureza”, frágil e de muitas maneiras ilusório, não poderá ser realizado estritamente para o benefício da minoria no poder, ao preço do jugo da vasta maioria da humanidade às demandas alienantes da produção da mercadoria (LOUREIRO, 2007).

Com o desenvolvimento das forças produtivas e o modo de produção empregado atualmente em torno da vida humana foram capazes de aguçar a sua própria auto-destruição quando no seu modo de agir em relação à natureza, podendo a chegar em danos não recuperáveis. Diante desse quadro Zacarias (2009) faz uma ressalva lembrando que é um equívoco relacionar a crise ambiental apenas com os padrões de produção e consumo. É no conjunto de relações sociais capitalistas, baseadas na exploração do trabalho pelo capital, na mais-valia, no lucro, na propriedade privada e na acumulação do capital que está à gênese da crise ambiental, mas sim o modo como são distribuídos os meios de produção e as relações sociais que se firmam entre

os homens e entre eles e a natureza a partir dessa forma de organização geram diferenças quanto à apropriação dos recursos naturais.

No modo de produção capitalista a exploração da força de trabalho é aliada à exploração dos recursos naturais. A natureza é incorporada e submetida aos imperativos da reprodução capitalista na medida em que possibilita a redução dos custos da produção e a obtenção de lucros fáceis e imediatos. “Dentro do universo do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas convertem-se em desenvolvimento das forças destrutivas da natureza e dos homens” (ZACARIAS, 2009, p. 136).

As consequências abaláveis em relação à produção e ao consumo, vale lembrar como destaca Pedroza (2007)

Se na origem da história o homem se aliena na natureza para constituir-se sujeito, no capitalismo tardio a socialização radical condiciona todo indivíduo a alienar-se da natureza para integrar-se na lógica da produção e do consumo. Isso é o que define alienação e é essa alienação que é agora mais que o bloqueio do progresso, proporciona um retorno à barbárie: a indiferenciação dos animais. Na alienação, “altera-se a consciência que o homem tem da própria espécie”: nesse sentido o senso comum ecológico é verdadeiro ao definir o homem como animal. Quando a vida é alienada, o homem torna-se estranho a si próprio (PEDROZA, 2007, p. 95).

O processo de acúmulo de riqueza, estimulados pelo processo vital de reprodução da vida humana é ao mesmo tempo destruidor, este processo é caracterizado como formador de valores de troca. Conforme Mézaros (2002) trata-se de uma forma de sociabilidade marcada pela subordinação do homem aos preceitos apriorísticos alienantes da vendabilidade universal.

Com base no texto Crise Estrutural do Capital, Mézaros (2009) aponta esse esgotamento do modo de produção capitalista e que o problema da ecologia e do modo de vida no qual a população perpassa tem se mostrado bastante relevante diante a necessidade do crescimento capitalista. Aponta ainda que existam os limites absolutos da existência humana tendo como um das preocupações o nível ecológico em que a destruição irreversível do meio ambiente em virtude dos próprios limites do capital colidem agora com a existência humana, extraindo lucro das questões mais vitais para o ser humano.

Menegat (2012) afirma que o domínio absoluto do capital, isto é, a transformação de tudo em mercadorias, se realiza, na relação dos seres humanos com a natureza, na forma de uma manipulação total desta. No mesmo sentido Kurz (1991) fundamenta esse sistema como produtor de mercadorias e que o auto-movimento do dinheiro abstrato e privado de sensibilidade, faz nascerem leis históricas destrutivas. O sistema produtor de mercadorias

aprofundou o caráter de destruição ambiental que converte tudo em supérfluo e descartável, onde a exploração abstrata da força de trabalho humana emprega a mesma abstração em relação às matérias naturais exploradas nesse processo.

Silva (2010) afirma que a dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda quando a humanidade vai aprofundando sua trajetória em níveis cada vez mais inquietantes de esgotamento dos recursos naturais. O modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza, revelando uma contradição crescente entre as necessidades de expansão da produção e as condições do planeta para prover esse desenvolvimento. Complementa ainda que os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo, não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado e conseqüentemente, à obtenção de lucro. Foster (2005, p.227) argumenta que

Todo o processo de acumulação primitiva (...) teve profundas implicações ecológicas. Já sob a forma de propriedade feudal, a terra tinha sido transformada no corpo “corpo inorgânico de seus senhores”. No capitalismo, com a conseqüente alienação da terra (e da natureza), o domínio do homem sobre o homem estendeu-se a terra como o homem tinha reduzido ao nível de um “objeto venal”.

Com o pensamento dos autores como Chesnais e Serfati (2003) que além da expulsão dos camponeses da terra e a submissão da atividade agrícola mercantil, dois mecanismos complementam o processo de fundação das bases do modo de produção burguês e das formas de dominação que lhe são imanentes: a propriedade privada dos recursos do subsolo, permitindo a apropriação das rendas, e a gratuidade dos demais recursos naturais.

Decerto que a efetiva apropriação da natureza após o desenvolvimento das forças produtivas com o auge da grande indústria concretiza o ideário moderno de “domínio da natureza”.

Essa evidência da dilapidação da natureza se torna mais evidente nos momentos de crise quando as dificuldades e contradições do sistema questionam as bases de sua reprodução. Como afirma Mandel (1982) a crise das relações de produção capitalistas deve ser vista como uma crise social global, isto é a decadência histórica de todo um sistema social apresenta-se como crise das condições capitalistas de apropriação, valorização e acumulação.

Essa relação é evidenciada, claramente por Mandel (1982), quando:

A raiz desses males está na sobrevivência da produção de mercadorias- em outras palavras, na reconstrução da força de trabalho social total, fragmentada em trabalhos privados pela via do rodeio das leis de mercado, com sua reificação de todas as relações humanas e sua mudança de todas as atividades econômicas, passando de meios a fins de satisfação das necessidades humanas racionais e de ampliação das possibilidades da vida humana, como fins em si mesma (p.102).

Todas essas vertentes interpretativas da crise do capital e as consequências em função das proporções o qual atinge, provocam uma grande discussão. Aqueles que defendem a superação da sociedade do capital pela construção de outra sociedade, que no campo da crítica da modernidade, Kurz (2008) aprofunda que

Razão significa nesse aspecto, nada mais que uma reflexão sobre os nexos naturais na consciência e um comportamento correspondente na reconfiguração social da natureza que evite a exploração exaustiva e absurda e os efeitos colaterais destrutivos. Uma organização racional da sociedade não pode, porém, se restringir somente ao “processo de metabolismo com a natureza (p.01).

Os ditames de produção vistos por Leff (2001) apontam que o processo civilizatório da modernidade fundou-se em princípios de racionalidade econômica e instrumental moldando as diversas esferas do corpo social: os padrões tecnológicos, as práticas de produção, a organização burocrática e os aparelhos ideológicos do Estado, sendo que problemática ecológica questiona os custos socioambientais derivados de uma racionalidade produtiva fundada no cálculo econômico, na eficácia dos sistemas e de seus meios tecnológicos.

Conforme Silva (2010) a perspectiva marxista, denota a “questão ambiental” a partir de uma racionalidade histórica, pois não se restringe aos desdobramentos da ação humana sobre a natureza, mas sim resulta da forma social voltada para a produção de mercadorias, embora seja mediada por elementos históricos, geopolíticos e culturais.

Como expressão das contradições geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas na ordem capitalista, a “questão ambiental” ganha conotação a partir da degradação da natureza em extensão planetária, bem como pela ação dos movimentos ambientalistas e demais movimentos que colocaram essa temática em pauta a partir do último quadrante do século XX.

Já a partir do século XXI o capitalismo tardio é caracterizado pela acumulação financeira, onde o capital rentista assume hegemonia na sociedade, definindo novas bases do processo de acumulação. O que Silva (2010) revela é que um complexo sistema de acumulação financeira articula e preside as diversas esferas da vida social, a fim de assegurar a reprodução das grandes

corporações transnacionais à custa de uma crescente polarização da riqueza, ainda que isto se dê à custa da crescente dilapidação da natureza.

Como analisa Silva (2010), o modo burguês de produzir e reproduzir-se submeteu a humanidade a um impasse: onde ao mesmo tempo, que se produz riqueza, também se produz pobreza, e através do desenvolvimento tecnológico que acalentou as modernas aspirações de domínio da natureza para dela obter as fontes de satisfação das necessidades humanas, porém se tornou uma fonte de destruição.

A irracionalidade do capital pereniza os traços perdulários do sistema – à medida que para fazer face à sua crise estrutural, aprofunda os traços financistas da economia mundial, intensificando as contradições entre capital fictício e capital produtivo. Depara-se, crescentemente, com sua impotência para enfrentar os efeitos da destruição que lhe é imanente (SILVA, 2010).

O desenvolvimento científico e tecnológico destinado a assegurar os mecanismos de apropriação da natureza e do trabalho alienado, também tem revelado que os níveis de esgotamento da natureza não só colocam em risco a existência de inúmeras espécies vivas do planeta (o que por si mesmo representa um enorme desafio para o gênero humano), como indicam um agravamento das condições materiais para a reprodução do sistema.

As contradições deste movimento são crescentes, assim como as barreiras à reprodução do capital; as tendências futuras apenas se insinuam no horizonte da sociabilidade burguesa, como nos informa Foster (2005) que o capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o “ajuste espacial” da exploração e expansão geográfica. O imperialismo ecológico – o crescimento do centro do sistema a taxas insustentáveis mediante a contínua degradação ecológica da periferia – está gerando um conjunto de contradições ecológicas em escala planetária que põe em risco a biosfera em sua totalidade.

Conforme citado por Zacarias (2014) falta nesse discurso, uma análise estrutural, já que a exploração dos recursos naturais, assim como a da força de trabalho, são condições sine qua non para a existência e perpetuação do modo de acumulação capitalista. Entendendo que a questão ambiental é apresentada como uma disfunção, se complexifica diante da dificuldade de aliar desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e preservação da natureza. Daí que as alternativas propostas pelas agências internacionais, ONGs, empresariado e o próprio Estado

não tencionem o âmbito das relações sociais que é onde se dão as condições da produção das mercadorias.

Com o agravamento da barbárie não é permitido ignorar que as espessas nuvens de uma catástrofe ambiental e social se tornam a cada instante visivelmente mais escuras no horizonte da humanidade (MÉSZÁROS, 2007). Fechar os olhos para esta realidade não representa uma solução; a rigor, em razão da ameaçadora crise social e ambiental com a qual hoje se depara, nem sequer esta opção é permitida. O amadurecimento da crise do capital promove o que de mais profundo e íntimo existe no capital, sua desumanidade.

1.2 A degradação ambiental em país de capitalismo dependente – caso brasileiro

Com intuito de levantar elementos reflexivos que nos aproximem de uma possível resposta, nossa intenção neste capítulo é estabelecer um diálogo categorial entre importantes autores do marxismo (Ernest Mandel, Florestan Fernandes, Ruy. M. Marini, Eduardo Galeano, Teotonio dos Santos, Roberta Traspadini), com o fim de estabelecer o encontro categorial que explicita a natureza e a estrutura do capitalismo dependente brasileiro e como a degradação ambiental torna parte importante nesse dito “desenvolvimento”.

Como citado por Foster (2006) a degradação ecológica no nível universal está intimamente relacionada com as divisões dentro do sistema capitalista mundial, o qual se deduz do fato de que a economia mundial está dividida em numerosos estados nacionais que competem entre si diretamente e através de suas corporações. O sistema capitalista também está dividido hierarquicamente entre um centro e uma periferia de nações que ocupam posições fundamentalmente diferentes na divisão internacional do trabalho, e em um sistema mundial de dominação e dependência.

A dependência exposta por Marini (2011) abre a discussão entendida como “a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p.135).

O esforço de conceitualização geral foi realizado no trabalho sobre “La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependência en América Latina”, de Theotônio dos Santos que serve de marco teórico do presente estudo. Nesse trabalho se argumenta que em primeiro lugar, devemos caracterizar a dependência como uma situação condicionante. A dependência é uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual se encontra submetida. Uma situação condicionante determina os limites e possibilidades de ação e comportamento dos homens. Dessa forma, a dependência condiciona uma certa estrutura interna que a redefine em função das possibilidades estruturais das diferentes economias nacionais.

Completa essa relação enfatizando que a economia exportadora, que surge a meados do século XIX nos países pioneiros (Chile e Brasil), generalizando-se depois, aparecia, nessa perspectiva, como o processo e resultado de uma transição ao capitalismo e como a forma que assume esse capitalismo no marco de uma determinada divisão internacional do trabalho (MARINI, 2000). A categoria dependência, portanto, cumpre nos marcos hegemônicos das economias imperialistas a relação desigual do desenvolvimento do capitalismo periférico latino-americano, definindo a função, em cada época, de cada país na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

O Mandel (1985) explicita que através do mercado mundial (DIT) o capitalismo se estrutura enquanto um sistema mundial desigual e combinado. A própria formação e estrutura do mercado capitalista é fruto da lógica da apropriação privada da produção social de riqueza que, para o autor, deve ser entendido como “um sistema articulado de relações de produção capitalistas, semi-capitalistas e pré-capitalistas, ligadas entre si por relações capitalistas e dominadas pelo mercado capitalista mundial” (MANDEL, 1985, p.32). Sendo assim, a desigualdade entre as nações é construída e consolidada para compor o intercâmbio comercial realizado no mercado mundial, cumprindo funções determinadas pela dinâmica necessariamente desigual do modo de produção capitalista como um todo, a partir da lógica determinante da acumulação e valorização do capital.

Aceito isto, as transferências de valor que daí advém não podiam ser vistas como uma irregularidade ou um estorvo, mas antes como consequência da legalidade própria do mercado mundial que possui como um estimulante do desenvolvimento da produção capitalista latino-

americana, a base de duas premissas: abundância de recursos naturais e superexploração da força de trabalho (a qual pressupunha abundância de mão de obra). A primeira premissa dava como resultado a monoprodução; a segunda, os indicadores próprios das economias subdesenvolvidas (MARINI, 2000).

O enfrentamento da condição dependente e periférica do Brasil perante o dinamismo do capital em sua fase imperialista requer conhecer as suas particularidades. Manifestações estas que implicadas pelo dinamismo de como afirma Mandel, em “Capitalismo tardio”, ao referir-se à categoria subdesenvolvimento explica que “do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho)” (MANDEL, 1985, p.40).

O Brasil desvela o subdesenvolvimento manifestando-o nos mais diversos níveis da vida econômica, social, política e cultural e também reproduz internamente uma dinâmica desigual e articulada entre as diversas regiões e dentro delas, delineando a função da terra e do trabalho em conformidade com os interesses dominantes. O subdesenvolvimento dentro da economia subdesenvolvida condiciona o poder de algumas regiões metropolitanas, assim como o subdesenvolvimento do Brasil, por exemplo, exprime o ritmo do processo hegemônico das economias imperialistas (MANDEL, 1985; FERNANDES, 1975).

É importante destacar que o subdesenvolvimento vai formando uma modalidade de capitalismo dependente, tornando o consumo da população trabalhadora como um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor do que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo (MARINI, 2000).

Isso se relaciona com a tendência do capitalismo dependente a criar padrões de reprodução voltados aos mercados externos. É um capitalismo em que o poder de consumo dos trabalhadores das regiões para as quais exporta é mais importante que a própria economia local. Ao analisar a história econômica da região se constata precisamente que o chamado período de industrialização é apenas um breve parêntese numa longa história do predomínio de padrões

exportadores na América Latina: o primeiro agro-mineiro exportador e, na atualidade, o de especialização produtiva (MARINI, 2000).

O caráter dependente do capitalismo latino-americano está intrínseco ao desenvolvimento capitalista internacional sob o império das grandes potências mundiais. O Brasil na característica histórica do passado escravocrata e estrutura latifundiária incorpora, desde então, a relação inicialmente de complementaridade, entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial emergente.

É a própria estrutura do capitalismo na sua fase superior que imprime o status de capitalismo dependente a determinadas regiões estratégicas para a produção e composição geral da lei do valor-trabalho. Os estágios mais avançados da concorrência intercapitalista entre os monopólios se desdobram em uma relação cada vez mais perversa de sujeição das 51 economias ricas em recursos naturais e abundantes em força de trabalho, sujeitadas à produção de vida condicionada pelos processos organizadores da valorização do capital (TRASPADINI, 2016, p. 50-51).

Como destaca Marini (2000) foi sob a estrutura do sistema agrário que se criaram as condições favoráveis para impulsionar a acumulação de capital exigida pela industrialização nas décadas de 1930 a 1950. Tem-se que “a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro” (Idem, p.79). Mas, a partir da década de 1950, conforme a indústria foi se desenvolvendo, o setor agrário tornou-se insuficiente para atender a expansão urbana.

O Brasil nessa conjuntura possui uma particularidade segundo Florestan (1975) uma desigualdade de origem institucional. O país é tratado como subdesenvolvido não por ser pobre e economicamente atrasado, mas porque seu capitalismo, em vez de auto-suficiente e autônomo, seria dependente. Depende da calibração dos fatores externos envolvidos, é a natureza do nexa da dependência, a polarização da hegemonia e o poder de determinação do núcleo dominante (FLORESTAN, 1975).

Nos marcos do século XXI, sob a tutela neoliberal e o comando imperialista, assistimos não apenas à reprimarização da economia, mas o brutal avanço do capital sobre a terra e o trabalho no Brasil. Consideramos que desvendar a realidade das regiões consideradas subdesenvolvidas,

imersas no próprio desenvolvimento dependente do capitalismo brasileiro, é uma das formas essenciais de análise da atual configuração da contraditória relação capital-trabalho.

A dependência brasileira pode ser localizada na estrutura agrária, cuja concentração de terras permite o acúmulo de riquezas nas mãos de um número reduzido de grandes proprietários. Esta estrutura, voltada à exportação, constituiu a base do processo de industrialização do país e de sua efetiva inserção no mercado competitivo internacional e as implicações daí decorrentes.

Foi assim que o extrativismo no Brasil foi tomando grandes extensões de territórios, os quais são ocupados por populações indígenas, ribeirinhos, camponeses etc. e em consonância foi aumentando os conflitos ambientais ligados ao extrativismo nas últimas décadas (LOSEKANN, 2016).

Um desses exemplos é a atividade de extração mineral. Com a necessidade do desenvolvimento econômico de vários países a extração mineral se intensificou inclusive do Brasil, causando danos à natureza não sendo só um problema local e regional, mas alguns impactos que chegam a nível global. A atividade mineração, como exploração de um recurso natural causa sérios impactos negativos ao meio ambiente, seja degradando áreas naturais ou acumulando resíduos sólidos ou líquidos (COSTA, 2016).

Esse modelo agro-exportador se expressa na necessidade de produzir aqueles produtos demandados para satisfazer o mercado internacional, e com a entrada direta de capitais externos, através de incentivos à instalação de grandes empresas estrangeiras e investimentos nos setores responsáveis por garantir a infra-estrutura necessária à expansão capitalista o processo de produção se expande, agravando por sua vez as condições de vida da população em geral, tanto no campo como no meio urbano. Mas, as respostas às crescentes demandas permaneceram atreladas aos interesses econômicos internacionais sob o comando dos organismos financeiros (BOURCKHARDT, 2009).

Podemos constatar, portanto, que o que ocorre também através da relação de dependência do Brasil em relação a outros países centrais é uma desigualdade ambiental que permeia tanto em termos de proteção desigual como de acesso desigual, nos leva a reconhecer que o que está em jogo não é simplesmente a sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, ou as escolhas técnicas descoladas da dinâmica da sociedade, mas sim as formas sociais de apropriação, uso e mau uso desses recursos e desse ambiente.

É nesse sentido que os mecanismos de produção da desigualdade ambiental se assemelham muito aos mecanismos da desigualdade social. Ao contrário do discurso da escassez, que pressupõe uma distribuição homogênea das partes do meio ambiente, o discurso dos movimentos por justiça ambiental evidencia o caráter fortemente desigual da apropriação das partes do meio ambiente e dos recursos naturais.

A desigualdade ambiental e apropriação desses recursos causam processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural, enfim, dos meios que permitam a reprodução das condições de existência), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriadas por outrem (ACSELRAD, 2009).

Na era dos monopólios consolida-se a exportação de capitais (na forma mercadoria e na forma dinheiro) e o mundo é repartido, através da guerra intercapitalista, entre as nações imperialistas. Estas poucas gigantes nações sedes dos grandes capitais monopolistas concentrados e centralizados em poucas mãos determinam às nações subdesenvolvidas o ritmo e o tipo de desenvolvimento que lhes cabe dentro da lógica da manutenção e expansão do imperialismo (MARINI, 2011; MANDEL, 1985)

Sobre a relação entre países, Chesnais e Serfati (2003) entendem que no plano político, o capital é plenamente capaz de transferir o peso das degradações para países e classes mais fracas. Em caso de necessidade, ele pode, em último recurso, dirigir toda a potência militar dos imperialismos dominantes para tarefas de “manutenção da ordem” em todas as partes do mundo em que as degradações das condições de existência dos povos, sob efeito das destruições ambientais. Complementa ainda, que com a tendência do recrudescimento da degradação ambiental – com um viés inevitavelmente escatológico – haveria também maior controle dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos. Os países mais ricos não abrirão mão da guerra, caso necessitem lutar por mananciais de água, ares despoluídos, lugares com temperaturas menos inóspitas, aquíferos e/ou áreas florestais com grande biodiversidade.

É neste contexto que se evidencia a necessidade de estudo da questão ambiental e as lutas sociais ligadas a este tema, sendo que o capital pressupõe a destruição da natureza e da própria vida. De um lado o sistema societário mantém acumulação de riquezas para alguns; expropriação do trabalho e dos recursos naturais; e que se estabelece na administração da escassez de muitos.

1.3 A megamineração como tragédia anunciada na América Latina

Enquanto América Latina houveram as piores consequências da implantação de uma economia mineira. As minas exigiam grandes transposições populacionais e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; extinguíam muitas vezes inumeráveis vidas através do trabalho forçado como também, indiretamente, extinguíam o sistema coletivo de cultivos em terras da América Latina (GALEANO, 2013).

Galeano (2013) afirma claramente que a América Latina esteve na posição elevada no sentido de garantir a expansão de novas fronteiras do extrativismo mineral, desde a primeira década do século XXI. Seguido do aumento do preço de commodities minerais como minério de ferro, cobre, ouro e alumínio, fortaleceu a expansão de novas fronteiras do extrativismo mineral. Deste modo houve uma ascensão dos efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos.

O modelo de extrativismo mineral exportador baseado nos grandes projetos fortalece estratégias de controle dos territórios e acumulação por espoliação. A escala de produção e consumo, os métodos e ritmos extrativos, assim como o uso e desperdício dos próprios minérios, água e energia ilustram a insustentabilidade e as contradições da mineração no Brasil e na América Latina (GONÇALVES, 2016, p. 38).

Gonçalves (2016) ainda afirma que na América Latina foram extraídos recursos que abasteceram os interesses capitalistas de países europeus como Espanha, Portugal e Inglaterra, subordinando os territórios “descobertos” na Divisão Internacional do Trabalho enquanto exportadores de matéria-prima. Portanto, mesmo depois de mais de cinco séculos, esta região do continente americano continua servindo aos interesses hegemônicos dos países ricos industrializados por produtos primários.

Galeano (2013) chama a América Latina, como a região das veias abertas. Toda a sua terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos, desde o seu descobrimento até os dias atuais, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, de fora para dentro.

O aumento do preço das commodities minerais nos territórios latino-americanos possui concomitância com o crescimento significativo das demandas mundiais por minérios, especialmente de países asiáticos como a China. Por consequência, minérios metálicos ferrosos e não ferrosos, dentre eles o ferro, cobre, bauxita, nióbio, níquel e ouro, presenciaram rápida exploração e novos investimentos, com impactos na economia e nos territórios de países como Brasil, Peru, Argentina e Chile (GONÇALVES, 2016). Sendo assim, é necessário compreender os efeitos da mineração na economia e em territórios impactados por megaempreendimentos em países latino-americanos aplicando esse mesmo entendimento das contradições no país como o Brasil.

Para entender a dinâmica destaque a seguinte observação:

A abundância dos minérios no subsolo dos territórios na América Latina, entre eles, uma variedade estratégica cobiçada pelo mercado global, como ouro, prata, diamantes, cobre, zinco, níquel, ferro, carbono, lítio etc., demonstra os interesses geopolíticos e ações estratégicas de apropriação protagonizadas pelas megaempresas estrangeiras. Para extrair os minerais, a mineração a céu aberto se consolidou enquanto modelo predominante, residindo na *“utilización intensiva de territorios, agua, energia, explosivos y tecnología de punta, combinación que permite realizar la extracción y concentración de los metales con extrema celeridad y bajo costo”* (COMPOSTO; NAVARRO apud GONÇALVES, 2016, p. 41)

A obra de Lênin, em “Imperialismo fase superior do capitalismo” (1916) evidencia a conformação das mais esdrúxulas formas de precarização das condições de trabalho e de espoliação dos recursos naturais no âmbito mundial, trazidos por Traspadini (2016) para situar as transformações substantivas que caracterizam o novo estágio do capitalismo.

É a própria estrutura do capitalismo na sua fase superior que imprime o status de capitalismo dependente a determinadas regiões estratégicas para a produção e composição geral da lei do valor-trabalho. Os estágios mais avançados da concorrência intercapitalista entre os monopólios se desdobram em uma relação cada vez mais perversa de sujeição das economias ricas em recursos naturais e abundantes em força de trabalho, sujeitadas à produção de vida condicionada pelos processos organizadores da valorização do capital.

Em 1916, Lênin (2012) remete para uma análise das formas de manifestação predominantes do capital com interesses nas matérias-primas refutada por Traspadini (2016):

O capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias primas já descobertas, mas também em fontes em potencial, pois, nos nossos dias, a técnica avança com uma rapidez incrível, e as terras não aproveitáveis hoje podem tornar-se terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para tal fim, um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos, etc), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro em ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral [...] O capital financeiro manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de território possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa pelas últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas. (LÊNIN, 2012 apud TRANSPADINI 2016, p.51)

A conformação deste panorama coloca o capital internacional como dominante de grande parte dos setores voltados para a exportação, energia, transportes, comunicações, em alguns casos, a industrialização dos produtos exportados ou ainda o controle da comercialização destes produtos. Sendo assim, o capital internacional aparece como um aliado da estrutura latifundiária ou mineira exportadora, da economia monocultora, do latifúndio que mantém relações de trabalho semi-servis que se caracterizam, em geral, como "pré-capitalistas" (SANTOS, 1971).

Os bens de menor valor agregado, consistentes em produtos agrícolas ou minerais, que foram tradicionalmente os pontos fortes da América Latina, representando atualmente cerca de um quarto do valor das transações comerciais internacionais. As técnicas de produção manufatureira que imperavam no mundo até a década de 1970 e às quais começávamos a aceder se modificaram drasticamente (MARINI, 1992).

A economia internacional passa atualmente por uma transformação que resulta, no essencial, do notável avanço da microeletrônica, da aplicação da informática ao processo de produção, do desenvolvimento da indústria aero-espacial e das telecomunicações, da fabricação de novos materiais e das inovações que se estão verificando no campo da biotecnologia. Não participar dessa transformação é aumentar o subdesenvolvimento, ampliando a brecha que nos separa das condições em que produzem e vivem os povos do mundo desenvolvido. Mas, para ser parte dela, a América Latina necessitam contar com capitais, capacidade para importar novas tecnologias, escalas de mercado e mão-de-obra qualificada (MARINI, 1992).

Em território brasileiro, o aumento expressivo da extração dos minérios se deu, principalmente, por dois motivos: o primeiro, pelo alto consumo mundial de importação de minério de ferro pela China, que no ano 2000 se encontrava no patamar de 150 milhões de toneladas das importações globais (GRIBEL, 2008 apud SILVA; ANDRADE, 2017).

Somente o Brasil exportou para a China no ano de 2014 um total de 152,88 milhões de toneladas de minério de ferro, o que correspondeu a 52% da exportação brasileira das commodities (BRASIL, 2016 apud SILVA; ANDRADE, 2017). Porém, Zhouri (2018) observou a partir dos dados da ‘World Bank’ e ‘Internacional Trade Center’ que a partir de 2011 houve uma queda na demanda internacional por minério. Entre 2011 e 2014, o volume de exportação mineral do Brasil caiu de US\$ 44.2 bilhões para US\$ 28.4 bilhões. Considerando minério de ferro, cobre e alumínio, os três principais minerais de exportação do país, os preços por tonelada tiveram declínio de 41%, 20% e 20%, respectivamente.

O segundo motivo foi a política de crescimento econômico, baseada na reprimarização da economia, através de uma ênfase de grandes investimentos em bens primários. Como fomentador dessa política o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que financiou os projetos (minerários, petrolíferos, hidrelétricos, ferroviários e portuários), assim como investiu nas obras de infraestrutura para que garantisse a exportação das commodities, destacando o agronegócio e a mineração como setores principais da política econômica para alcance do resultado positivo na balança comercial e no superávit primário (SILVA; ANDRADE, 2017).

Em contrapartida a mineração em grande escala no Brasil tem apresentado um padrão de apropriação extensiva da natureza e dos territórios. Este aumento da produção mineral no Brasil nos últimos 15 anos teve como uma de suas consequências a ampliação de um quadro de conflitos socioambientais e de violações aos direitos humanos onde a mineração se estabeleceu. A dinâmica predatória que essa atividade impõe ao meio ambiente e às comunidades do seu entorno tende a provocar a perda das bases de reprodução socioeconômica dos grupos que vivem e trabalham nos locais onde os empreendimentos são instalados, comumente passando a se tornar dependentes de uma única atividade: a mineração (SILVA; ANDRADE, 2017).

Como sintetiza Araújo (2009)

“En el marco de la aguda crisis estructural del capitalismo, el neoliberalismo cabe ser comprendido como una nueva estrategia impulsada desde los nodos de poder de las

sociedades centrales a fin de reorganizar la dinámica de acumulación a escala global y recuperar sus posiciones de dominio en el contexto de la agudización de la disputa geopolítica por el control de los ‘recursos naturales’ desde el último tercio del siglo pasado.” (ARÁOZ, 2009, p.03)

Portanto, o neoliberalismo como essa nova estratégia de acumulação de capital impulsiona a crescente expropriação dos territórios para este tipo de atividade econômica como explica Aráoz, tem a ver com:

Las transformaciones territoriales descritas, como con las reformas legales e institucionales vinculadas a las políticas neoliberales, procesos mediante los cuales se opera una fenomenal transferencia de recursos financieros desde las regiones periféricas hacia los centros de poder económico mundial. Por un lado, tales transferencias se operan como resultado de la reestructuración territorial de las cadenas productivas a escala global; tiene que ver con la masiva transferencia de activos financieros y valores de cambio que las grandes empresas transnacionales remiten a las sociedades centrales desde las operaciones extractivas localizadas en los territorios periféricos. Por otro lado, los procesos de expropiación económica vinculados con las reformas políticas. (2009, p. 9)

A expansão desse novo modelo está fortemente ligada às mudanças políticas e econômicas realizadas pelos governos latino-americanos durante a década de 1990. O capital internacional encontra um local propício, tendo os baixos custos nos países periféricos (energia e mão de obra barata) e a possibilidade de utilização em larga escala de outros recursos naturais nas etapas operacionais. As grandes companhias transnacionais, então, passam a dominar o mapa socioprodutivo no setor mineral, petrolífero, pesqueiro, entre outros (DIAS et al, 2016).

No entanto, a ampliação desse setor produtivo gerou um dos maiores crimes ambientais no Brasil como foi caso do rompimento da barragem de rejeitos de minério em Fundão, Mariana (MG). Assim é necessário reconhecer que os padrões socioambientais para os países pobres são mais frouxas e menos rigorosas e que as lutas por justiça ambiental nestes casos se faz necessário. O que será melhor explanado no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2. TRAGÉDIA CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA: O CASO DO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE REJEITOS DE FUNDÃO/ SAMARCO

*“Eu sei que é humanamente impossível eles reverterem o erro que vou cometido, o crime que foi cometido. Porque não foi erro, foi crime cometido com nosso rio, nosso mar...”
(Entrevistado P)*

Este capítulo busca discutir a repercussão de um dos maiores crimes socioambientais do mundo, o rompimento da barragem de Fundão (BRF), em Mariana, Minas Gerais, ocorrida em 2015, considerado um dos maiores crimes, diante das mortes ocorridas, dentre 35 municípios em Minas Gerais e 04 no estado do Espírito Santo, envolvendo tantos danos ao ecossistema e como à vida de toda a população atingida.

As estratégias de lutas dos movimentos sociais se ampliam com a pauta em torno da justiça ambiental e das causas dos atingidos legitimando as mudanças requeridas das necessidades imediatas das populações atingidas pelo crime ambiental no Rio Doce.

2.1 Rompimento da barragem do Fundão e o crime ambiental no Rio Doce

Em 05 de novembro de 2015, ocorreu o maior crime socioambiental da história do Brasil, sendo o maior do mundo envolvendo barragem¹⁴ de rejeitos. Milhões de litros de lama devastaram comunidades, deixando centenas de famílias sem teto; invadiram o Rio Doce, privando comunidades tradicionais e indígenas, pescadores e toda a população dos cerca de 220 municípios ao longo da bacia hidrográfica de seus habituais meios de vida (XAVIEIR; VIEIRA, 2017).

Segundo Vervloet (2016) o rompimento da barragem do Fundão é um evento que não pode ser compreendido fora do contexto da cadeia de interferências antrópicas na morfologia da paisagem de Bento Rodrigues, ocasionado pelos complexos de exploração do minério de ferro ao longo das últimas décadas. A abertura de frentes de lavra e a formação das cavas de minério,

¹⁴ A denominação de uma barragem que conforme o Comitê Brasileiro de Barragens (CBDB) são obstáculos artificiais com a capacidade de reter água, qualquer outro líquido, rejeitos, detritos, para fins de armazenamento ou controle, que abrange não só os barramentos transversais de cursos d'água, mas também as obras feitas para acumulação de rejeitos de mineração, de resíduos industriais, entre outras (CTPNB, 2016).

em processo de extração a céu aberto e com necessidade de beneficiamento do ferro para concentração e transporte por mineroduto, é uma forma de exploração mineral que pressupõe a existência de gigantescos depósitos de rejeito de minério, gerando materiais que precisam ser acondicionados por meio da construção e manutenção de barragens e/ou em cavas abandonadas devido à exaustão, além de altas pilhas escalonadas.

Esse processo gera, por si só, profundas modificações no relevo, demandando técnicas complexas de controle ambiental e de monitoramento dos depósitos uma vez que, ao longo do tempo, esse material possui um comportamento geotécnico que se modifica conforme as condições de umidade, sedimentação e características da própria deposição, demandando intervenções e obras de engenharia toda vez que a estrutura de contenção da barragem atingir certo “limite físico de retenção e saturação (VERVLOET, 2016).

Desde então, o enredo que se desdobra no Rio Doce colocando de um lado a empresa e suas controladoras, que contam com o apoio e incentivos do Estado nos territórios onde se instalam; e de outro todo um conjunto de coletividades que possuía seus modos de vida e trabalho atrelados à convivência com o Rio Doce. São comunidades urbanas e rurais; agricultores, ribeirinhos, pescadores, indígenas e quilombolas que viviam do rio e com o rio que foram drasticamente afetadas (FERREIRA, 2016).

Diante deste contexto de que por vários dias, várias pessoas chegaram a ficar sem água, devido à impossibilidade de abastecimento. Retomado o fornecimento, não havia certeza sobre a potabilidade do líquido a que tinham acesso. As comunidades que habitam as margens do rio não poderão seguir vivendo das atividades econômicas que historicamente praticavam, já que o rio de que dependiam está morto, ou seja, o nível de poluição é tão alto que não há vida animal e vegetal capaz de sobreviver em tal ambiente fluvial (GALILEU, 2015 apud VIEIRA; XAVIER, 2017).

Além de toda a fauna e flora atingida, 19 pessoas, compostas em sua maioria por trabalhadores terceirizados da empresa também morreram em decorrência direta e imediata do rompimento da barragem. Em seguida, aquilo que convencionou-se chamar localmente de “lama da Samarco” – formada por partículas de solo e minérios de ferro combinados com arsênio, chumbo, mercúrio, manganês, cádmio, cobre e zinco – desceu pelo Vale do Rio Doce atingindo toda a sua população (JUSTIÇA GLOBAL, 2015).

Após o crime ambiental não obstante, parlamentares da Assembléia Legislativa de Minas Gerais não hesitaram em aprovar um decreto que flexibiliza o licenciamento ambiental para torná-lo mais célere na concessão de licenças para a mineração. Processo semelhante ocorreu no Senado Federal, em que uma proposta de Ementa Constitucional, introduzida anteriormente em 2012, foi aprovada no início de 2016 (ZHOURI, 2018).

Zhour (2018) complementa ainda que essas iniciativas fazem parte de um contexto mais amplo para reaquecimento do setor minero-extrativo, que conta ainda com o lançamento do Programa de Revitalização Mineral Brasileira em julho de 2017 e três Medidas Provisórias (MPs 789, 790 e 791) que versam sobre a criação da Agência Nacional de Mineração - ANM, a modificação do Código de Mineração e a revisão da legislação que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM.

A flexibilização das normas e o retrocesso institucional colocam em questão a própria noção de democracia e a partir disso a tendência é que os desastres se multiplicam na mesma medida em os espaços da política são transformados em instâncias de judicialização e criminalização de atingidos e lideranças que lutam em defesa dos seus territórios e modos de vida (ZHOURI, 2018).

A proposta de se discutir o conflito entre a empresa mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce pressupõe considerar as distintas matrizes de racionalidade que orientam as ações e intenções desses sujeitos. Este conflito é de cunho cognitivo e epistêmico, de olhares acerca do mundo e da existência, que se expressam nas formas de relação que estes povos estabelecem entre si e com a natureza, e que deixa marcas nas suas formas de territorialidade (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Um dos desdobramentos institucionais deste conflito foi o surgimento da Fundação Renova¹⁵ após a assinatura do Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC) entre a Samarco, com apoio de suas acionistas, Vale e BHP Biliton e o Governo Federal, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, IBAMA, ICMBio, dentre outras instituições agruparam os principais focos de atuação no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem, são elas: Pessoas e comunidades/ Terra e água/ Reconstrução e infraestrutura. O Termo define a Renova como o ente responsável pela criação, gestão e

¹⁵ Constituída em 30 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo/>> Acesso em 10/06/2018)

execução das ações de reparação e compensação das áreas e comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Em sua cláusula 1, o Acordo define uma “fundação de direito privado sem fins lucrativos, atendidos nos requisitos da lei, a ser instituída pela Samarco e seus acionistas com o objetivo de elaborar e executar todas as medidas previstas pelos Programas Socioambientais e Programas Socioeconômicos. Esta Fundação será a responsável por todas as ações de recuperação, remediação e compensação (MILANEZ, 2016, p. 05)

Diante desse cenário se visualiza um crivo, que enquanto afetados cobram soluções para os seus problemas ocasionados, reparação dos danos causados e reivindicam a responsabilidade da Samarco Mineração S.A/VALE/BHP BILLITON pelo desastre no Rio Doce, um conjunto de dispositivos extrajudiciais e judiciais vêm sendo utilizado e celebrado entre o empresariado e o Estado a despeito dos interesses dos atingidos (LEONARDO, 2017).

Uma das frentes de luta para garantia da participação social dos atingidos adquiriram uma visibilidade a partir do termo assinado no dia 25 de junho de 2018 o Novo Acordo (TAC) que visa construir as bases da participação social dos atingidos no processo de reparação, a instalação das assessorias técnicas nos territórios atingidos e a repactuação dos programas desenvolvidos neste momento pela Fundação Renova. Trata-se de um passo na luta das instituições na defesa dos atingidos. Com este Acordo, empresas e poder público precisarão adequar as suas ações observando o direito do atingido ser ouvido e participar das decisões sobre os programas de reparação dos danos causados pelo maior crime ambiental no Brasil. A título de exemplo, além das comissões de atingidos e assessorias técnicas, o Acordo prevê que os atingidos irão compor o Comitê Interfederativo (CIF)¹⁶, com direito a voz e voto.

De acordo com novo acordo e na nova configuração do comitê, os atingidos participarão em diversas instâncias decisórias e consultivas. Serão criadas comissões locais, câmaras regionais e um fórum de observadores e o direito de poder contar com o apoio de assessorias técnicas. No que diz respeito a composição serão: três representantes dos atingidos ou técnicos indicados por eles vão compor o comitê, que tem a função de orientar e validar os atos da Fundação

¹⁶ Responsável por fiscalizar ações realizadas pela Fundação Renova, presidido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA). No Inciso XX do Termo de transação e de ajustamento de conduta - O PODER PÚBLICO constituirá um COMITÊ INTERFEDERATIVO, como instância externa e independente da FUNDAÇÃO, para interlocução permanente com a FUNDAÇÃO, e para definir prioridades na implementação e execução dos PROJETOS, acompanhando, monitorando e fiscalizando os resultados.

Renova, além de um técnico indicado pela Defensoria Pública. Com isto, o CIF passa de 12 para 16 integrantes e todos os 39 municípios atingidos terão direito a ter assessoria técnica. Segundo ele, as assessorias técnicas serão escolhidas por comissões de atingidos e juntos eles formaram câmaras regionais de negociação.

No que diz respeito a governança da Fundação Renova, esta também foi alterada, sendo portanto o conselho de curadores, que atualmente é formado por sete conselheiros, passa a ter nove cadeiras, sendo seis indicadas pelas empresas, uma ocupada por representante do Comitê Interfederativo e duas por indicados dos atingidos. O conselho consultivo, que também faz parte do trabalho da Renova, passa a contar com sete pessoas atingidas ou representantes por eles indicados, dois representantes de organizações não-governamentais, três de instituições acadêmicas e dois de entidades atuantes na área de direitos humanos.

É notório que não existe paridade na escolha das cadeiras e o atingido mais uma vez fica a mercê da prioridade do acordo e por isso o Fórum Capixaba em Defesa do Rio Doce, contesta e em 30 de junho de 2018 lançou uma nota, assinada por diversas entidades de representação dos atingidos, e fornece a seguinte indagação:

A princípio deve-se enfatizar que na construção deste acordo não houve participação ativa dos atingidos e, portanto, estes são obrigados a aceitar um termo que as empresas-rés entendem como a melhor forma de solucionar os conflitos. Não se buscou ao longo destes anos promover a equidade de forças entre as empresas-rés e as vítimas, inviabilizando a feitura de um acordo de fato. O que vemos reproduzido, desde o primeiro acordo, passando pelos falsos e absurdos processos de mediação e, por fim, culminando neste novo acordo, é um reiterado e corrompido processo de negociação dos direitos das vítimas e a negociação dos modos de vida que pretendem construir após esta tragédia criminosa. Para o Fórum Capixaba, direitos e vidas não se negociam (Nota técnica divulgada em rede social, 2018).

Essa nota publicada em nome das entidades desmascara o sentido de participação dos atingidos, levando em conta que não foram consultados para demarcar seus direitos. A participação dos atingidos organizados vive um período bem marcante, pois esses espaços de decisões atingem a produção de mudanças objetivas e subjetivas na realidade vivenciada que no momento ainda está bem desfavorável.

2.2 A justiça ambiental necessária no contexto de injustiças ambientais na Foz do Rio Doce

A preocupação do Banco Mundial no ano de 1991 em admitir em um documento que existem três razões para que os países periféricos fossem o destino dos ramos industriais mais danosos ao meio ambiente: 1) o meio ambiente seria uma preocupação “estética” típica apenas dos bem de vida; 2) os mais pobres, em sua maioria, não vivem o tempo necessário para sofrer efeitos da poluição ambiental; 3) pela “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm o custo mais baixo do que nos países ricos, pois seus moradores recebem salários mais baixos. Afirmção esta que foi divulgada e teve uma repercussão bem negativa para a instituição (ACSELRAD, 2009). Essa declaração deixa clara a existente desigualdade em termos de proteção ambiental a nível mundial.

Acsehrad (2009) contesta que este fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido aprofundada a noção do termo injustiça ambiental. Em contraponto se fez necessário destacar a justiça ambiental para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada e constitua uma nova perspectiva que possa integrar as lutas ambientais e sociais.

É comum pensar genericamente a humanidade, ou o homem ou toda a sociedade como vítimas da crescente degradação ambiental planetária e que como um dos grandes males que acomete a sociedade contemporânea. Por isso a representação dominante do mundo e de seus males, a chamada “crise ecológica” é entendida como global, generalizada, atingindo a todos de maneira indistinta, porém em termos de incidência é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais socialmente induzidos, seja no processo de extração de recursos naturais, seja na disposição de resíduos no ambiente (ACSELRAD, 2009).

Partindo dessa compreensão a grande expansão para compatibilizar a questão ambiental com o pensamento desenvolvimentista e economicista ocorreu exatamente no período de consolidação do pensamento neoliberal em escala global, onde os ajustes estruturais impostos pelas instituições de Bretton-Woods¹⁷ em todas as economias periféricas do mundo capitalista,

¹⁷ Bretton Woods (BW-2), baseado no esquema Centro-Periferia, onde o Centro emite a moeda internacional e funciona como intermediário financeiro (banco comercial) do mundo e a Periferia atua como região exportadora de produtos manufaturados que acumula superávits nas transações correntes com o Centro, mostra-se inadequada

disseminando os programas de estabilização macroeconômica, liberalização financeira e comercial, desregulação dos mercados e privatização das empresas estatais.

O crime ambiental da Samarco é um exemplo desta contradição e expõe a fragilidade das instituições brasileiras em lidar com os projetos desenvolvimentistas e de fiscalizar de acordo com as legislações ambientais. O crime tem sido administrativamente tratado enquanto conflito ambiental para o qual são dedicadas tecnologias diversas de prevenção das disputas, com ênfase na construção de acordos “harmônicos” entre partes litigantes. Nessa medida, as instituições envolvidas mobilizaram, enquanto proposta de gerenciamento da crise e a não judicialização do processo, dispositivos específicos como mesas e reuniões de negociação, audiências de conciliação e assinaturas de termos de acordo (DIAS et al, 2016).

Como característica da região da Foz do Rio Doce havia (e ainda há) um predomínio de atividades tradicionais como agricultura em pequena escala e pesca artesanal que, com a chegada da exploração madeireira, monocultivos de eucalipto e indústria petrolífera, produziu um intenso processo de expropriação de terras e das condições de existência das comunidades ribeirinhas e rurais na região (LEONARDO, 2014; FERREIRA, 2016 apud LEONARDO, 2017).

A resistência desses povos tem se dado constantemente nos processos de adaptação e readaptação das práticas coletivas que envolvem dimensões múltiplas (sociais, culturais, econômicas, afetivas e outras) na região, conforme apontam trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no Espírito Santo (LEONARDO, 2017).

Ampliando o enredo de injustiças ambientais e sociais no caso da Foz Rio Doce em específico carregam uma trajetória, além de disputas territoriais, de disputas por recursos naturais envolvendo comunidades tradicionais e grandes empresas como no caso da apropriação privada da água do Rio Doce pela Fibria (antiga Aracruz Celulose) que no ano de 1999, a empresa abriu um canal no rio Doce denominado “canal Caboclo Bernardo” no intuito de levar água até as represas que abastecem a fábrica. Acrescido a um cenário de estiagem prolongado, o canal é apontado por pescadores e ribeirinhos como uma das causas do baixo volume de água na foz do rio que, por vezes, chega a se fechar (LEONARDO, 2017).

para captar as transformações e a dinâmica do Sistema Monetário Internacional contemporâneo (OLIVEIRA, 2008).

Neste novo contexto insere-se a recente disputa pela área costeira ao norte da foz do Rio Doce. A região do Degredo – território ocupado por população remanescente de quilombo – foi o espaço pleiteado pela empresa MANABI S.A. para implantar um terminal portuário para estocagem e exportação de minério extraído por meio de lavra a céu aberto no estado de Minas Gerais. Com o agravamento da crise econômica internacional e a decorrente baixa nos preços dos minérios, somados à mobilização social contrária e a negativa de licenças por parte dos órgãos ambientais, o projeto foi postergado. De posse de grandes extensões de terra na região, porém, o projeto ainda sobrevive sob o nome de Mlog, e envolveria agora um porto logístico (LEONARDO, 2017).

Como afirma Acsehrad (2009) à introdução em tais áreas, de monoculturas e pastagens, projetos viários, barragens, atividades mineradoras etc. provoca grandes efeitos de desestabilização das atividades nas terras tradicionalmente ocupadas. Nesses casos, espaços produtivos privados transmitem os efeitos nocivos de suas práticas para o meio ambiente comum. De um modo geral, tais tipo de empresas que recorrem à práticas ambientalmente danosas são integradas aos grandes circuitos de mercado, usufruindo de relações privilegiadas com o poder público, contando muitas vezes com todo o repertório de estímulos para a sua instalação e manutenção no território, ao contrário das populações tradicionais ou pouco inseridas em relações mercantis, das quais a destruição de sua base de recursos costuma ficar invisível para as autoridades estatais.

Toda essa dimensão os moradores dos distritos afetados clamam pela efetivação da justiça social e pela reparação pecuniária dos danos morais e materiais sofridos, e isto implica na democratização dos processos decisórios do pleno envolvimento informado das comunidades nas decisões e socialização das informações, reesignificando seu espaço e território, enquanto sujeitos coletivos.

2.3 Movimentos de resistência em torno da causa ambiental

Desde o período de redemocratização do período pós-ditatorial brasileiro a luta dos movimentos sociais populares no Brasil criou um protagonismo de novas formas de ação coletiva para além dos movimentos sindicais. A partir do momento que estes movimentos de bairros, movimento popular da saúde, movimentos de moradia e movimento do campo transcendiam os espaços das fábricas e locais de produção, remeteu a valorizar a cultura dos povos e possuíam métodos de ação que perpassavam pela desobediência civil retratados nas ocupações de terra, moradia.

Assim é o caso de alguns países da América Latina que possuem uma dimensão política que atuam em contraponto às instituições e projetos políticos, possibilitando a criação de novas forças políticas que se posicionam em oposição ou apoio aos governos, levando em conta reivindicações, seja através da via institucional ou através da negação dela.

Historicamente a luta dos povos latino-americanos em torno da causa ambiental é voltada para romper as injustiças ambientais e sociais provocada pelos grandes empreendimentos do capital que aniquilam o seu território e suas relações sociais.

Nas lutas do campo o conflito social que surge da marginalização, opressão e injustiça, além de propor uma mudança nas formas de propriedade dos meios de produção, amplia a luta pela reconstrução do território, pela autonomia, pelas tradições e identidades culturais.

No campo das lutas sociais estabelecido ao trabalho, a análise de que os movimentos sociais decorrem do conflito entre as classes sociais, tendo uma dimensão coletiva e não individual que visam à transformação da sociedade por meio da supressão do capitalismo. Em outro ponto de vista, encontramos a definição de Gohn (1995, p. 44) que aborda os movimentos sociais enquanto

ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

Os chamados “novos” movimentos sociais surgiram na América Latina, partir da década de 1960, e assumiram formas de organização popular consideradas inovadoras como tratados pelo autor Galvão (2008, p.10)

Não se tratará de novos movimentos sociais *scripto senso*, não apenas porque alguns desses movimentos não são tão novos assim, mas porque também não constituem necessariamente uma oposição ao movimento operário e sindical, mas se associam a ele de formas distintas. Além disso, ao contrário do que propugnam as teorias sobre os novos movimentos sociais, é possível encontrar um caráter de classe nesses movimentos, o que permite pensar sua unidade, a despeito de sua heterogeneidade.

Estes movimentos são chamados “novos”, pois coexistiam com formas tradicionais ou “antigas de organização, a exemplo dos partidos políticos, sindicatos ou movimentos com foco nos direitos identitários (movimentos feministas e ambientalistas) (GONH; BRINGEL, 2012).

Assim, a discussão ligada aos “novos movimentos sociais” é justificada enquanto movimentos que vão além do conflito de classes, envolvendo questões culturais. Montañó; Duriguetto (2010) afirmam que os chamados “novos movimentos sociais”, ou seja, os movimentos sociais contemporâneos surgem principalmente em meados do século XX e possuem enquanto objetivo complementar as lutas de classes do movimento clássico, são também vistos, em muitos casos, enquanto alternativa aos movimentos de classes tradicionais e até mesmo enquanto alternativa aos partidos políticos de esquerda. Assim, os “novos movimentos sociais” ora surgirão enquanto complemento, ora surgirão enquanto alternativa [ou seja em oposição] aos partidos políticos de esquerda e aos movimentos de classe tradicionais.

Leff (2006) fornece os elementos para se pensar que os novos movimentos sociais que não somente investem na defesa de direitos tradicionais, em oposição a um regime de exclusão e marginalização, mas sim numa luta pela sobrevivência. É nesse sentido que os movimentos de reapropriação são, ao mesmo tempo, movimentos de resistência.

A partir da década de 90 os movimentos sociais crescem e ganham maior visibilidade na América Latina. Em contraposição e enfrentamento ao neoliberalismo e aos efeitos da política neoliberal na vida das populações mais oprimidas do continente, os movimentos sociais que ganham notoriedade na área rural é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, diversos movimentos indígenas no México e o movimento dos piqueteiros na Argentina (GALVÃO, 2008). Complemento ainda este cenário das lutas e resistências em defesa de seus territórios com a citação de Escobar (2016, p. 19): “Esta fuerte resistencia viene de una larga historia de dominación, y es un elemento clave para lograr entender la defensa del territorio y de lo compartido como una práctica de ontología política.”

No que tange o objetivo deste estudo de analisar as perspectivas de organização coletiva dos atingidos pelo desastre, reforço aqui principalmente o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) que se insere em uma luta mais ampla do que apenas pela luta por direitos dos atingidos.

Com o avanço da produção mineral no Brasil diante do próprio modo de exploração capitalista (primário) é importante destacar o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) que se inserem numa luta ampla quando a pauta é direito dos atingidos.

O MAB surge no Brasil na década de 1990¹⁸ no bojo dos “novos movimentos sociais” latino-americanos, possuindo antecedentes ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, ao sindicalismo rural, além de combinar diferentes métodos de luta e possuir uma agenda “anti-imperialista e antineoliberal”. Esse surgimento se deu no contexto de implementação das primeiras usinas hidrelétricas gerando à população ao redor uma série de violações de direitos.

Ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Conseqüência disso foi a expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terras (MAB, 2011).

O merecimento desse destaque na luta do MAB é, contudo, que se estruturam e nascem dentro desta ordem social, à luz da luta contra as desigualdades produzidas ou apropriadas pelo próprio capital que se baseia numa luta em favor dos atingidos e pela natureza.

Outro movimento importante no Brasil, porém mais representado nove estados mais o Distrito Federal: Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí, São Paulo e Tocantins é o Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM que surge de uma acumulação da experiência de espoliação histórica da mineração no Brasil, alinhada às últimas lutas amazônicas em torno da expansão da mineração na região de Carajás e outros pontos da Amazônia. É no Norte do Brasil, sobretudo, que camponeses, nas suas mais vertentes faces: quilombola, indígena, ribeirinha, cabocla, camponês de fronteira (que já migrou de outros espaços), acirram desde o final dos anos de 1990 com maior intensidade contra os projetos de exploração e escoamento da mineração. São eles, e principalmente nas áreas de mineração do Brasil, que serão prejudicados pelo desapossamento territorial de um capital em crise estrutural, que encontra na natureza (terra, água, minério) uma acumulação extraordinária para manutenção de seus lucros.

Dussel (2000) um filósofo argentino apresenta a reflexão de que os movimentos sociais frente à questão ambiental significa querer libertar não apenas quebrando as formas de dominação e opressão que se realizam mediadas pela expropriação material, mas também desenvolvendo a vida humana, possibilitando que “... as instituições, o sistema, abram novos horizontes que transcendam a mera reprodução como repetição de ‘o mesmo’ – e, simultaneamente, expressão

¹⁸Vale ressaltar que o movimento surge poucos anos depois do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), como fruto e continuidade do processo de acirramento das lutas do campo.

e exclusão de vítimas” (DUSSEL apud LOUREIRO, 2016, p. 141). Dentro deste horizonte, os movimentos sociais latino-americanos podem ser vistos como sendo um “princípio-libertação”. Isso quer dizer que, “princípio-libertação pressupõe a libertação da vítima diante um projeto societário excludente e desigual, para outro, o qual é pautado na esperança e na construção efetiva da utopia possível, da utopia viável” (OLIVEIRA; DIAS, apud LOUREIRO, 2016, p. 141).

A realização de suas utopias dependerá do grau de consciência dos próprios movimentos sociais para subverter e transformar a ordem social estabelecida. O processo de lutas sociais e ambientais se constitui num movimento dialético que parte das “vidas negadas” pelo projeto societário capitalista em sua matriz colonial. Tais lutas sociais objetivam uma luta pela sobrevivência. Esta crítica radical ao sistema excludente só é possível com o reconhecimento deste contexto desigual, desumano e alienado nas suas relações com a natureza (momento ontologicamente determinante da constituição social do ser humano (OLIVEIRA; DIAS apud LOUREIRO, 2016).

Inicia-se a partir desse cenário a produção de injustiças e violações de direitos e outros danos em lugares cujos sujeitos já estão historicamente como é o caso emblemático do distrito de Regência – comunidade localizada na foz do Rio Doce. É nesse contexto que a comunidade de Regência se apresenta não compactuando com as relações desumanas e de destruição com a natureza que o capital se apropria e propõe, eles pactuam com a luta pela vida em comunhão com a natureza.

CAPÍTULO 3. O CAMINHO DE RESISTÊNCIA DA COMUNIDADE DE REGÊNCIA APÓS A LAMA DE REJEITOS DA SAMARCO

A “essência” do peixe é o seu “ser”, a água – A “essência” do peixe de rio é a água de um rio. Mas esta última deixa de ser a “essência” do peixe quando deixa de ser um meio de existência adequado ao peixe, tão logo o rio seja usado para servir à indústria, tão logo seja poluído por corantes e outros detritos e seja navegado por navios a vapor, ou tão logo suas águas sejam desviadas para canais onde simples drenagens podem privar o peixe de seu meio de existência. (Marx, 2007, p.46)

Com muitas perguntas fui realizar essa pesquisa e não imaginava o alcance que ela teria nas relações pessoais. No âmbito dos objetivos da pesquisa e através da metodologia adotada as questões foram sendo respondidas, mas também se formando novos questionamentos, vínculos, amizades e uma relação que se estendeu para além dos Grupos Focais.

A caracterização dos sujeitos que participaram do grupo focal foram: moradores que vivem a mais tempo em Regência; algumas pessoas afetadas diretamente ou indiretamente com a sua atividade produtiva, seja a pesca, comércio, artesãos, trabalhadores, ou seja, nomes que indicaram outros participantes importantes e ativos nesse processo.

O primeiro grupo focal contou com a participação de seis moradores de Regência, sendo duas mulheres e quatro homens. Cada um do grupo foi indicado por algum outro morador que ia sendo convidado e isso situou a pesquisa como um elo de confiança. A receptividade do grupo foi muito positiva e alguns participaram mais que outros, mas de uma forma geral todos conseguiram expor suas opiniões e argumentos. A discussão do grupo durou aproximadamente uma hora e foi realizado na casa de um dos participantes que cedeu a sua residência para realizar a atividade.

O segundo grupo focal contou com a participação de sete moradores de Regência, sendo uma mulher e seis homens. Este grupo foi formado a partir do convite feito através de um dos moradores que de casa em casa foi explicando a pesquisa e alguns indicavam outros moradores, nesse momento foi visível que de uma forma geral indicavam somente homens para participar do trabalho. Foi reforçado, portanto, a necessidade desse espaço também ter a participação das mulheres, estas também como protagonistas na comunidade. No dia da realização deste grupo boa parte da comunidade estava participando da reunião sobre a instalação da Estação de

tratamento da água, o que interferiu para a possibilidade de participação de mais moradores no grupo. Dois dos convidados aparecem no momento do que já havia iniciado o grupo e ficaram sem saber o caráter da pesquisa, mas logo foi explicado o objetivo da pesquisa e aceitaram participar. A duração do grupo foi de aproximadamente uma hora e meia e todas as pessoas participaram, alguns estenderam mais a fala do que outros, mas gerou um bom debate e muitas percepções.

Os resultados obtidos na pesquisa desencadearam reflexões e trouxeram os subsídios para se pensar: É possível verificar alguma forma de resistência e mobilização por parte como os moradores de Regência Augusta-ES diante das transformações ambientais e sociais, após a lama de rejeitos da Samarco na Foz do Rio Doce? Foi nesse sentido que busquei os elementos que integram essa análise, através do trabalho de campo entendendo que suas violações estão expostas na sua rotina diária.

Destacarei nesse capítulo as estratégias locais de reorganização comunitária de Regência para reconstituição da vida e dos laços sociais, assim como as práticas voltadas para a saúde, às trocas de saberes, as estratégias de participação social e a transformações dos sujeitos diante da situação do crime ambiental ocorrido.

3.1 Breve histórico de Regência e suas transformações

Para se compreender a realidade geográfica das comunidades tradicionais da região da Foz do rio Doce, deve-se levar em consideração a constituição das tradicionalidades e das culturas, que advêm do contexto da paisagem. Deste convívio, se constituem técnicas, saberes, mitos e a capacidade de reprodução da vida. No livro da historiadora Maria Lúcia Grossi Zunti (1982), verifica-se detalhadamente o que era a esta riqueza da região das margens do rio Doce.

O povoado que deu origem a Linhares foi a existência do Rio Doce, que nasce em Minas Gerais, na serra da Mantiqueira e tem cerca de 800 km de extensão, sendo que 180 km no Estado do Espírito Santo, desaguardo no Oceano Atlântico, em Regência (ZUNTI, 1982).

Por toda a maioria da extensão do rio por Linhares viviam ali o grupo indígena - os botocudos, assim denominados pelos brancos, em virtude do costume generalizado do uso de botoques, discos brancos nos lábios dos membros dos grupos (ZUNTI, 1982). Os primeiros registros históricos datam de 1572 e 1573, com as primeiras expedições no Rio Doce. Só a partir de 1823

aparecem vestígios históricos do início do povoamento de Regência, data em que o governador da capitania do Espírito Santo Antônio Pires da Silva Pontes, sobre a recomendação do conde de Linhares, fundou, entre outros ao longo do rio ou quartel de Regência Augusta - forma de defesa aos ataques dos botocudos.

No início era denominada simplesmente Barra do Rio Doce, com a população nativa formada eticamente por caboclos descendentes da miscigenação entre índios botocudos e tupiniquins, brancos colonizadores e mais tarde baianos e mineiros que vieram a trabalhar nas roças de cacau. Da antiga Regência Augusta - Barra do Rio Doce até a Regência atual, muitas transformações geográficas, ambientais, socioeconômicas e culturais vem acontecendo, trazendo impactos positivos e negativos, mas ainda mantendo sua característica de vilas tradicionalmente pesqueira e de perfil caboclo. Em face dos constantes ataques dos índios, foram estabelecidos quartéis militares também na foz do rio doce: o quartel de Regência Augusta em homenagem a d. João, príncipe regente na época (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

Uma das histórias linharenses que ficou marcada foi a de Caboclo Bernardo que no dia 07 de setembro de 1887, o cruzador “Imperial Marinheiro” chocou-se contra o pontal sul da barra do Rio Doce, acima de Comboios e a duas milhas de Regência. Bernardo José dos Santos torna-se herói quando resolve ir a nado levar um cabo com a ponta presa aos dentes para salvar a tripulação do navio, no qual alguns conseguiram se salvar e outros morrem na tentativa. Esse episódio marcou a história de Linhares e da vila de Regência, desde então lembrado e homenageado em festas na região (ZUNTI, 1982).

Os processos históricos na região da foz do Rio Doce configuram a presença de comunidades tradicionais constituídas por ribeirinhos, pescadores artesanais, quilombolas, além de indígenas Botocudos e Tupiniquim. Essas comunidades se caracterizam pela forma de existência baseada numa relação harmônica junto ao meio ambiente e os recursos naturais ali disponíveis, e através de saberes repassados por gerações a respeito da biodiversidade, garantem a continuidade de existência no local há séculos (FERREIRA, 2015).

O vivido territorial em Regência possui as características que são produzidas no cotidiano (LEFEBVRE, 1974) e constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território.

Neste sentido, organizam a reprodução da própria existência a partir de referenciais econômicos, culturais e cognitivos não eurocêntricos e não capitalistas. Regência cultivou historicamente a atividade social e cultural das benzedeiras que utilizam ramos de plantas, óleos, oração e fé como principal elemento para cura das enfermidades, sendo resquícios da reminiscência indígena, os moradores sempre recorrem às ervas e ao trabalho das benzedeiras. As parteiras sempre tiveram um valor cultural neste lugar, por não haver recursos médicos, elas realizavam os partos e acompanhavam às parturientes e os recém-nascidos - práticas estas que tentam resistir a estes anos (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

Para situar a importância de Regência Augusta no contexto geográfico é onde se localiza a Foz do Rio Doce - região estuarina – transicional do Rio Doce e Oceano Atlântico. Um contexto propício para atividade da pesca artesanal, que segundo Bicalho (2012) as modalidades de pesca realizadas nesta localidade são: pesca de rede de espera com barco ou sem barco, realizada tanto no rio como no mar; caceio realizado no rio; espinhel realizado no mar; arrasto de camarão realizado no mar; tarrafa com barco ou sem barco, realizada tanto no rio quanto no mar; linha de mão realizada tanto no rio quanto no mar.

Segundo Diegues (1998), os sistemas tradicionais de acesso a espaços e recursos de uso comum existem por um longo período de tempo em comunidades tradicionais não-urbanas e se caracterizam pela utilização comum de determinados recursos, como peixes e outros animais, plantas medicinais, frutos, fibras, águas e áreas para cultivos agrícolas itinerantes. Além dos espaços usados em comum, existem outros apropriados pelas famílias, como o lugar da habitação, quintal, criação de animais domesticados, hortas, casas de farinha, dentre outros.

A comunidade de Regência Augusta e a região da Planície Costeira do Rio Doce passaram por marcantes processos de desenvolvimento, saindo de comunidades de economia familiar com base na agricultura de subsistência e da pesca, para outros ciclos econômicos muitas vezes, insustentáveis, como a serraria instalada em Regência na década de 30 que quase dizimou a Mata Atlântica nos “Tabuleiros” do Rio São Jose, Lagoa Juparanã e Rio Doce e na Planície Costeira do Rio Doce; seguida das pastagens da pecuária extensiva, canais de drenagens e outros empreendimentos. Estes ciclos estavam ligados ao “desenvolvimento da navegação no Rio Doce” (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

Outros ciclos de desenvolvimento mais sustentáveis garantiram a manutenção de grande parte desse patrimônio socioambiental e cultural, com ênfase na produção do cacau no sistema agroflorestal nas matas de “Cabruca”. Embora houvesse uma grande exploração de mão-de-

obra – muitas vezes quase escrava – o cacau garantiu a preservação da floresta nas regiões ribeirinhas do Rio Doce no município de Linhares e o desenvolvimento econômico da região; formando também uma identidade cultural com a cultura dos negros/baianos trazidos para as lavouras de cacau com a fusão dos descendentes indígenas e brancos já existentes na região, como o congo, hábitos alimentares, artefatos para cultivo e trato das lavouras, entre outros. (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

A exploração de petróleo e gás iniciada na década de 1970, foi outro ciclo marcante no desenvolvimento da região, trazendo alguns impactos positivos e negativos como a abertura de estradas, empregos industriais que não existia, melhoria da renda per capita, novos hábitos culturais, aumento populacional, entre outros. Associado as políticas ambientais, este ciclo foi um pouco mais sustentável do que a indústria madeireira e a pecuária, garantindo a manutenção dos fragmentos florestais e do patrimônio cultural da região. (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

O ciclo da preservação iniciado com a criação da unidade de Conservação “Parque da Região Leste na década de 1960 que originou a Reserva Biológica de Comboios/ICMBio e a proteção das tartarugas marinhas, contribuiu para um desenvolvimento mais pautado na Sustentabilidade” (ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE REGÊNCIA).

Para compreendermos o significado dos territórios de uso tradicional, faz-se necessário aprofundar-nos, inicialmente, no conceito território. Entendemos o território enquanto fruto e processo relacional de apropriação social do espaço, sempre em movimento. Todos os sujeitos e grupos sociais constroem sua existência material, simbólica e afetiva a partir da apropriação do espaço, no qual constroem seus modos de viver (FERREIRA, 2009).

No decorrer dos anos, Ferreira (2015) afirma que este cenário harmônico entre as comunidades tradicionais ali existentes e a natureza foi amplamente modificada e marcada pelos conflitos existentes entre essas comunidades e projetos (des)envolvimentistas implantados ao longo dos séculos XIX e XX, que passariam a provocar alterações impactantes sobre o modo de viver local: a derrubada de áreas de mata atlântica com a exploração de madeiras destinadas à construção civil e à produção de carvão; a drenagem das planícies de inundação do rio Doce na década de 1950, com a disponibilização das terras para a pecuária; nos anos de 1970, as pesquisas e a exploração do petróleo e gás, e a implantação da indústria de celulose com seus monocultivos de eucalipto; e mais recentemente, a especulação da construção do Superporto

Manabi na margem esquerda do rio Doce, próximo à comunidade de Degredo, vinculado à atividade mineradora:

Assim como seus ancestrais, essas comunidades tradicionais vêm passando por um sofrido processo de expropriação de seus territórios e condições de vida, provocado pelos projetos desenvolvimentistas implantados nessa região. Opondo-se à matriz de racionalidade dos povos e comunidades tradicionais, outros processos territoriais se constituem, dirigidos por interesses econômicos e políticos hegemônicos que mercantilizam a natureza com o objetivo de gerar a acumulação desigual de riquezas. Os projetos desenvolvimentistas capitalistas permanecem invadindo esses territórios tradicionais, se apropriando de sua natureza e solapando sua organização social e econômica (OCCA, 2014, p.48-49).

É nesse sentido que escorre a vida ao redor do Rio Doce na impermanência entre os que se apropriam do território para desapropriação da natureza e por outro lado sua tradição histórica de origem tupiniquim numa relação de integração com a natureza como parte de sua própria vida.

Portanto, é importante destacar que o lócus que o território de Regência está envolvido se baseia na interface de compreensão da estrutura econômica espírito-santense que atualmente está voltada para a comercialização de commodities (minério, mármore, granito, celulose, petróleo e gás), o que tem possibilitado um acelerado processo de crescimento econômico para o estado. O discurso utilizado para ampliação destes projetos, tem se voltado para a suposta geração de emprego e crescimento da economia local, no entanto, pouco tem sido dito a respeito do ônus proveniente desse modelo de desenvolvimento, principalmente em relação às conseqüências ambientais e sociais decorrentes da implantação destas atividades (LEONARDO, 2014).

Entendendo a partir de Benincá (2009) que a resistência é determinada pelas relações de poder dominantes. Para resistir, é preciso encontrar brechas no sistema de produção capitalista, que através da ideologia que permeia as instituições, atua de forma a desmobilizar as classes populares e trabalhadoras. A resistência através da organização popular é uma tarefa complexa e desafiadora, pois vai de encontro à cultura política em subalternidade e da submissão. O ato de resistir almeja transformar a realidade material, à medida que transforma também os sujeitos, que saem da posição de objetos para a posição de sujeitos, protagonistas da sua história e da mudança, se reconhecendo como sujeitos de direitos.

3.2 A memória das relações sociais dos moradores de Regência antes da lama

Regência como comunidade mantém uma relação intrínseca de diálogo com a natureza, a partir da qual produzem a própria existência material, simbólica e afetiva. Convivem diretamente com as dinâmicas dos ciclos naturais e possuem saberes importantíssimos a respeito da biodiversidade que vivenciam. Nessas terras tradicionalmente ocupadas (ALMEIDA, 2005), a apropriação e o uso comum dos recursos constituem modelos culturalmente específicos da natureza (ESCOBAR, 2005). Seu vivido territorial constitui a morada dos valores materiais, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos que perpassam as histórias de vida, selam cumplicidades, identidades e o sentimento de pertença em relação ao território (FERREIRA, 2017).

O trabalho trouxe elementos que relatam o modo de vida anterior à lama trazendo aspectos dessa interação do homem e natureza que reverberava como um sendo a extensão do outro.

Desde a chegada da lama em Regência viver (e sofrer) a experiência dessas alterações e tudo o mais que elas trouxeram (ou levaram) consigo, tornou-se imperativo e desafiador para os moradores locais. É desse modo que o rompimento da barragem se torna um evento crítico a ser analisado pela ruptura com o modo de vida promovido ali. Tem-se a descobrir a partir de então alguma alternativa diante do crime ambiental, presunção de que a relação metabólica homem e natureza iniciaria uma cisão? Culmina-se a partir de então as inesperadas formas de interação e comunicação entre os moradores e as redes que os ligam às esferas como o Estado, as grandes corporações, a academia, os meios de comunicação e o aparato jurídico-administrativo como um todo. A cissura do crime ambiental trouxe também a experiência do silêncio e do luto para alguns. Muitos, dentre os quais as autoras, passaram a se perguntar: o que fazer a partir de agora? (LEONARDO, 2017).

Foi solicitado aos integrantes dos dois grupos focais que em uma folha de papel retratasse através de uma palavra como era a vida em Regência antes da lama e depois da lama. Essa memória ainda recente abrigava uma expressão de sentimentos, choro, troca coletiva, permitindo que o que estivesse sendo silenciado pelas contínuas violações pudesse vir à tona e ser compartilhado coletivamente. Os termos trazidos por um dos componentes do grupo focal de como era a vida em Regência se baseia no modo de vida

Entrevistado H: “É o seguinte, escrevi a palavra aqui TRANQUILIDADE. É a tranquilidade de antes. Porque eu não tinha essa certa preocupação com o que ta tendo

hoje. É o que essa lama veio afetar, será que eu posso realmente comer o peixe? Será que eu realmente posso tá dando um mergulho no mar, entendeu? Realmente posso ali, praticar um esporte na água, no mar de Regência? Ou tá ali no rio tomar um banho com a família. E tem essa, não tinha mais essa tranquilidade de antes. Antes eu podia tá muito bem ali no porto, tomar um banho. Poderia ir ali na praia toma um banho e comer um peixe à vontade. Igual não hoje, hoje, por exemplo, eu tenho essa preocupação de, tipo, é é igual eu? Trabalho no comércio, vejo que o movimento caiu. Realmente o movimento aqui de Regência caiu, não é o mesmo igual antes, entendeu?! A preocupação de tipo, de tipo, eu vejo o peixe ali na mesa "eu posso realmente comer esse peixe?"Entendeu?! O mar, você vê aquela água amarela, Tá escancarado, tá feio, entendeu?! Tá amarelo. Vejo igualmente se eu posso ir ali entrar naquela água, toma um banho. É a preocupação que me deixa, entendeu?!"

São nestes termos que os moradores demonstram a preocupação que antes não havia trazendo em suas falas aspectos da insegurança hídrica e alimentar, além dos aspectos da relação com a natureza como elo perdido. Em geral os entrevistados expressam que gostam muito de morar em Regência, seja pela tranquilidade, tomar banho de mar, praticar o surf, ter a liberdade, comer o peixe. Para quase todos, morar em Regência era não ter preocupação, havia mais respeito e comunhão e o modo de vida das pessoas gira em torno da natureza do local.

Entrevistada B: Antigamente eu tinha tranquilidade... E eu costumo falar que eu tenho uma coisa que eu tenho muita saudade, que eu ainda não falei pros pescadores: eu sinto uma saudade de ouvir os barulhos dos barcos dos pescadores, que Jesus. Tá, de manhã cedo a gente da da minha casa eu escutava. Tu tu tu tu tu tu tu tu tu ((imitando barulho dos motores dos barcos dos pescadores)). Eles tavam indo. Na volta, a gente sabia que eles tava vindo. Eu escutava o baru barulhinho do barco. daqui a pouco esse daqui passava da minha rua cheio de peixe, cheio de camarão."

Complementa ainda o

Entrevistado C: "Viver antes em Regência era LIBERDADE, a gente tinha liberdade para fazer quase tudo, ou tudo, ne?! Você podia ir na praia, tomar um banho, entendeu?!. Isso é TODOS OS MORADORES, entendeu?! Como demais pessoas que vinha pra cá, tomar banho. Você não tinha medo de nada. Não tinha aquela preocupação. Tava fluindo bem, os comércio, a gente tava dando pra poder viver mesmo, entendeu?!"

Essas relações sociais trazem aspectos da análise de Thompson (1998) no qual reforça que na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum parece haver pouca separação entre o

“trabalho e a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contrai segundo a tarefa e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o “passar do dia”.

A questão do tempo voltado para o lazer foi reforçado nas falas quando entendem que este tempo livre faz parte da rotina, pois “(...) jamais experienciam o mesmo sentimento de lutar contra o tempo ou de ter que coordenar as atividades com a passagem abstrata do tempo, porque seus pontos de referência são basicamente as próprias atividades que têm em geral caráter de lazer.”(Thompson, 1998, p. 271, 272). A história de Regência é carregada desses valores, como se o mecanismo da liberdade fosse primordial para a convivência. A estrutura do mercado entre as relações da comunidade é mínima – a comunidade que se volta para as atividades diárias da pesca, artesanato, pequenos comércios, remendo de redes, prática do surf, construção de casas, parecem se desenrolar pela lógica da necessidade.

Mesmo que o contexto social daquela comunidade esteja contrastando com os grandes projetos de desenvolvimento econômico como a Petrobrás em seu território e agora com a passagem da lama da Samarco, Regência tenta resistir respeitando os significados e os sentidos do seu modo de vida natural.

A nuance saudosista de vida simples de sentir falta até do barulho dos barcos esboça o nível de extensão da vida humana com a natureza como experiências de vida moldadas de forma natural, como citado por Harvey (2000, p.272) “a condição de nossa existência imposta pela natureza”, pois modificamos ambientes ao mesmo tempo em que se aprofundam sua adaptação aos ambientes que elas mesmas ajudam a construir.

Conforme Leff (2006) “a relação das comunidades pobres e seu ambiente se caracterizam pelo fato de que tanto sua sobrevivência como a satisfação das suas necessidades básicas dependem da harmonia entre suas práticas produtivas, das condições ecológicas e de seus valores culturais.” (p. 477)

Um dos pontos lembrado pelo Entrevistado O diz respeito ao seu sentimento no dia que a lama passou pelo seu território: “ no dia da tragédia, alguns aqui devem saber, no dia da tragédia da Samarco lá dia 05 de novembro, três e meia da tarde, eu tenho a data marcada direitinho, dia 21, três e meia... Regência é fim de mundo, tava acontecendo, parece que Deus tinha botado a mão dele e tinha acabado com tudo”. Ao passo da passagem da lama pelo rio e no momento

que se projeta para o mar a vida tudo se esvai como um fechar de olhos alterando significativamente a dinâmica de vida dessa comunidade.

3.3. Os impactos da lama na vida da comunidade de Regência

“A felicidade aqui tá bem escassa no meu ver, tá?! Não sei quando que a gente vai conseguir conquistar essa felicidade de novo” (Entrevistada B)

Tratarei aqui alguns dos impactos do crime socioambiental para se compreender os dramas e as vivências da comunidade, importando aqui acessar o campo das relações simbólicas, afetivas e objetivas com o lugar de construção de sua história, apontando a partir disso às resistências e reorganização da vida na comunidade.

O quadro abaixo traz os efeitos mais destacados nas falas dos moradores:

Quadro 1. Efeitos do desastre narrados e observados em Regência “com a chegada da lama”	
1. Prática do surf e de esportes de lazer	<i>Entrevistado P: “Ah, é filho perguntava o pai, “poxa pai, eu queria tomar um banho no rio, eu queria ir no mar, eu queria fazer alguma atividade”, hoje os pais não podem deixar o filho ir não tem a real situação do que tá acontecendo.”</i>
2. Insegurança Hídrica e Alimentar	<i>Entrevistado P: “A gente não tem laudo, a gente não tem esclarecimento, porque a comunidade hoje em dia, 70% era uma vila que era voltado a pesca, hoje em dia quem vai querer comprar um peixe daqui comer um peixe daqui, fora isso é o lazer que foi tirado da gente também.”</i>
3. Sentimentos de revolta, tristeza, angústia, depressão	<i>Entrevistado Q:Então eu hoje, eu sou um cara triste por esses fatos, mas vamos aí, vamo vamo ver até onde vai porque Deus sabe o que faz. E eu não tenho nada a ver com isso que o homem fez, mas Regência tá aí, e torço pra que ninguém desista porque sempre tem uma esperança, né?! Então, vamo lá pra ver até onde nós vamos.</i>

<p>4. Atividades econômicas comprometidas</p>	<p>Entrevistada C: <i>Não, já que não pode pescar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo porque tá proibido porque, né?! Porque não tá podendo. Então eles podiam bolar alguma coisa pras pessoas da comunidade trabalhar, né?! Porque aqui em muita gente precisando trabalhar. Precisando, né?! Gente ninguém pode ficar parado o dia inteiro, e tem muita gente que fica parado o dia inteiro porque não tem. Então, igual os pescadores, bolar alguma coisa porque já que não tá podendo pegar o peixe, mas eles vão poder fazer outra coisa, entendeu?! Outro trabalho.</i></p>
--	--

Destaco aqui um dos pontos trazido nas falas dos componentes dos dois grupos focais ficando claro que um de seus modos de sustento é retirado da pescaria (seja rio ou mar), assim como beber a água advinda dos poços artesianos. A insegurança hídrica é ocasionada pelas não evidências claras de documentos e laudos que comprovem a qualidade boa da água. Logo, as dúvidas também aparecem como um elemento que amplia o sofrimento da coletividade atingida.

Este debate da insegurança alimentar devido a relação que tinham com a agricultura familiar também acarreta uma discussão em torno no tema da soberania alimentar onde o alimento não é uma questão de mercado e sim de direito à uma alimentação saudável capaz de produzir-se soberanamente. O crime ambiental da Samarco afetou diretamente a relação da comunidade com a agricultura afetando assim, a alimentação. Frente aos graves problemas que afetam a alimentação mundial e agricultura, a soberania alimentar surge, portanto, como uma proposta de futuro sustentada em princípios como autonomia e autodeterminação dos povos (León, 2008).

A privação da agricultura familiar e da pesca apontada como atividade de lazer e de sustento é prioritária para a satisfação desse elo com a natureza e de sua forma de sobrevivência, conforme analisa Bicalho (2012) a pesca artesanal faz parte do cotidiano de diversas vilas pesqueiras, não só como fonte de alimento, mas também como modo de vida, fornecendo identidade a essas comunidades. A pesca traduz à tradição cultural da região da Foz Rio Doce.

Dentre outros impactos relatados: Comprometimento no abastecimento de água; Prejuízos na agricultura; Aumento nos gastos domésticos e perda da autonomia financeira; Prejuízo no comércio/turismo; Desemprego, prejuízos financeiros e endividamento; Quebra da rotina diária, das divisões de tarefa e comprometimento de projetos futuros; Abalos emocionais e impactos na saúde.

A insegurança permeia a comunidade quando pensa em voltar a aderir a prática do surf, tomar banho de mar e realizar as atividades de lazer no rio e no mar. Muitos por não conseguirem ficar sem realizar essas atividades voltaram a praticar promovendo circuito de surf com intuito que não percam esse elo com o que era rotina.

Estes pontos até aqui é o que se coloca como crivo o seu território, seu espaço sendo expropriado em condições de uma dominação generalizada do capital em detrimento de muitos outros é a sua própria expropriação das condições naturais da existência. É que privado dessas condições naturais pela instauração deste crime ambiental se instaura a separação homem - natureza não só enquanto paradigma. Deste modo, são profundas as implicações que emanam dessas lutas pela reapropriação social da natureza, boa parte delas desencadeadas por populações com fortes vínculos territoriais, como os povos originários, camponeses, quilombolas, os sem-terra (desterritorializados em luta por re-territorialização enquanto reapropriação social da natureza) (PORTO- GONÇALVES, 2012).

Em resumo, os aspectos descritos servem para evidenciar que as afetações decorrentes do rompimento da barragem de Fundão são complexas e por isso precisam de estudos detalhados envolvendo profissionais de diversas áreas, mas, sobretudo, se faz necessário uma escuta atenta, interessada e comprometida com os sujeitos atingidos.

As narrativas desses sujeitos evidenciam que os efeitos do crime ambiental vão além das dimensões ambiental e socioeconômica, abrangendo também aspectos, culturais, políticos, emocionais e subjetivos. Com o tempo, as camadas de danos experimentadas pelos atingidos se sobrepõem. Convém lembrar que os mesmos continuarão se espalhando pelos anos, na medida em que não há no horizonte um retorno a curto ou médio prazo às condições anteriores ao desastre. É nesse obscuro contexto que as ações (ou omissões) das empresas responsáveis e do poder público têm contribuído para a ampliação do sofrimento social dos afetados (LEONARDO, 2017).

Conforme relato do entrevistado I: “O lugar que você vive sua vida inteira e por um descuido do ser humano totalmente eles tirarem essa paz que tinha na nossa comunidade que era a vida entre as pessoas, o respeito e a comunhão.”

Zhourri (2018) chama atenção para as ‘violências das afetações’ que implicam em expropriação, na destruição de biomas e ecossistemas, na eliminação das economias locais e regionais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados. Às violências materiais e simbólicas, intrínsecas à expansão das fronteiras minerárias, somam-se as violências epistêmica, racial e de gênero.

3.4. Avaliação da comunidade diante das ações desenvolvidas pela Samarco

Conforme destaca o site da Fundação Renova as “ações visam impulsionar o turismo e melhorar a qualidade de vida dos moradores, além de garantir novas alternativas de renda” afirma, portanto, que projetos desenvolvidos com a participação das comunidades de Povoação e Regência, em Linhares (ES), para atenuar os efeitos causados pelo rompimento da barragem de Fundão no turismo, na pesca e no lazer estão em andamento.

De acordo com o jornal “Voz da Foz” (Figura 3) na edição de Fevereiro e Março de 2018, estão sendo desenvolvidos na comunidade de Regência os seguintes projetos: 1) Apoio ao circuito de surfe e bodyboard; 2) Criação de site para a divulgação da Foz do Rio Doce; 3) Meliponicultura (criação de abelha sem ferrão); 4) Reativação de Hortas Comunitárias; 5) Projeto de Aquaponia (criação de peixes e hortaliças no mesmo espaço); 6) Reativação e assistência aos grupos de bordadeiras e artesanato; Acrescentam ainda que vão desenvolver: 1) Passarela ecológica de Regência; 2) Construção de área de lazer e portal de Regência, além de reforma do campo de futebol e vestiários; 3) Rampa de subida de barco em Regência; 4) Miniestação de energia limpa em Regência;

Figura 3

Matéria retirada do Jornal Voz da Foz de Fevereiro a Março de 2018



Uma questão colocada pelos moradores foi em relação a qualificação profissional como uma das ações exigidas pela comunidade que conforme exposto pelo pensamento do Entrevistado H:

Eu acho que isso daí seria uma boa, uma coisa muito importante, né?! E pros pescadores eu acho que ela poderia assim, procurar um meio de poder ajudar dum trabalho, num sei. Alguma coisa que mantenha os pescador em ativo pra num ficar a mercê, entendeu? Eu acho que isso daí seria bem importante pra dá eles poder tá olhando esse lado, entendeu?!

Os cursos disponibilizados pela Fundação Renova é demonstrado abaixo:

Quadro 2. Cursos disponibilizados pela Fundação Renova

Regência:

CURSO	DATA	LOCAL	CARGA HORÁRIA	VAGAS
Cozinha Capixaba - Módulo I (mamão, morango, café, banana e pescado)	Aula inaugural 10/08/17	Unidades móveis ficarão estacionadas na praça Caboclo Bernardo, na Av. Caboclo Bernardo	96	20
Iniciando negócio na prática	Aula inaugural 10/08/17	Unidades móveis ficarão estacionadas na praça Caboclo Bernardo, na Av. Caboclo Bernardo	40	20
Carpinteiro	Aula inaugural 10/08/17	Unidades móveis ficarão estacionadas na praça Caboclo Bernardo, na Av. Caboclo Bernardo	200	20
Pedreiro de Alvenaria	Aula inaugural 10/08/17	Unidades móveis ficarão estacionadas na praça Caboclo Bernardo, na Av. Caboclo Bernardo	200	20
Costureiro de Vestuário - Tecido Plano	Aula inaugural 10/08/17	Unidades móveis ficarão estacionadas na praça Caboclo Bernardo, na Av. Caboclo Bernardo	200	15
Modelagem	Aula inaugural 10/08/17	Rua Espírito Santo - Galpão do grupo de costura Pimenta Nativa	80	15

Fonte: <http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/08/programacao-cursos-regencia.pdf>

Quais foram os parâmetros para compreender a importância desses cursos para Regência? Forma-se mão de obra com a perspectiva de contribuir com a renda familiar, porém transforma o pescador (a)/ agricultor (a)/ comerciantes/ surfistas/ artesãs (os) que tiveram seus trabalhos comprometidos após a lama, em outras profissões no qual muitas vezes o morador não se reconhece. A lama, portanto, para a foz do Rio Doce veio para alterar a ordem natural das coisas e desnaturaliza as necessidades do homem pela lógica criada pela empresa.

Um dos questionamentos trazido pelos moradores foi que a partir da lama o pescador está sendo tratado como criminoso, pois criaram as regras de como e onde pescar depois da lama, conforme relatado pelo entrevistado G:

Hoje o meio ambiente cai de pau em cima da gente dos pescadores, entendeu?! Então pra mim muito assim da vantagem simplesmente é o meio ambiente, porque tá proibindo tudo, que no entanto botou até já um limite de pesca extensa. Que é da Barra

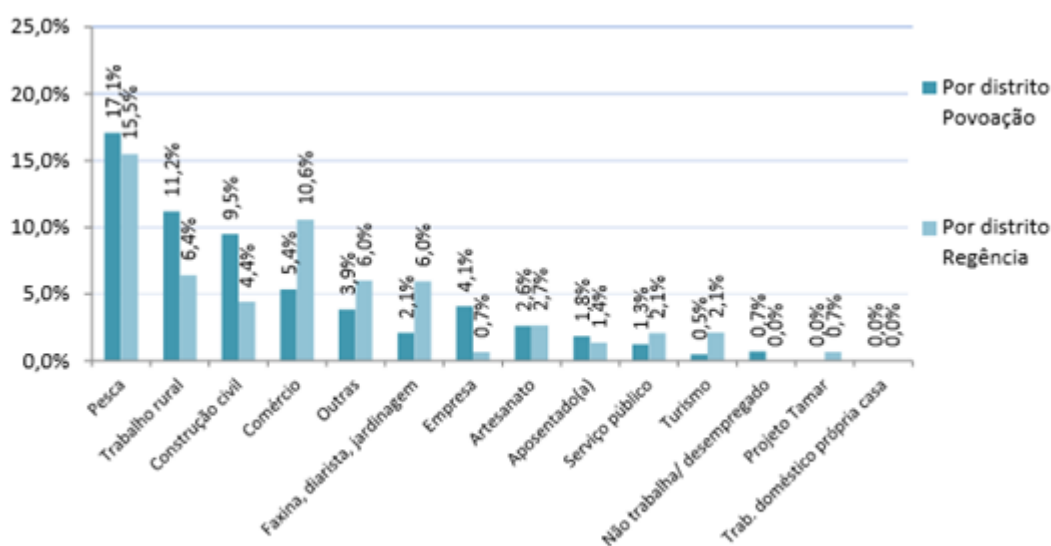
do Riacho a Barra Nova, entendeu?! Extenso assim, litoral. E pra fora uns 100 metros de distância.

Completa ainda o Entrevistado C: “Então, aí se vão na beira da praia aí daqui a pouco vem todo mundo correndo um jogando a rede dentro dos mato, os outros se escondendo igual bicho, como se fosse bandido. É como se fosse bandido.”

A violação de direitos se baseia também no controle territorial da comunidade atingida, esbarrando na dimensão de quem foi o criminoso, colocando o atingido numa lógica restritiva de vida e culpabilizando-o, e a empresa por sua vez não foi punida pelo maior crime ambiental causado. Conforme a reportagem do dia 07/08/2017 o Jornal “O Globo, Minas Gerais” a Justiça Federal em Ponte Nova, na Zona da Mata de Minas Gerais, suspendeu o processo criminal que tornou réus 22 pessoas e as empresas Samarco, Vale, BHP Billiton e VogBR por causa do desastre com a barragem de Fundão, em Mariana, em novembro de 2015. A reportagem teve acesso à decisão, que data de 04 de julho deste ano.

É importante destacar sobre o aspecto trabalho/ocupação antes da lama, de acordo com o gráfico abaixo, a pesca foi elencada como principal ocupação laboral apontada pelos entrevistados em Regência, sendo que 15,5% dos entrevistados apontaram a pesca como principal atividade econômica e a mais atingida com o impacto.

Gráfico 1 - Principal Atividade Econômica do Entrevistado (antes do rompimento da barragem) – Por distrito (%)



Fonte: GEPEDES (2016-17)

Todas essas atividades ficaram comprometidas após a lama e apesar dos prejuízos na atividade comercial, um ponto que merece destaque nesse sentido diz respeito à informalidade, aspecto tradicional no comércio e turismo da região. Muitos estabelecimentos comerciais nos distritos pesquisados funcionam na informalidade, podendo ser um espaço físico separado das residências ou mesmo na própria residência, como ocorria com a venda de alimentos e aluguel de quartos. O não reconhecimento desta realidade deixa à margem do “perfil” àqueles que não conseguem comprovar a renda ou o registro do seu comércio. Os que trabalhavam na informalidade vêm apresentando dificuldades para conseguir o mesmo reconhecimento que os estabelecimentos formais (LEONARDO, 2017).

Depois da Pesca, do Trabalho Rural e do Comércio, outra atividade digna de nota na região é a Construção Civil, que apareceu como a quarta ocupação mais importante no universo estudado. No entanto, a atividade também atravessa um momento complicado com a queda nos investimentos imobiliários – desde a construção de novas casas de veraneio a pequenas reformas e reparos. Além da construção civil, outros tipos de prestação de serviços, ligados, sobretudo ao contexto de atividades de veraneio e turismo também foram prejudicados. No caso, pessoas que prestavam serviço como diaristas, atividades de jardinagem, de caseiras e cozinheiras e outros estão atravessando um contexto de desemprego. Mesmo assim, muitos não conseguem se inserir no “perfil” determinado pela empresa (LEONARDO, 2017).

Pensando no sentido do trabalho e nas formas de existência das famílias transparece a informalidade é importante perceber o quanto se torna difícil o cotidiano desses trabalhadores que estão antes de tudo, vinculados a estas formas autônomas e desprotegidas de trabalho, pois são alvos de preconceitos, de violência, e claro, de uma subserviência a um sistema que, somente, explora e restringe os seus direitos deixando-os em condições ainda mais vulneráveis (ALMEIDA, 2013).

O entrevistado C demonstra preocupação em relação ao trabalho:

Já que não pode pescar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo porque tá proibido porque, né?! Porque não tá podendo. Então eles podiam bolar alguma coisa pras pessoas da comunidade trabalhar, né?! Porque aqui em muita gente precisando trabalhar. Precisando, né?! Gente ninguém pode ficar parado o dia inteiro, e tem muita gente que fica parado o dia inteiro porque não tem. Então, igual os pescadores, bolar alguma coisa porque já que não tá podendo pegar o peixe, mas eles vão poder fazer outra coisa, entendeu?! Outro trabalho.

A partir dessa compreensão cresce a dependência pelo trabalho, ocasionando muitas vezes a migração temporária, um ciclo que afunila suas condições de sobrevivência, impulsionando seu completo desenraizamento e a lançando de forma definitiva à situação de possuidor apenas da sua própria força de trabalho.

Em relação às indenizações a comunidade conta com os postos de atendimento itinerantes do Programa de Indenização Mediada (PIM) que de acordo com a reportagem publicada no jornal “Voz da Foz”¹⁹ de fevereiro e março de 2018, reitera que estes facilitam a participação das comunidades atingidas e aceleram o pagamento das indenizações por danos gerais. Destaca ainda que a Fundação Renova está negociando com os atingidos que se cadastraram até outubro de 2017. Os atendimentos ocorrem apenas com hora marcada e quem faz o agendamento é a própria Fundação, que liga para quem tem direito à indenização e marca a data e horário para a reunião (FOZ Edição 2, 2018). Porém de acordo com o relatório de Leonardo (2017) e a entrevista realizada nos grupos focais apontam muitas famílias afetadas de Regência ainda não foram consideradas atingidas pela empresa, mesmo tendo suas relações econômicas, sociais, culturais e afetivas abaladas, prejudicadas e interrompidas em decorrência do rompimento da barragem.

Só haverá ressarcimento financeiro do dano para aquelas pessoas que conseguirem comprovar ter sofrido algum tipo de dano material, conforme repassado no relatório do Leonardo (2017). Dessa forma, a empresa tem cobrado dos moradores atingidos na foz do Rio Doce densas provas materiais de danos sofridos. Ora, conforme relatado pelos próprios atingidos: “ninguém se preparou para o desastre”, logo são raras as famílias que tinham uma documentação organizada capaz de servir de prova material para a empresa (LEONARDO, 2017).

Conforme destacado na fala do Entrevistado P:

Aqui hoje em dia ao longo do Rio doce se eu não me engano são 43 programas de indenização, que você possa se encaixar em alguma se você comprovar que você faziao uso do rio. Muita gente aqui nunca conheceu CNJP (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), muita gente aqui não trabalhava com emissão de nota fiscal. Aí eles querem que a pessoa comprove tudo isso.

Complementando ainda o questionamento exposto acima, o entrevistado K considera que:

¹⁹ Jornal criado pela Fundação Renova.

Tem pessoas aqui em Regência que não tinha carteirinha de pescador, porque pescava no rio, cara! A pessoa às vezes é analfabeta, assinatura dela é o polegar dela, correto?! Então a pessoa muitas vezes estava aí no rio e eles...a pessoa com 43 programas ela não se encaixa em hipótese nenhuma na situação dessa.

Ocorre, portanto, a disputa pelo sentido de atingido envolvendo assim todos aqueles que tinham uma relação com o Rio Doce e que, de alguma forma, sentiram que ela foi abalada diante da chegada dos rejeitos de minério da Samarco nas suas águas. A própria empresa cria critérios e amplia o sofrimento daqueles que não atingiram seus critérios, criando até uma relação de separação dos moradores, dos que não recebem e dos que recebem.

Depreende-se do exposto a análise de Pereira (2016) no qual reforça que as necessidades não podem ser definidas ou estimadas desvinculadas da noção de direitos, e que essa desvinculação, muitas vezes conflituosa embute as seguintes questões:

De quem é a responsabilidade pelo atendimento das necessidades humanas? Será o livre, natural e espontâneo movimento da vida em comunidades consensuais que automaticamente regula a distribuição ou a contenção dos recursos a depender da abundância ou escassez destes? Do indivíduo que as padece? Do mercado como agente privado, cuja lógica incentiva a competição como o principal ingrediente para o alcance individual da autossustentação dos portadores de carências materiais? Ou de outros atores privados não mercantis, como a família e a solidariedade primária de vizinhos, amigos ou correligionários? (PEREIRA, 2016, p. 58).

No caso da comunidade de Regência para além das necessidades humanas, nem todas são de natureza material e o que mais indagam é que a partir do crime perderam a referência desse saber que sempre foi construído da atividade humana livre. Como afirma Freire (2013) se nega a essência humana de ser livre e consciente nos atos da sua produção. Se constitui dessa forma, a “perda de si mesmo” e o “estranhamento de si” atividade produtiva que lhe constitui como ser objetivo no mundo natural e social. Nesta perspectiva, a perda do domínio sobre seus objetos, isto é, sua “objetificação”, é apenas o resultado do estranhamento em relação ao seu trabalho. Portanto,

Para que a autonomia se efetive como práxis social, é necessário que a ação do homem seja livre e consciente, o que implica se envolver na luta coletiva pela transformação das relações sociais e de produção capitalista, devolvendo ao trabalhador seu direito e sua capacidade de produzir e se apropriar de sua riqueza social. Desta forma, se reconhece nos objetos que constituem sua essência humana. Do ponto de vista da práxis educativa, essa possibilidade existe; o trabalho de formação como resistência ao estranhamento e às condições de exploração e dominação pode se realizar mediante uma ação crítica e revolucionária de transformação do Estado e da produção capitalista. A autonomia como condição e possibilidade do exercício da crítica e da

ação do sujeito se coloca no enfretamento dos condicionamentos materiais e ideológicos da sociabilidade capitalista (Freire, 2013, p. 70)

Na sociedade capitalista, o estranhamento adquire formas sutis de dominação e exploração, ao configurar o fenômeno do fetichismo nas relações sociais.

Nestas relações sociais, os homens são apenas portadores de mercadorias que se trocam entre si, como se possuíssem vida própria. Daí se dizer que os sujeitos tornam-se objetos e estes se convertem em sujeitos. As relações sociais deixam de ser percebidas como resultados da ação humana na história. Nestas condições, “a consciência do homem se produz alienada e capta essa realidade em sua forma invertida”. (MARX, 1988, p.72.)

O caráter mais feiticizado toma maiores proporções no que diz respeito ao auxílio emergencial onde alguns moradores atingidos passaram a receber um cartão mensal no valor de uma cesta básica, mais um salário mínimo e mais 20% por dependente. Muitos afetados não foram (e continuam não sendo) reconhecidos como atingidos pela mineradora, e há toda uma discussão sobre qual seria o perfil dos afetados aptos a receber o auxílio.

A garantia desse auxílio foi obtido através do Termo e Compromisso Socioambiental Preliminar (TCSA), onde o Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES) e Ministério Público do Trabalho (MPT), exigiram que a Samarco Mineração S.A. providenciasse imediatamente um auxílio emergencial para todos os afetados pelo desastre (LEONARDO, 2017).

Em Regência ocorreu uma série de manifestações no final de abril e início de maio de 2016 onde os moradores exigiam “cartão para todos”²⁰ em represálias às sucessivas negativas postas pela empresa durante o processo de cadastramento dos atingidos. Até então, eles não eram enquadrados no “perfil” – criado pela própria mineradora – passível de compensação financeira emergencial em decorrência do crime, como deveriam ser todos os auto-intitulados pescadores e agricultores ribeirinhos do Rio Doce (LEONARDO, 2017).

A reivindicação contou com a participação de boa parte dos moradores e conforme relatado pela entrevistada B: “10 dias, ficamos 10 dias fechamos ali 10 dias...Eu mesma ficava de seis da manhã até meia noite, eu batia cartão lá, todo dia.”

Complementou ainda que:

²⁰ Reivindicação da comunidade para conseguir o cartão para os que ainda não tinham conseguido.

Os cabeça, não tinha ninguém. Só era nós mesmo, só nós da briga. Ai eu peguei e falei pra moça: cê tá vendo aqui filha a gente não tem representante. Não tem. Então na hora que vocês tiverem de procurar levar algo pra Regência, vocês você procura a gente primeiro, porque tudo que chega lá fica. Não é repassado, não é ...? Não é repassado.

Essa indagação da moradora reitera que muitos representantes das Associações da comunidade não participaram dessa reivindicação, e a comunidade passou a enxergar que os processos de negociação para conseguir o cartão perpassava pelo que a representação definia junto à empresa e não às demandas dos próprios moradores.

O cartão da Samarco entre todas as ações é a mais disseminada entre a comunidade que uma vez que a Fundação Renova fez o cadastro das pessoas para que recebessem o auxílio emergencial que iriam ser distribuídos por critérios estabelecidos pela Fundação Renova, assim como quem deveria ser contemplado com a indenização.

O entrevistado Q exemplifica que nesse sentido as pessoas são levadas a um extremo de disputa:

Uma recuperação do rio, reflorestamento, ninguém fala sobre isso, então é mais interesses financeiros. Tristeza, né?! Eu fico triste, muito triste com isso, pelas pelas pessoas às vezes é é é olhar pra outra, e às vezes até debochar que consegue o benefício e outro não consegue, isso é é horrroso. Enquanto todos nós, né?! Não só aqui da vila, mas de todo mundo que foi atingido né.

Desde então, a autonomia econômica das famílias na foz do Rio Doce ficou comprometida, reduzida ao auxílio emergencial, chamada, indevidamente, de “benefício”, pela própria mineradora. Contudo, chamamos a atenção de imediato para os problemas enfrentados no que tange à administração de uma renda mensal para aqueles sujeitos que estavam acostumados a trabalhar todos os dias e a receber pelo dia de trabalho. O dinheiro mensal torna-se uma novidade difícil de ser administrada até mesmo para que tenham autonomia com sua vida financeira.

Alguns moradores demonstram preocupação em ficar dependente do cartão, pois foi a ‘única’ alternativa que os moradores encontraram de prover sua subsistência, mas que trocariam para ter seu modo de vida de volta, conforme relato do Entrevistado O:

Realmente eu primeiro deixei bem claro: eu não queria receber o benefício da empresa lá, não queria. Eu preferia muito bem colocar minha redinha ali, pegar meu peixe, beber água do rio, tomar meu banho, tomar um mergulho, fazer minha atividade que era o que eu mais gostava de nadar. Podia. Do que hoje eu não posso fazer. Você ganha mil e trezentos conto, e eu ganhava muito mais do que isso eu ganhava. Numa semana, se tá entendendo?!

Nessa situação o cartão como uma mercadoria, se faz presente tanto na necessidade humana, como na intencionalidade (forma social) que governa a produção e na realização de suas necessidades. Avalio este cenário como um fator que promove a desarticulação social. Entendendo aqui que os benefícios sociais influenciam na mobilização e no reflexo das políticas sociais. Essa ideia se amplia com que é relatado pelo Entrevistado K: “se você é morador de Regência e entrou com o processo contra a Samarco ou Renova, você não recebe o benefício.” Porém o entrevistado M discorda de K: “A empresa te chama pro acordo, fala eu vou te dar, você tira? Tira!”

Há controversias nos acordos que a empresa define e a partir disso cada morador é tratado com um critério, ou seja, existe uma delimitação do que é atingido pela empresa apresentando assim fragilidade nessa seleção. A insegurança também permeia por aqueles que recebem o cartão, pois não tem um prazo que define até quando os moradores receberão o auxílio emergencial. De acordo com o Termo de transação e de ajustamento de conduta são considerados os impactados as pessoas físicas ou jurídicas, e respectivas comunidades, que tenham sido diretamente afetadas pelo evento nos termos das alíneas abaixo e deste acordo:

- a) perda de cônjuge, companheiro, familiares até o segundo grau, por óbito ou por desaparecimento;
- b) perda, por óbito ou por desaparecimento, de familiares com graus de parentesco diversos ou de pessoas com as quais coabitavam e/ou mantinham relação de dependência econômica;
- c) perda comprovada pelo proprietário de bens móveis ou imóveis ou perda da posse de bem imóvel;
- d) perda da capacidade produtiva ou da viabilidade de uso de bem imóvel ou de parcela dele;
- e) perda comprovada de áreas de exercício da atividade pesqueira e dos recursos pesqueiros e extrativos, inviabilizando a atividade extrativa ou produtiva;

- f) perda de fontes de renda, de trabalho ou de autossustentabilidade das quais dependam economicamente, em virtude da ruptura do vínculo com áreas atingidas;
- g) prejuízos comprovados às atividades produtivas locais, com inviabilização de estabelecimento ou das atividades econômicas;
- h) inviabilização do acesso ou de atividade de manejo dos recursos naturais e pesqueiros, incluindo as terras de domínio público e uso coletivo, afetando a renda e a subsistência e o modo de vida de populações;
- i) danos à saúde física ou mental;
- j) destruição ou interferência em modos de vida comunitários ou nas condições de reprodução dos processos socioculturais e cosmológicos de populações ribeirinhas, estuarinas, tradicionais e povos indígenas.

Os que são considerados indiretamente impactados são as pessoas físicas e jurídicas, presentes ou futuras, que não se enquadrem nos incisos anteriores, que residam ou venham a residir na área de abrangência e que sofram limitação no exercício dos seus direitos fundamentais em decorrência das consequências ambientais ou econômicas, diretas ou indiretas, presentes ou futuras, do evento, que serão contemplados com acesso à informação e a participação nas discussões comunitárias, bem como poderão ter acesso aos equipamentos públicos resultantes dos programas.

Pereira (2016) explica que mesmo a mitigação e o enfrentamento de riscos já concretizados em calamidades, desastres, crises ou destituições de qualquer sorte se dão apenas no plano superficial de seus efeitos. Assim, a proteção social como simples gestão de riscos sociais será capaz apenas de, por meio de parcerias privadas mercantis ou não, tenta postergar a incidência dos riscos, remediar suas consequências nocivas, e principalmente, oferecer condições para que os indivíduos, famílias e comunidades sejam capazes de lidar com eles por conta própria.

O caráter desse auxílio emergencial segue a mesma lógica da proteção social pública que cumpre o papel de ser residual ou mínima, de preferência de rendimentos mínimos, muito bem focalizado (para evitar o suposto desperdício de recursos), condicional (e não um direito), emergencial e com prazo limitado (e não vitalício). Dessa forma, não se traduz em equidade ou justiça social, tendo em vista que os riscos atingem todos, sem exceção.

Em *O capital*, Marx lapida as categorias encontradas ao longo dos *Grundrisse* como, por exemplo - *O valor* (não mais o dinheiro ou o valor de troca), mas sim como um elemento que confere o caráter social da atividade produtiva dos indivíduos. O valor como forma de abstração vai submetendo as pessoas aos mecanismos sociais com práticas de modo abstrato, diferente da realidade que a comunidade de Regência vivia que era da vida prática e consciente sobre seus processos.

Não se encontra meios de trabalho e as formas de sustento foram retiradas ao se destruir a natureza ao redor, vivendo momentos de escassez (seja de água e alimentos) e condicionando os moradores à lógica de dominação do território pela empresa, onde ela dita as regras da sobrevivência. Ou seja, há uma superpopulação relativa²¹ nos termos de Marx, que não se enquadra nem na possibilidade de conseguir o auxílio da Samarco e na impossibilidade de vender a sua força de trabalho, criando um próprio paradoxo nas necessidades momentâneas de expandir valor, e do próprio esgotamento de valorização pela mais-valia.

Fica evidente essa situação a partir do relato do entrevistado P:

A minha visão de futuro pra Regência, como morador, nascido e crescido aqui é...eu tenho ainda esperanças da Vila voltar a ser a ao menos metade do que era. Eu sei que é humanamente impossível eles reverterem o erro que vou cometido, o crime que foi cometido. Porque não foi erro, foi crime é cometido com nosso rio, nosso mar é porém eu vejo Regência no futuro entrando num colapso, quando a Fundação Renova e Samarco se ausentar de vez de Regência. Porque o maior assunto em Regência hoje em dia é dinheiro da Samarco. E quando a Samarco retirar o dinheiro de Regência, sai sim que a gente vai ver quem é quem. E no final das contas, eu tenho só mais isso a dizer, eu vou encerrar. É eu acredito que é Regência pode sim se reerguer de uma forma natural, tá?! É bem difícil a natureza, enfim. Na realidade a natureza ela em o poder de se reerguer, tá. Mas de uma forma, uma forma tão brutal foi atingida, eu acho tão difícil se reerguer rapidamente, mas eu acredito que possa sim se reerguer eu sonho com isso. Eu sonho que meus filhos possam entrar no rio, brincar no rio, brincar no mar pra surfar, enfim. E é como disse, a minha esperança de morador é que ainda tenhamos um futuro feliz. Porém, a minha visão como ser humano, e como é é um entendedor do que tá acontecendo nesse momento, eu vejo Regência entrando em um grande colapso. Isso não tá longe, correto? Infelizmente isso não tá longe. E é isso.

²¹ São os trabalhadores supérfluos, precários e temporários, mas que contribuem para a lógica da acumulação. É nesta fração da classe trabalhadora que se expande com maior rapidez a pauperização e a miséria. Mas é também parte essencial para o aumento da riqueza capitalista. Esta é para Marx (1988, p. 747), a “lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”.

Como sustenta o Mészáros (2011) obviamente, é sempre a comunidade dos produtores que cobre os custos de tudo, apesar dos custos da empresa, não cobre nada da vida existencial daquele lugar. A vivência dos problemas sociais se ampliam ainda mais com os problemas adicionais dos impactos que a lama produziu nesse território e necessariamente inerentes ao crescente desenvolvimento capitalista.

Essa brilhante indagação remete o dinheiro como a forma fenomênica (abstração), uma metafísica que se realiza no cotidiano. Nas palavras de Menegat (2012) o sujeito automático neste caso é o valor que valoriza e traduz como substrato que se sustenta como algo efetivo. Parece estar fortemente sustentada na realidade a reflexão de que o valor é sujeito do processo social neste modo de produção.

Nesse sentido se percebe uma crise do modo de vida e da dominação social. Uma das formas de ruptura que se vislumbra é através da necessidade da prática humana auto-consciente – práxis - libertadora dos processos alienantes das relações de dominação construída pela própria empresa Samarco, após a passagem da lama na Foz do Rio Doce.

3.5 A comunidade que resiste e se reinventa

Refazer o território de Regência a partir desses processos vividos pela comunidade é também refletir os movimentos da vida social diante do crime da Samarco na Foz do Rio Doce.

Antes mesmo da passagem da lama no Rio Doce, Regência já possuía um histórico de resistência em torno dos projetos de desenvolvimento econômico para aquela região que foi a proposta da instalação do Porto Manabi, um complexo que envolveria um porto, uma siderúrgica e um mineroduto, empreendimento depois batizado como Distrito Empresarial Norte Capixaba, via a empresa Mlog, criada em 2015.

Conforme destacado na fala do Entrevistado K:

Então nessa época que surgiu o movimento aí da empresa Manabi era o projeto deles era da construção do porto norte capixaba que seria o porto para exportação de minério e que teria essa construção do duto que vinha de Minas Gerais pra ser descarregado o minério aqui, no norte do estado e daí o que acontece, a Manabi nesse processo dela de execução do projeto deles. Eles conseguiram somente se eu não me engano somente a licença de instalação.. São três licenças, né?! Eles conseguiram é, eles

conseguiram a licença prévia. LP, LI e LO. Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação. Eles conseguiram somente a primeira.

A comunidade nesse momento formou o movimento Fora Manabi. Porém a comunidade bem atenta para este projeto participavam dos espaços de discussão e em uma das reuniões que o Entrevistado K participou, ele traz os apontamentos realizados pela empresa para convencimento da comunidade a aceitar a instalação.

Eles apresentaram um projeto pro pessoal do Ministério Público totalmente frouxo. Eu tinha feito os estudos alguns meses antes de questão é de... eles iam dragar areia da praia pra instalação do porto, correto?! É aí a areia que eles dragariam da praia eles dispensariam a tantas milhas lá fora no mar, ou seja, eles estariam alterando o ecossistema aqui e iam alterar os ecossistemas no meio do mar. Daí essas coisas que foram apresentadas, é eles foram perdendo essa credibilidade. Aí o cara do Ministério Público já começou a enxergar que aquela situação da que eles estavam apresentando tão linda, porque era lindo o projeto do porto lindo, grandão, tal. Emprego pros moradores de operários, né?! Emprego de operário para os moradores, braçal. Porque ninguém aqui tem uma qualificação pra ter o emprego de engenheiro. Existem, tá gente não dizendo que não tem, existe aqui em Regência. Mas, enfim, eles caíram em si que não era tudo aquilo lindo da forma que eles estavam passando. Daí foi começando a perder força Manabi, começando a perder força, perder força, perder força até que sumiu essa ideia. Porém, em uma outra ocasião, já agora bem mais recente é eu descobri que já tem aí outras empresas interessadas em executar esse projeto do porto, entendeu?!

A comunidade se fortaleceu muito no processo de discussão da instalação deste porto, e é lembrado como momento de vitória diante da condução que estava sendo definida e por não ser levada adiante essa proposta.

Destaco aqui uma das campanhas promovida pela comunidade: “Venha participar e apoiar a festa de lançamento DIGA NÃO AO PORTO MANABI!” A comunidade realizou o evento com intuito de angariar recursos para a campanha (confeção camisas, adesivos, faixas), com slogan “Venha entrar na luta contra essa tentativa de destruição da natureza, apoie e participe, o evento é beneficente e informativo da CAMPANHA DIGA NAO A MANABI” (Figura 4).

Figura 4

Folder da Festa Diga Não ao Porto Manabi



Fonte: www.regenciasurf.com.br

Compactuo com a análise de Traspadini (2016) que aponta a avassaladora proliferação dos marcos de reprodução ampliada do capital, tanto em seus aparatos produtivos como nos ideológicos, foi relegando o popular, pouco a pouco, ao jogo instituído da supremacia da mercadoria-valor-dinheiro-capital. Isso culminou, em muitos casos, em uma perda do próprio sentido de comunidade. E em outros, em uma destruição concreta de qualquer instrumento de rebeldia contrário aos aparatos dominantes (TRASPADINI, 2016).

O popular relegado, em parte, ao processo cultural dominante foi aos poucos anulado em seu rol de resistência e liberação que começou a ser utilizado como mais um produto em meio a tantos outros, como o próprio homem através da subsunção formal e real de sua força de trabalho atrelada à valorização e demais serviços intrínsecos à reprodução do capital. Dessa tensão entre ser para si (emancipação) e ser condicionado para outros (alienação), emanam complexos movimentos no universo das práxis (TRASPADINI, 2016).

Como citado Vázquez (2007) por Traspadini (2016):

Quando nos instalamos no terreno da práxis social, a ação se exerce sobre homens concretos ou relações humanas que constroem, desse modo, seu objeto ou matéria. Tais homens são de “carne e osso”, como diria Unamuno. Mas as ações humanas que se exercem sobre eles não se dirigem tanto ao que têm de seres corpóreos, físicos, e

sim a seu ser social; ou seja, a sua condição de sujeitos de determinadas relações econômicas, sociais, políticas, que se encarnam e cristalizam em certas instituições; instituições e relações que não existem, portanto, à margem dos indivíduos concretos. A práxis social tende à destruição ou alteração de uma determinada estrutura social, só pode ser levada a cabo por homens que atuam como seres sociais, e se exerce, por sua vez, sobre outros homens que só existem em relação com os demais, e como membros de uma comunidade, mas, por outro lado, como indivíduos dotados de uma consciência e de um corpo próprios. (VÁZQUEZ, 2007 apud TRASPADINI, p. 44)

As formas de autonomia, portanto, muitas vezes são desfeitas pela forma de dominância, como parte de um controle social e da institucionalização da luta. Muitos eventos em Regência que antes eram feitos pela comunidade, agora carregam o nome da Fundação Renova, deixando claro o aspecto desse controle das suas identidades.

Faz-se necessário pensar as formas de organização e a resistência da comunidade diante da ausência de espaços democráticos de tomadas de decisão, comprometendo a efetividade dos instrumentos jurídicos que buscam a solução de litígios de forma consensual, porém, nos referimos aqui a espaços autônomos de participação social, não geridos pelas empresas responsáveis pela tragédia ou pelo Estado, mas canais e espaços democráticos de comunicação, debate e deliberação por parte dos atingidos, os movimentos sociais e grupos parceiros (DIAS et. al, 2016).

Desde a passagem da lama de rejeitos a comunidade de Regência tem se envolvido nas lutas cotidianas com outras populações afetadas e dentro de sua comunidade, para além de sua luta travada no judiciário para ter seu reconhecimento como atingido. A força que a comunidade encontrou para fazer o enfrentamento político foi: fechar trilho de trem; ajudar no processo de organização das comunidades; a produção de documentos para poder munir a defensoria pública e o Ministério Público pela luta dos direitos como atingidos.

Houve nesse sentido o surgimento da Aliança Rio Doce no qual a comunidade após esse processo sentiu necessidade de ampliar a luta pelos direitos baseado na crença de que a Regeneração do Rio Doce (Figura 5) passa pela regeneração dos indivíduos e das comunidades, uma série de ideias, conceitos e ações que começaram a ser pensadas e implementadas no

território que a partir desse encontro fértil que a comunidade chamou de Aliança Rio Doce²² (Jornal A Sirene, 2017).

Figura 5
A Revolução dos Peixes



Fonte: Aliança Rio Doce/Divulgação

Hauley Valim como sociólogo, ativista, surfista e morador da Vila de Regência deu a entrevista no Jornal “A Sirene” fomentando que as comunidades estão muito fragmentadas, muito descrentes dos processos implementados pelas políticas públicas e pelas políticas da Renova e da Samarco. As pessoas estão desacreditadas e por isso é muito difícil conseguir mobilizar as pessoas para encontros comunitários, pra poder discutir os problemas. A partir dessa porta que é o afeto e a partir do fortalecimento dos vínculos – dos vínculos afetivos, que são vínculos socioculturais – nós conseguiremos criar um ambiente favorável para essa mobilização comunitária, coletiva, a médio-longo prazo, que é fundamental para superar a parte mais dramática. Então, assim nessa dúvida que nos danifica, nós precisamos criar dispositivos de

²² Aliança Rio Doce é um grupo de pessoas, na verdade, ela é uma rede que se constituiu a partir do encontro aqui na foz de várias expedições que percorreram o curso do rio de Mariana à Regência, na época do rompimento da barragem. E aí, várias pessoas, com várias formações, com várias concepções de mundo, mas todas alinhadas a partir de princípios ambientais, sociais e espirituais. Percebeu-se que outras coisas precisavam ser feitas também, paralelamente à dimensão da luta política. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2017/12/18/como-funcionam-as-redes-de-regeneracao-na-foz-do-rio-doce>>. Acesso em 25/07/2018.

regeneração, tendo o afeto com porta de entrada para avançarmos na luta pelo Rio Doce e com as comunidades atingidas.

Como forma de ativar os laços de sociabilidade foi criado um espaço de encontro dos moradores em Regência que é a Casa Rosa (Figura 6) como um ambiente que as pessoas começaram a se confluír com processos criativos, artísticos, culturais começaram a ganhar movimento, automaticamente, muitas pessoas enxergaram ali, naquele espaço regenerado, um espaço fértil para embalar as próprias regenerações. Através das aulas de arte, do Baú das Artes, das aulas de música, vêm esse espaço como afetivo para construção dos processos de regeneração que podem ser impulsionados (Jornal A Sirene, 2017).

Figura 6

Casa Rosa



Fonte: Autoria própria

Um dos espaços democráticos de comunicação e resistência da comunidade de Regência foi com o festival chamado “Regenera Rio Doce” (Figura 7,8 e 9) realizado nos dias 14 a 30 de julho de 2017 na Foz do Rio Doce trazendo como objetivo criar um espaço para construção e compartilhamento de saberes, desafios e metodologias colaborativas, capazes de fortalecer os vínculos comunitários e engajar ações necessárias à Regeneração do Rio Doce. O Festival Regenera Rio Doce é uma iniciativa independente criada por alguns moradores de Regência que conta com fundos arrecadados para realizar as atividades e não tem nenhum vínculo com a Fundação Renova. A proposta do evento contou com vários eixos temáticos: como

Ancestralidade; Arte, cultura e celebração; Comunicação e mídias livres; Direitos humanos, mulheres e luta política; Educação e ludicidade; Inovação, pesquisa e solução; Permacultura e agroecologia; Saúde, alimentação e corpo; Tecnologias sociais, cooperativas e econômicas.

Figura 7

Festival Regenera Rio Doce



Fonte: Divulgado em: <<http://www.regenerariodoce.org/>>

Figura 8

Festival Regenera Rio Doce



Fonte: Divulgado em: <<http://www.regenerariodoce.org/>>

Figura 9
Festival Regenera Rio Doce



Fonte: Divulgado em: <<http://www.regenerariodoce.org/>>

O festival tem o objetivo de continuar com a resistência no local e alcançar objetivos maiores de acordo com as demandas da comunidade. Essas resistências retomam uma singularidade do local que segundo Mauss (1999, p. 117) são “tradições verdadeiramente conscientes”, que segundo ele existem em todas as sociedades e contemplam as tradições que são arquitetadas para reger a vida comum e consiste no saber que uma sociedade tem de si própria e de seu passado mais ou menos imediato. Pode-se agrupar todos estes fatos sob o nome de memória coletiva. Portanto um dos elementos que compõe e viabiliza a transmissão da tradição é a memória e aquilo é considerado importante para o funcionamento do modo de vida que objetiva-se ser perpetuado.

Além da resistência em âmbito cultura, em relação a luta política tem um aliado no território de Regência que é o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que tem participado ativamente com a comunidade e juntamente com outras organizações. Foi realizada a “Marcha dos Atingidos de Regência-ES a Mariana-MG - 1 Ano de Luta e Luta” (Figura 10 e 11) seguida por um encontro e um grande ato no marco do um ano do crime socioambiental das empresas Samarco/Vale/BHP Billinton, com o objetivo de continuar denunciando e fortalecer a

necessidade da luta e organização dos atingidos para garantir direitos e celebrar a memória dos mortos. As atividades se realizaram nos dias 31 de outubro a 05 de novembro de 2016, marcando um ano do Crime, dentro da “Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo” (MAB, 2016).

Figura 10

Movimento de Regência a Mariana



Fonte: Lucas Bois/Jornalistas Livres <http://wikiriodoce.org/Arquivo:MAB_em_Regência.jpg>

Figura 11

Movimento de Regência a Mariana



Fonte: Lucas Bois/Jornalistas Livres <http://wikiriodoce.org/Arquivo:MAB_em_Regência.jpg>

Na ocasião foi redigida uma carta que explicava o objetivo da marcha:

Marchamos porque não queremos que crimes como este sejam esquecidos, e que fiquem impunes, ou que venham a se repetir, pela irresponsabilidade das autoridades e empresários responsáveis. Acreditamos firmemente que nossa luta, pela vida em plenitude, pelo emprego, por nossas terras, por nossos rios, pela água, pela natureza preservada, é absolutamente justa e necessária. Por isso marchamos de Regência a Mariana. Acreditamos, e queremos muito, o apoio de todas as pessoas de bem, do Brasil e do Mundo, que querem, como nós, uma sociedade justa, fraterna e igualitária (MAB, 2016).

Muitos moradores de Regência constroem a pauta do MAB através das reuniões com as entidades e setores de representatividade da região.

Todavia, na discussão dos grupos focais ficou evidente que uma das dificuldades apontadas pelos moradores é na relação com a representatividade em torno das Associações. E por não se sentirem representadas tal situação nos leva a refletir como afirma Leonardo et. al (2016) sobre as precauções que a empresa demonstrou ter em relação a sua exposição com a coletividade. Ao adotar pequenos grupos para estabelecer um espaço de “diálogo com a comunidade” – para usar a mesma atribuição da empresa – entendemos que houve uma tentativa de evitar os espaços que pudessem gerar divergências e consequentes reflexões coletivas, ou seja, há um esforço notório de reduzir a esfera do político (RANCIÈRE, 1996 apud LEONARDO et al, 2016) no contexto do desastre.

Visto que, por um lado, a empresa elege no universo da coletividade os atores que passam a ter direito a reivindicação, e por outro, excluem do espaço mencionado às diversas vozes que constituem os afetados na região.

O questionamento realizado com os moradores sobre se conseguiram participar das reuniões com a Samarco e ter voz e opinião sobre o que queriam para a comunidade. Responderam:

Entrevistado G - Não, não. A comunidade só sabia das coisas depois que ia ser feito, porque reuniões aqui com as presidências daqui, representantes...só entre eles. É, usando o nome dos moradores, porque realmente mesmo. Associação de morador é morador, pode tá sozinho, mas ele fala por todo mundo, entendeu? Pescador, comerciante, todos esse ai representa o que tá representando e vai sozinho. Aí, vai lá, faz o que tem que fazer, vem cá e não repassa pra ninguém, entendeu?! Quando tem reunião, entendeu?! Os dois tão de WhatsApp agora, entendeu?! Quem viu, viu. Quem não viu vai ter nenhuma. Esse aqui, você anda com carro de som aqui, meia hora aqui

dentro todo mundo sai pra ter reunião aqui hoje. Ai sim, não vai se não quiser, entendeu?! Mas eu acho um absurdo um lugar pequeno, entendeu?! As direções fazerem uma reunião sem comunicar e saber.

A entrevistada B ainda complementa: “os representantes aqui só se representavam”. Em relação às associações de representação da comunidade de Regência os moradores demonstraram ter dúvidas quanto à atuação de lideranças, como no que diz respeito à transferência de informações e à transparência de suas ações. A violência dessas formas de apropriação do lugar do outro e sua submissão aos diferentes tipos de ameaças obliteram diferenças, diversidades, identidades e escolhas coletivas (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO 2016).

Outra pauta importante da luta de alguns moradores de Regência é o reconhecimento dos surfistas como atingidos através da Associação de Surf de Regência. Eles lutavam primeiramente para o reconhecimento como Associação e no dia 22 de julho de 2018, junto às entidades do Ministério Público Federal, Defensoria Pública e os surfistas das praias de Pontal do Ipiranga, Regência e Povoação conseguiram finalmente o registro.

Um dos símbolos de resistência cultural que ainda é preservada pela comunidade de Regência é através de suas raízes culturais como o CONGO (Figura 12) – genuína cultura capixaba. Um dos símbolos de cultura local é através de suas festas populares que representado pela figura histórica mais conhecida em Linhares de Bernardo José dos Santos, o Caboclo Bernardo²³, nativo de Regência, filho de índios, conhecido na região por seus atos de coragem. A festa é realizada todo ano no mês de junho e conta com a participação de toda a comunidade que se envolve para essa festa tradicional. Conforme destacado pela Entrevistada B: “Tem o congo, tem os arraiás, entendeu?! Tem o Fubica, nós somos alegres nós somos tem o Caboclo Bernardo que é aqui é uma vila de gente alegre, tá?! festeiro, entendeu?! De gente solidário, entendeu?! Então é muito bom.”.

²³ Essa história é contada que no final do século XIX no ano de 1887, Bernardo salvou 148 vidas de um navio da Coroa Imperial Portuguesa o “Imperial Marinheiro” naufragado na Foz do Rio Doce. Este navio levava em sua tripulação soldados e heróis de guerra. Ao encalhar na foz do rio, conta a história, que era uma madrugada de tempestade e mar revolto e da Vila de Regência dava para se ouvir os gritos de socorro e desespero da tripulação; então ao clarear o dia, com a praia cheia de espectadores e pessoas aflitas sem poder fazer nada, nesse momento que surge o herói Caboclo Bernardo, que com um ato de bravura sem pensar na própria vida, pegou uma corda e amarrou em local seguro com apoio de mais dois amigos, e com a outra ponta da corda na boca tentou romper o mar enfrentando as ondas gigantes, depois de algumas tentativas em vão, ele continuou persistindo até conseguir chegar ao navio, e foi retirando um a um dos sobreviventes. Disponível em: <<http://www.regenciasurf.com.br/historia.html>> Acesso em 25/07/2018.

Figura 12
Tambores de Congo



Fonte: Autoria Própria

Percebe-se a construção de sentidos de um lugar quando há uma memória afetiva estabelecida, em um contexto específico, em que sujeitos se relacionam com o espaço de maneira que este se torna parte essencial de sua própria vida.

Nora (1993) fala do lugar da memória, no coração das identidades, isto é, diz respeito à identidade, ao pertencimento, com o fluir da vida social. Portanto, é menos um mecanismo de recepção e armazenamento de experiências e mais um processo dinâmico e interativo que se desenrola no cotidiano do social, por meio do processo comunicacional. Nesse movimento ocorre o diálogo entre símbolos que fazem parte da cultura de muitos sujeitos, levando-os a expressar como se percebem, como participam da cultura, e como se constroem suas identidades (BARRETO, 2007, p. 162).

A comunidade de Regência luta pelo direito de pertencer, de permanecer e de ser. Não é um apego ao antigo que a faz resistir, mas a seu lugar de pertencimento. A memória passa por objetos e lugares que se tornam símbolos para pessoas e relações pessoais em uma conexão fluida entre passado, presente e futuro. E segundo Pollack (1992) é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.

Como nas palavras contemporâneas, Regência advém de uma “cultura, no sentido mais amplo, é o comportamento cultivado, isto é, a totalidade da experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social” (KEESING, 1961, p. 49).

Regência convive com o passado concentrado no presente que cria a natureza humana em um processo de contínuo da re-existência, já que sua existência entendia o Rio Doce como extensão deles mesmo. Pollack (1992) amplia a ideia de que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

A predominância das relações de diálogos tem aparecido nesse cenário na comunidade em Regência, que tem lutado pelo reconhecimento como atingido, tem participado ativamente dos espaços de decisão e a vida das pessoas continuam sendo multidimensionadas no âmbito espiritual, saúde, lazer, liberdade e com natureza.

A mobilização coletiva e individual que permeiam pela vida dos moradores de Regência traz a retomada de refazer o território se utilizando dos mais variados aspectos da vida que se baseava na agricultura familiar, na comunhão, no respeito à natureza. Esse resgate é essencial para voltar a dar visibilidade a essas práticas de vida comum da comunidade. É o retorno ao coletivo para que se retome a capacidade de se reconhecerem uns aos outros e na natureza, para que não se curvem ao que a lógica de reprodução automática do capital é capaz de cumprir.

Descrever essa realidade é pensar na maneira de Thompson, os homens e as mulheres “que experimentam suas situações e relações produtivas diante do imperativo imediato de sobrevivência, “tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura” de forma relativamente autônoma e “em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada” (THOMPSON, 1981, p. 182).

A resistência de Regência faz com que homens e mulheres defendam e reconstrua a relação com a natureza e conseqüentemente, outro modo de vida do que este deixado pela lama. A luta pelo seu território os mantém unidos não apenas pela necessidade da conquista do espaço geográfico, mas também pelas práticas coletivas em torno da agricultura familiar, do surf, da pesca que vão reconstruindo a relação do homem com a natureza e os laços humanos de

solidariedade destruídos pela forma social de vida moderna, o que produz entre eles um tipo próprio de vinculação cultural orgânica (ALVES, 2013).

Essa reconstrução da “relação homem com a natureza” tem sido feita através da prática dos pressupostos defendidos pelos aspectos culturais e de vivência desses moradores que traduz em todo o tempo o seu diálogo e respeito com a natureza. Assim, essa forma de relação com a natureza pode ser caracterizada como resistência ao modo de vida capitalista.

Se observou a partir da vida social compartilhada pelos sujeitos que construíram essa pesquisa que há uma tentativa de retomada do território e de suas tradições através da capacidade de agir permitindo a multiplicidade de sujeitos. Há latente a necessidade de romper com o processo de barbárie e de alienação, diante do crime ambiental que empresa causou para a comunidade.

CONCLUSÃO

Mas de uma forma, uma forma tão brutal foi atingida, eu acho tão difícil se reerguer rapidamente, mas eu acredito que possa sim se reerguer eu sonho com isso. Eu sonho que meus filhos possam entrar no rio, brincar no rio, brincar no mar pra surfar, enfim. E é como disse, a minha esperança de morador é que ainda tenhamos um futuro feliz(Entrevistado P).

Como visto, enormes desafios se impõem no tempo presente que direcionem a ação de uma luta contra-hegemônica. No meio dessa travessia, entre projetar as ideias e as cismas iniciais e buscar sua explicação concreta, percebemos que o real, que se dispõe, se transforma, enquanto transforma tanto nós, como seres sociais em relação com a natureza. Ao longo da caminhada abrem-se novas indagações que renovam as questões e as complexificam expressamente. Neste processo percebi que a travessia investigativa é contínua, logo, não tem conclusão e sim pontos em movimento, a espera de pontes reflexivas das quais emanam outros recomeços.

É por intermédio deste pequeno trecho do caminho percorrido, em que a partir da compreensão da relação homem e natureza nesse processo do movimento do capital numa economia dependente, que a investigação foi lapidada. Ao premiar os especuladores do mercado financeiro voltado para exterminar os recursos naturais e seus territórios, a era neoliberal desencadeou uma concorrência desenfreada pelo lucro fácil, fomentando um padrão de acumulação do capital que só poderia terminar em catástrofe.

Uma das inquietações refletidas ao longo desse trabalho foi sobre a busca pela compreensão da questão ambiental e sua essência no capitalismo dependente, que trouxeram outras perspectivas instigadoras, da qual abarca alguns elementos para pensar as lutas e resistências em torno da pauta dos atingidos pelo crime ambiental, ampliando assim o debate para a construção de um novo modo de vida que desconstrua a relação predatória do homem com a natureza.

Nesse sentido, o crime ambiental da Samarco tornou-se um episódio do terror na comunidade de Regência capaz de promover uma cisão imediata nas relações sociais, no cotidiano da coletividade e nas perspectivas de futuro das pessoas, estando, dessa forma, ainda em processo de ruptura, mas também aberto às interpretações e ações que carregam do outro lado tanta sabedoria, tradições e memórias, que remontam o cotidiano entre tantas compreensões de vida que vislumbram rumo a novos caminhos.

Ao adotar o materialismo histórico dialético como método de análise com perspectiva política de superação do real alienado vivido, a dinâmica desigual e combinada do desenvolvimento

capitalista se colocou em primeira ordem no entendimento das particularidades e singularidades, nas quais se arraigavam as inquietações atreladas à condição de sujeitos pertencentes à economia capitalista dependente.

Finalizo aqui as questões apresentadas a partir do olhar crítico com a ressalva que Regência resiste, refazendo seu território a partir de seu modo de vida, participando das lutas em prol do Rio Doce e se reconectando com seu lugar de pertencimento. A memória recente com este lugar retoma a força para garantir a sobrevivência nessa comunidade. É o momento de se voltar a si, de retomar os aspectos mais essenciais para se garantir isso. Há que se pensar em condições de vida em que a natureza do econômico não torne mais essencial do agir humano no mundo e sim a vida humana orientada pela necessidade que não é criada e sim vivida. Que o intervire a partir disso seja no sentido de efetivação da justiça social e ecológica.

Na perspectiva do Harvey (2011) o papel avassaladoramente forte hoje desempenhado por ideias de crise ambiental, colapso ecológico iminente ou mesmo do “fim da natureza” no pensamento ambiental exige um espectro mais amplo de resolução. Para ele a produção das dificuldades ambientais, tanto para as classes trabalhadoras, os marginalizados e os empobrecidos, como para alguns segmentos do capital e mesmo as parcelas mais ricas, decorre desse projeto de classe hegemônico e de sua filosofia fundada no mercado.

Em contraponto, isso requer uma reação que se organize num projeto de classe igualmente forte de prevenção e redução do risco, recuperação e controle de recursos, em que a classe trabalhadora, os destituídos e os marginalizados assumam o papel de liderança e desenvolvam a construção de um modo alternativo de produção, de troca e de consumo que não apenas reduza os riscos, mas que seja também ambiental e socialmente justo e sensível, e que desperte num projeto mais amplo concebendo no individual e no coletivo a responsabilidade perante a natureza em geral e a nossa própria natureza humana.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ALBUQUERQUE, Elizabeth Maciel de. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas**. Dissertação Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde – Fiocruz, 2009.
- ALMEIDA, Maria Goretti de; *et al.* O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. **IV Seminário Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**. 29 a 31 de maio de 2013 – Fortaleza – CE – UECE – Itaperi, 2013.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith.; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.
- ALVES, Adriana. A. F. **Ensaio das formas de resistência da história: Crítica do capital e práxis emancipatória**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós- Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro: UFRJ. 2013.
- ARÁOZ, Machado. “Auge minero y dominación neocolonial en América Latina. Ecología política de las transformaciones socioterritoriales neoliberales”, en “Latinoamérica Interrogada”, **Memorias XXVII CONGRESO ALAS**. Fac. de Ciencias Sociales, UBA, Buenos Aires, 2009.
- BALDIN, Nelma.; MUNHOZ, Elzira. M. B. **Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. X Congresso Nacional de Educação (I Seminário Internacional de Representações Sociais, subjetividade e Educação). Curitiba, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BARRETO, Ângela Maria. Memória e Sociedade Contemporânea: apontando tendências. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 12, n.2, p. 161-176, jul.-dez., 2007.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BENINCÁ, D. **Água e energia para a vida: o movimento dos atingidos por barragens (1991-2009)**. 266p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.
- BERTOLLO, Katiúça. **Mineração e Superexploração da Força de Trabalho: análise a partir da realidade de Mariana-MG**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.
- BICALHO, Charlene. **Além da Superfície: impactos do desenvolvimento na pesca artesanal de Regência Augusta-ES**. 2012. 109 f. Dissertação (mestrado em Administração) Universidade Federal do Espírito Santo – UFES – Programa de Pós Graduação em Adiministração, Vitória, ES, 2012.

BORELLI, Elizabeth. Urbanização e qualidade ambiental: o processo de produção do espaço da costa brasileira. **Revista Internacional Interdisciplinar**, v.04, nº 01, Florianópolis, 2007.

BOURCKHARDT, Vandenéia. O capitalismo dependente Latino-Americano e a apropriação do Meio Ambiente no caso Brasileiro. **IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS**, 2009.

BOURCKHARDT, Vandenéia. **Fundamentos da Análise Marxista sobre a temática ambiental e o Serviço Social**. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. FLORIANÓPOLIS, 2010.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Publicado no DOU de 13.2.1998 e retificado em 17.2.1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar do/no mundo**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CARVALHO, David Ferreira.; CARVALHO, André Cutrim. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, n. 26, p. 35-64, 2011.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. **“Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas**. Crítica Marxista. nº 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

COELHO, Tádzio Peters; MILANEZ, Bruno; PINTO, Raquel Giffoni. A empresa, o Estado e as comunidades. In: ZONTA, Márcio e TROCATE Charles (Org.). **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP/Billiton**. Marabá-PA: Editorial Iguana, 2016. p. 183-228 (Coleção A questão mineral, v. 2).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília, 1993.

COSTA, H. A. da. **Impactos ambientais causados em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana – MG na perspectiva da mídia nacional**. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

DELESPOSTE, Aline. Guizardi.; MAGNO, Lucas. “Ocupar de novo para defender o que é nosso”: a histórica resistência às barragens da comunidade rural Casa Nova. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 25 (2): 267-280, mai/ago/2013 Guaraciaba-MG, 2013.

DIAS, Thaís Henriques et al. Cap.9 Ações Civas públicas e termos de Ajustamento de Conduta no caso do desastre ambiental da Samarco: considerações a partir do observatório de Ações Judiciais p.339. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais**. *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp. 30-35.ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

DOS SANTOS, Theotonio ([1969]). **La crisis de la teoría del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina**. En: Jaguaribe H. et al. *La dependencia político-económica de América Latina*. Clacso, Buenos Aires, 2017.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DUARTE, Rodrigo. A de Paiva. **Marx e a natureza em O Capital**. São Paulo: Loyola, 1986.

FERREIRA, Adriana Amaral. Crise Estrutural do Capital e Experiências Populares de Resistência. **Revista Estudos do Trabalho (RRET)**. Ano IX- Número 17- 2015 ISSN 1982-9884

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. N 1982-9884

FERREIRA, Simone Raquel Batista. Cap. 7. Marcas da colonialidade do poder no conflito entre a mineradora Samarco, os povos originários e comunidades tradicionais do Rio Doce p. 267. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais**. *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp. 30-35. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

FREIRE, José Carlos da Silveira. **Autonomia da práxis docente na universidade: condições e possibilidades** / José Carlos da Silveira Freire. - Goiânia: UFG / Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2013.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Trad. Maria Tereza Macho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2005.

FOSTER, John Bellamy.; CLARK, Brett. “Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo.” **O Novo Desafio Imperial**. Editado por Leo Panitch e Colin Leys. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 39ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,. 307p. Título original: *Las venas abiertas de America Latina*. (Coleção Estudos Latino-Americanos, v.12), 2013.

GALVÃO, Andréia - Dossiê Cultura Política e Democracia. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, jul.-dez, 2008.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: MARTIN W. B, GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som : um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995a.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos PROLAM/USP**, 15(29), 38-55, jul/dez.2016.

GUDYNAS, Eduardo. “Extractivismos en America der Sur: conceptos y sus efectos derrame”. In: A. Zhouri, P. Bolados, E. Castro (eds.), **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Ed. Annablume. pp. 23-43, 2016.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HOBSBAWM, Eric. “Introdução” In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. p. 9-23, 1984.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. São Paulo. Cadernos de Pesquisa, 2003.

JUSTIÇA GLOBAL. **Vale de Lama: Relatório de inspeção em Mariana após o rompimento da barragem de rejeitos do Fundão**. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vale-deLama-Justi--a-Global.pdf> Acesso em: 15 nov, 2016.

KEESING, Felix M. **Antropologia Cultural: a ciência dos costumes**. Vol. 1. Trad. José Veiga. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

KOGA, Dirce. **Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.

KURZ, Robert. **A crise do sistema produtor de mercadorias**. Guerra civil em vez da “paz eterna”, 1991.

LEONARDO, Flavia Amboss Merçon.; IZOTON, João Paulo Lyrio.; VALIIM, Hauley. CREADO, Eliana. TRIGUEIRO, Aline. SILVA, Bianca de Jesús; DUARTE, Luiz Otávio Martins. SANTANA. Nayara Pinto. **Rompimento da barragem de Fundão (SAMARCO/VALE/BHP BILLITON) e os efeitos do desastre na foz do Rio Doce, distritos de Regência e Povoação, Linhares (ES)**. Relatório de pesquisa. GEPEDES, 2017.

LEONARDO, Flavia Amboss Merçon. **Entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental: O Caso da Pesca Artesanal e a Configuração de um Cenário de Injustiça Ambiental em Regência Augusta-ES**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória, ES: UFES, 2014.

LEONARDO Flávia Amboss Merçon.; TRIGUEIRO Aline; CREADO Eliana Santos Junqueira. **Desastre e Sofrimento social no contexto das vivências e lutas dos atingidos na foz do Rio doce – ES**.40º Encontro Anual da Anpocs; ST07 – CONFLITOS E DESASTRES AMBIENTAIS: VIOLAÇÃO DE DIREITOS, RESISTÊNCIA E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO, 2016.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace,** Paris, Ed anthropos, 1974.

LIMA, Telma Cristiane Sasso ; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis,** Florianópolis v. 10 n. esp, p. 37-45, 2007.

LOPES, Luciano M. N.. **O rompimento da barragem de Mariana e seus impactos socioambientais.** Sinapse Múltipla, 5 (1), jun 1-14, 2016.

LOSEKANN, Cristiana. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política,** nº 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 121-164. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162004>.

LOSEKANN, Cristiana; MILANEZ, Bruno. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais.** *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp. 30-35. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

LOSEKANN, Cristiana. VELVOET, Roberto. O Neoextrativismo visto através dos megaempreendimentos de infraestrutura: as zonas de sacrifícios no Espírito Santo. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. Educação ambiental e epistemologia crítica. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental,** v. 32, n. 2, p. 159-176, 2015.

LOUREIRO, Carlos Frederico B: **“Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates.** In: LOUREIRO, C.F.B (ORG); TREIN, E.; PEDROSA, J.G.; TOZONI-REIS, M.F.C.; LEHER, R.; NOVICKI, V.; A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

LÖWY, Michael. **Ecologia e Socialismo.** São Paulo: Cortez, 2005.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa sobre a organização da escolaridade em ciclos no Brasil (2000-2006): mapeamento e problematizações. **Revista Brasileira de Educação,** Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 7-23, jan./abr. 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio.** Coleção Os economistas. Trad, Carlos Matos et al. Editora Abril Cultural: São Paulo, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência.** Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e Revolução.** 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988. (Livro I, v. I.)

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. 2. ed. - São Paulo: Perspectiva, 1999.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processo**. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MENEGAT, Marildo. **Estudos sobre ruínas**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MÉSZAROS, Istvan. **O desafio e Fardo do Tempo Histórico**. Trad. Ana Cotin e Vera Cotrin. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002

_____. **A crise Estrutural do Capital**. Tradução Francisco Raul Cornejo [et,al] – São Paulo: Boitempo, 2009.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 19, p. 119-148, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed., São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2016.

NETTO, José Paulo; Braz, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. **IN Revista Projeto História**. Nº 10 História & Cultura. São Paulo: PUC-SP – Programa de Pós-Graduação em História, 1993.

OBSERVATÓRIO DOS CONFLITOS NO CAMPO (OCCA). **Relatório de Identificação da Comunidade Tradicional Ribeirinha da Margem Direita da Foz do Rio Doce**. Vitória, 2014 (mimeo).

OLIVEIRA, Giuliano et al. “O Sistema de Bretton Woods e a dinâmica do Sistema Monetário Internacional contemporâneo”. **Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica**, Aracaju, 2007.

ORGANON, Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais. **Impactos socioambientais no Espírito Santo da ruptura da barragem de rejeitos da Samarco - Relatório preliminar**. Novembro / dezembro. Mimeo. 2015.

PEDROSA, José Geraldo. **O capital e a natureza no pensamento crítico**. In: A Questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Loureiro, Carlos Frederico Bernardo (org.). Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

PEREIRA, Bárbara Leite; SOUZA, Gabriela Xavier; MILANEZ, Marcelle Malacarne. O processo de inserção do Serviço Social na temática do Meio Ambiente. **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís – MA, 2007.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. São Paulo: Cortez, 2016.

POLLACK, Michael. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, 1992.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reapropriação social da natureza e a reinvenção dos territórios: uma perspectiva latino-americana**. Disponível em: <www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx>. Acesso em: 12.10.2017

SAUER, Mariane.; RIBEIRO, Edaléa Maria. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 2, n. 2, p. 390-398, ago./dez., 2012.

SANTOS, Raquel. **Serviço Social e meio ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS, Theotonio dos. O Novo Caráter da Dependência: Grande Empresa e Capital Estrangeiro na América Latina. In: Pereira, Luiz (org.). **Perspectivas do Capitalismo Moderno. Leituras de Sociologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao serviço social**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. T. R.; Arns, P. C. **Desenvolvimento Comunitário: Alguns Sonhos e Reflexões num Pensamento Imperfeito sobre o Desenvolvimento Comunitário no Projeto BNDES/PNUD**. Projeto BNDES/PNUD, 2001.

SILVA, Jarbas Vieira da.; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socioambientais**. *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp.23 30-35. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa III**. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. As peculiaridades dos ingleses. In.: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998b. v. 2, p. 57-106. (Coleção Textos Didáticos)

TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016

VARGAS, Luiz Américo Araújo. Capitalismo dependente e agronegócio: a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes e suas contribuições para o ambientalismo. **VI Seminário do Trabalho; Trabalho, Economia e Educação no séc. XXI.** Unesp- Marília, 26-30 de maio de 2008.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Tradução de Luiz Fernando Cardoso. 4. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VERVLOET, Roberto José Hezer Moreira. A geomorfologia da região de rompimento da barragem da Samarco: a originalidade da paisagem à paisagem da mineração. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais.** *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp. 91, 2016.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; MILANEZ, Bruno and PINTO, Raquel Giffoni. **Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce: aspectos econômicos, políticos e socio ambientais.** *Cienc. Cult.* [online]. 2016, vol.68, n.3, pp. 30-35. ISSN 2317-6660. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300011>.

ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. **Praia Vermelha**, v. 19, n. 2, p. 65-72, 2009.

ZHOURI, Andréa.; BOLADOS, Paola.; CASTRO, Edna. (ORG.) **Mineração na América do Sul: Neoextrativismo e lutas territoriais.** São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andréa. **Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** / Andréa Zhouri (Org.); R. Oliveira et all.— 1.ed.— Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama histórico de Linhares.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1982.

Sites:

<<http://hardcore.com.br/regencia-vida-apos-lama>>;

<<http://redeufes-riodoce.ufes.br/apresentação>>;

<<http://www.fundacaorenova.org/sobre-o-termo>>;

<<http://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/08/programacao-cursos-regencia.pdf>>;

<[http://wikiriodoce.org/Arquivo:MAB em Regência.jpg](http://wikiriodoce.org/Arquivo:MAB_em_Regência.jpg)>

<www.regenciasurf.com.br>

<<http://www.regenerariodoce.org/>>

<<http://jornalasirene.com.br/cotidiano/2017/12/18/como-funcionam-as-redes-de-regeneracao-na-foz-do-rio-doce>>

<<http://www.mabnacional.org.br/>>

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DE PERGUNTAS

- 1) Prezados, gostaria que narrassem os pontos cruciais referentes à vida da comunidade e das atividades econômicas, antes da passagem da lama de rejeitos de minério em Regência.
- 2) Quais ações a empresa Samarco e o poder público desenvolveram para minimizar os impactos sofridos pela comunidade de Regência?
- 3) Como a comunidade participou da decisão das ações que foram propostas? Essas ações atenderam as demandas apresentadas pela comunidade? Há alguma resistência frente às ações propostas pela empresa Samarco e o poder público?
- 4) Quais os mecanismos de organização e resistência depois da lama?
- 5) Quais as perspectivas dos grupos para resolver as questões apresentadas?

APÊNDICE II



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa “Movimentos Sociais de Resistência dos Atingidos pela Lama da Samarco em Regência no ES”, sob a responsabilidade de Angélica do Nascimento Martins. Neste estudo pretendemos realizar um estudo de caso para identificar os processos de luta e resistência utilizados pela população da Vila de Regência em relação aos impactos sociais e ambientais provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, no município de Mariana, estado de Minas Gerais.

Caso concorde em participar desta pesquisa, o (a) Sr (a) participará de um Grupo Focal que discutirá o tema do impacto socioambiental após o rompimento da barragem em Mariana- MG. Para a formação do grupo focal levarei em conta as seguintes variáveis: a participação de moradores que vivem a mais tempo em Regência; algumas pessoas afetadas diretamente ou indiretamente com a sua atividade produtiva, seja a pesca, comércio, artesãos, trabalhadores, ou seja, nomes que indicarão outros participantes importantes e ativos nesse processo e lideranças comunitárias. O Grupo Focal terá a duração máxima de uma hora e meia e o local onde será realizado será escolhido pelas participantes. Durante o grupo focal será feita a gravação de voz, sem expor a imagem.

Neste estudo se prevê que pode haver riscos aos sujeitos e estes riscos podem ser por o cansaço devido ao tempo que poderá ocorrer a discussão, assim como constrangimento, visto que os (as) informantes serão indagados sobre suas memórias e relações sociais, que podem não ser positivas para ele (a); de natureza social, visto que o mesmo será indagado (a) acerca de situações que envolvem toda a comunidade na qual está inserido, o que pode ter repercussões negativas na sua relação com seus pares. Para a minimização dos riscos, nos comprometemos a suprimir dados que possam identificar os participantes da pesquisa utilizando, no relatório final, de nomes falsos para diferenciar e identificar os informantes; a não divulgar a identidade dos informantes sem a sua autorização; a prestar socorro aos informantes e acionar o serviço de

saúde, caso estes necessitem no decorrer da entrevista, bem como permanecer em companhia até que se resolva a emergência; a mediar conflitos que possam surgir em função da participação do informante nesta pesquisa.

Os benefícios do estudo para os (as) informantes e suas comunidades são relacionados à possibilidade do resultado do mesmo se tornar um instrumento que contribua com as reflexões acerca do tema e com as lutas de resistência organizadas destes sujeitos no enfrentamento do avanço do capital sobre sua terra e seu trabalho.

Asseguramos que para participar deste estudo você não terá nenhum custo, se houver será ressarcido, nem receberá qualquer vantagem financeira. Sr (a). será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar e também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não levará a qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendida pela pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. A Sr (a). não será identificada em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Caso o (a) Sr (a) venha a sofrer qualquer tipo de dano decorrente da sua participação na pesquisa, estará resguardado o direito de assistência e indenização pela pesquisadora.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Política Social e a outra será fornecida a você.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa a Sra. poderá contatar a pesquisadora Angélica do Nascimento Martins no telefone (27) 9 9781-4435 ou Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP: 29.075-910, Universidade Federal do Espírito Santo- Campus Goiabeiras. Em caso de problema com a pesquisa ou denúncia poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo, localizada na: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP: 29.075-910, Universidade Federal do Espírito Santo- Campus Goiabeiras, através do e-mail cep.goibeiras@gmail.com ou no telefone (27) 3145-9820.

Declaro que fui verbalmente informado (a) e esclarecido (a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo, e autorizo o uso de voz para essa pesquisa.

Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo (a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

_____,/...../.....

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “Movimentos Sociais de Resistência dos Atingidos pela Lama da Samarco em Regência no ES”, eu, Angélica do Nascimento Martins, declaro ter cumprido as exigências do item IV.3 da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora